

Coleção Estudo do Capitalismo

**LIVRO 1**

# Capitalismo

## Definições

**Ricardo Zimbrão Affonso de Paula**



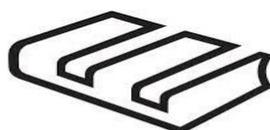
EDUFMA

*Ricardo Zimbrão Affonso de Paula*

# Capitalismo

## *Definições*

São Luís



EDUFMA

2020

Copyright © 2020 by EDUFMA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho  
Reitor  
Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos  
Vice-Reitor

**EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira  
Diretor

**CONSELHO EDITORIAL**

Prof. Dr. Esnel José Fagundes  
Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva  
Prof. Dr. Luciano da Silva Façanha  
Profa. Dra. Andréa Dias Neves Lago  
Profa. Dra. Francisca das Chagas Silva Lima  
Bibliotecária Tatiana Cotrim Serra Freire  
Prof. Me. Cristiano Leonardo de Alan Kardec Capovilla Luz  
Prof. Dr. Jardel Oliveira Santos  
Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi

**Revisão**

João Carlos Souza Marques

**Projeto Gráfico**

João Carlos Souza Marques  
Ricardo Andrade de Figueiredo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de.

Capitalismo: definições / Ricardo Zimbrão Affonso de Paula. — São Luís:  
EDUFMA, 2020.

141 p. (Coleção Estudo do Capitalismo: livro 1)

ISBN 978-65-86619-05-8.

1. Capitalismo. 2. Sistema econômico. 3. Sistema capitalista.  
I. Título.

CDD 330.122  
CDU 330.342.14

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Eliziane Barbosa Costa-CRB 13/528

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	06
<b>Introdução</b> .....	07
<i>Capítulo 1: O capitalismo como um Sistema Econômico</i> .....	14
1.1 - Definição de Sistema Econômico .....	15
1.2 - O tempo de Smith .....	18
1.3 - As influências intelectuais e o método de análise de Smith .....	21
1.4 - A teoria do desenvolvimento do capitalismo de Adam Smith.....	27
a) Uma teoria Smithiana da História .....	29
b) Sociedade comercial, fatores de produção, divisão do trabalho e mercado de trocas .....	32
c) O papel do dinheiro.....	35
d) O papel do Estado.....	35
e) Valor, distribuição e o problema da desigualdade .....	36
1.5 - Observação final .....	37
<i>Capítulo 2: O capitalismo como um Modo de Produção</i> .....	39
2.1 - As influências.....	43
2.2 - O método marxiano: materialismo histórico-dialético.....	47
2.3 - Os modos de produção da humanidade.....	50
2.4 - O modo de produção capitalista.....	53
a) A teoria marxiana do valor.....	54
b) Trabalho, força de trabalho e mais-valor .....	55
c) Forças produtivas e relações sociais de produção.....	57
2.5 - Observação final.....	58
<i>Capítulo 3: O capitalismo como um Sistema Cultural</i> .....	62
3.1 - Werner Sombart .....	64
3.2 - Max Weber .....	70
a) A definição de capitalismo em Weber e suas características institucionais .....	72
b) A Ética protestante e o espírito do capitalismo .....	77
c) As características do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente .....	81
3.3 - Observação final .....	82
<i>Capítulo 4: O capitalismo como um Sistema-Mundo</i> .....	84
4.1 - O método de análise.....	86
4.2 - O Moderno Sistema-Mundo Capitalista .....	90
a) A economia-mundo capitalista .....	90
b) O sistema interestatal.....	96

c) O escopo temporal do Moderno Sistema-Mundo Capitalista.....	100
4.3 – Observação final.....	102
<i>Capítulo 5: O capitalismo como um Sistema de Governança .....</i>	<i>104</i>
5.1 – As influências teóricas.....	108
5.2 – O capitalismo como um sistema indireto de governança .....	119
a) Analogia entre capitalismo e esportes organizados .....	121
b) O sistema de governança em três níveis.....	124
c) A “mão visível” da Autoridade Política .....	126
5.3 – Observação final .....	129
<b>Conclusão .....</b>	<b>132</b>
<b>Referência.....</b>	<b>136</b>
<b>O Autor.....</b>	<b>140</b>

## **Apresentação**

Este livro abre a coleção de estudos sobre o capitalismo, como parte de uma introdução à disciplina *Formação e Desenvolvimento do Capitalismo* (FDC), ministrada pelo autor, semestralmente, no Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desde 2007. Um semestre sobre a origem e o desenvolvimento do capitalismo é muito pouco para a complexidade do tema, exigindo do professor um recorte transdisciplinar em que história, economia, sociologia, ciência política e demais campos do conhecimento das ciências sociais e humanas se interagem para dar conta de como o capitalismo se originou e vem se desenvolvendo, desde o século XVI.

Assim, ministrar a disciplina FDC, requer que o professor discuta teorias do desenvolvimento do capitalismo, as principais instituições que dão suporte ao sistema, a historiografia sobre sua origem e o contexto histórico que marcou sua ascensão. É dentro desse contexto que pensamos essa coleção; e, por conseguinte, esse livro introdutório.

As teorias discutidas aqui, além de seguir o recorte transdisciplinar, foca em como os autores estudados definem o sistema capitalista. Portanto, se vamos estudar o capitalismo, temos que começar pela sua definição; ou melhor, suas *definições*.

São Luís, maio de 2020.

O autor.

# Introdução

A epígrafe acima expressa a dicotomia que o termo capitalismo suscita dentro e fora do ambiente acadêmico. Braudel, ao buscar as origens da respectiva palavra em conjunto com os termos capital e capitalista, afirmou que dos três, capitalismo é o mais “apaixonante” e o “menos real”; uma palavra política, portanto (BRAUDEL, 1998: Vol. 2, pg., 205).

Capitalismo é um conceito essencial para a compreensão da modernidade. Da mesma forma que sua história pode servir para explicar as mudanças socioeconômicas mais importantes do passado, debates sobre o capitalismo levam a discussões sobre os problemas mais urgentes da atualidade, desde a globalização, mudança climática, a crescente desigualdade social, perspectivas de progresso e seus custos humanos. Ao mesmo tempo, como um conceito de síntese histórica capitalismo é insuperável, reunindo as dimensões econômica, social, cultural e políticas do passado (Cf., KOCKA, 2016: pg., VII).

O capitalismo é ao mesmo tempo um instrumento de percepção acadêmica e de crítica social. Esta dupla função o tornou um conceito controverso. Muitos estudiosos o evitam. Para grande parte dos economistas, por exemplo, parece polêmico demais, pois surgiu como forma de crítica e o foi sempre utilizado assim por décadas. Para eles, não seria melhor prescindir do conceito e, digamos, falar de uma “economia de mercado”? Por outro lado, há uma longa linha de acadêmicos em outros campos das ciências sociais e humanas que contribuíram com grande substância para a discussão sobre o capitalismo (Ibid.).

É dentro desse contexto que não se utiliza nesse estudo uma definição, mas *definições do capitalismo*. Tais, por sua vez, estão ligadas à própria evolução dos campos de conhecimento que formaram as ciências sociais e humanas. Dito de outra forma, há uma forte correlação entre o desenvolvimento do capitalismo e o estabelecimento da moderna ciência.

Isto é, a formação de um domínio específico do conhecimento, dividido em disciplinas autônomas, mas interdependentes, tais como história, economia,

---

<sup>1</sup> PERROUX, F. O Capitalismo. 2 ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970, pg., 7.

antropologia, sociologia, ciência política, geografia etc., bem como a criação de um aparato institucional capaz de preservar e fomentar a especialização do conhecimento, ocorreu concomitante a expansão econômica europeia em direção ao globo. Assim, à medida que o capitalismo avançava do continente europeu para o resto do mundo, justificava-se a explicação de sua ascensão, como também, o porquê da liderança do “Ocidente”.

Essa necessidade acabou por reforçar ainda mais a divisão do conhecimento, na qual identificar o processo geral de ascensão e desenvolvimento do capitalismo tornou-se também a própria explicação para a trajetória dos campos de conhecimento que compõem as ciências sociais e humanas.

Dividiu-se o livro em cinco capítulos. No primeiro, abordou-se a definição de capitalismo como um *sistema econômico*. É um diálogo de como os economistas enxergam àquele sistema. A expressão acabada dessa definição é a obra de Adam Smith, considerado o fundador da ciência econômica.

Foi a primeira tentativa fundamentada de descrever e explicar o funcionamento da economia capitalista. Os conceitos desenvolvidos por Smith são utilizados até hoje como escopo para se estudar a economia. Sem embargo, Smith conseguiu capturar a essência das transformações socioeconômicas na Europa Ocidental de seu tempo, o século XVIII, em que os elementos básicos da economia capitalista estavam já constituídos.

Construiu um modelo explicativo, no qual, seus fundamentos teóricos, isto é, o modo de ver e conceber a realidade, conceitos e representações, construção de tendências argumentativas, adquiriram linguagem e metodologias próprias, se desdobrando em diversos campos intradisciplinares ao longo do tempo. Numa palavra, o mercado capitalista, sua forma de acumulação de riqueza e seus mecanismos distributivos, constituem ainda objeto principal, mas não único, de estudo da ciência econômica.

No capítulo dois, discutiu-se o capitalismo como um *modo de produção*. Não obstante o termo ter sido utilizado sem sentido único e coerente por Marx em sua obra, tornou-se um elemento central de uma explicação sistemática da história, pelos seus seguidores, enquanto uma sucessão de diferentes estágios de desenvolvimento das sociedades humanas. O diálogo com Marx & Engels e seu

conceito, é que eles partiram de uma visão crítica da realidade social de seu tempo, ou seja, o século XIX. Os autores capturaram a essência das contradições da sociedade capitalista, em que, em vez da harmonia da “mão invisível”, o que se observava era a exploração e a concentração cada vez maior da riqueza.

Dentro desse contexto, teorizaram que as formas de produção das sociedades, historicamente, eram resultado das contradições e das disputas pela apropriação do excedente econômico. Com efeito, a construção teórica marxiana contribuiu não para a formação de uma ciência específica, mas de uma crítica social que foi incorporada pelos diversos campos disciplinares das ciências sociais e humanas.

No terceiro capítulo, discutiu-se o capitalismo como um *sistema cultural*. Este é resultado das aproximações, por meio dos diálogos transdisciplinares, entre história/economia e sociologia/economia. Destes diálogos, foram-se aprofundando campos interdisciplinares convergentes; isto é, história econômica e sociologia econômica. Os autores analisados no capítulo, Sombart e Weber, ao buscarem explicações para a origem e desenvolvimento do capitalismo, para além da visão dos economistas, acabaram, por contribuírem, metodologicamente para os estudos da história e da sociologia.

Com efeito, tomando como base esses três primeiros capítulos, percebe-se que ao tentarem definir o capitalismo, construiu-se uma ciência específica, a economia; uma crítica social com base científica, capaz de avançar todos os campos do conhecimento das ciências sociais e humanas, o pensamento marxiano; e, no caso específico de Weber, a consolidação da sociologia como ciência.

As definições de capitalismo expressas nos dois últimos capítulos, são fruto do amadurecimento teórico-metodológico dos três primeiros.

No capítulo quatro, abordou-se o capitalismo como um *sistema-mundo*. Esse é um diálogo com a obra de Immanuel Wallerstein, cuja teoria é influenciada pelas contribuições de Marx, Weber e Braudel. Ao pensar o capitalismo como um sistema-mundo moderno ele alinhou política internacional, geografia econômica, economia política e história econômica, todos campos intradisciplinares que se desenvolveram à medida em que as ciências sociais e humanas foram se tornando complexas, fruto da complexidade do próprio desenvolvimento do capitalismo.

Por fim, no capítulo cinco, discutiu-se o capitalismo como um *sistema de governança*. Nesse, tal definição é resultado da convergência entre economia, ciência política e direito. Nesse envolvimento, não obstante a teoria se enquadrar no campo intradisciplinar da economia política, uma escola de pensamento, na qual, se sobressai e cimeta àquele diálogo, é o *neoinstitucionalismo*. Este, por sua vez, argumenta que o capitalismo somente pode ser compreendido em sua totalidade, ao estudar suas instituições fundadoras e seu papel na tomada de decisão, bem como nas organizações coletivas.

É importante ressaltar que esse livro cumpre um papel didático. É uma introdução ao estudo da *Formação e Desenvolvimento do Capitalismo*; uma disciplina que compõe a grade curricular do Curso de Ciências Econômicas, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tal disciplina se insere, em termos de conteúdo, na parte de formação histórica das Diretrizes Curriculares da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE). Portanto, é um curso de história econômica.

A história econômica é um campo de interesse que vem evoluindo desde a segunda metade do século XIX. Sua singularidade, isto é, aquilo que define a disciplina por oposição a outros campos disciplinares, surgiu justamente da tentativa de aliar conceitos desenvolvidos pela economia à perspectiva histórica do desenvolvimento do capitalismo.

A partir daí, adquiriu um tipo de escrita específica, ou seja, o discurso, o modo como se comunica e divulga seus resultados de pesquisa; aspectos metodológicos próprios, isto é, o modo de realizar as pesquisas (arquivos, documentos oficiais, fontes secundárias); diálogos interdisciplinares – relações com outros campos de saber – nos quais se estabelece oposições, afinidades, concorrência etc.; e, o mais importante: aspectos teóricos que passaram a diferenciar seu modo de enxergar o mundo de forma autônoma aos campos de conhecimento dos quais se originou – a economia e a história.

Nos dias atuais, a história econômica dá suporte há muitos outros campos de conhecimento, tais como sociologia, antropologia, ciência política, direito etc. Mas, mais do que isso, ela é responsável por auxiliar grandes arcabouços teóricos concebidos nos quadros da teoria econômica. Escolas como os institucionalistas

(velho e novo), regulacionistas, pensamento estruturalista latino-americano, os novos-desenvolvimentistas, partem de uma perspectiva histórico-econômica para fundamentar suas teorias.

Assim, é papel da história econômica integrar análise econômica e explicação histórica dos acontecimentos; compreender os sistemas econômicos por meio da identificação de suas estruturas, econômica, política e social, tendo como preocupação suas classificações no tempo e no espaço; e, aplicar métodos quantitativos, os quais possibilitem mensurar as variáveis econômicas, e permitir o diálogo entre estrutura e conjuntura.

É importante destacar que dois conceitos fundamentais emergem no estudo da história econômica: *tempo* e *movimento*. O tempo é o tempo histórico, a permanência da realidade social. Já o movimento, é o conjunto das modificações verificadas ao longo do tempo histórico. No caso específico do processo econômico, observar as elevações e quedas na produção, flutuações no volume de trocas, oscilações de preços etc.

Portanto, é da noção de movimento que se extrai o conceito de *conjuntura*, que se define como um recorte do movimento temporal da sociedade. Esse pode ser tanto econômico como social, ou mesmo ambas, que se interagem na criação do fato histórico. A conjuntura como fenômeno repetido, não anárquico ou aleatório, mas uma série de regularidades, que tornam possível seu estudo, extrai-se, por sua vez, o conceito de estrutura (CARDOSO & BRIGNOLI, 1983; págs. 261/262).

Define-se *estrutura*, como um conjunto de relações majoritárias, a solidariedade e proporção existentes entre um conjunto de componentes, ou seja, a interdependência entre o todo e a parte. É o movimento permanente, o que possibilita atribuir ao estudo histórico, um certo caráter científico (MENDONÇA & PIRES, 2002; pg., 7).

Assim, o capitalismo é uma *estrutura*. Mas, o capitalismo não é uma estrutura estática. Ele é dinâmico e pode-se observar diversos ciclos em seu desenvolvimento. Ciclos de curto prazo, ciclos de médio prazo e ciclos de longo prazo. O primeiro impacta em nossas estruturas do cotidiano; isto é, a inflação, aumento ou queda de preços das ações etc. O segundo, é importante para se entender os movimentos das políticas econômicas. Qual desenho adotar? Regime de metas de inflação? Nova

matriz macroeconômica? Por fim, o terceiro, é aquele que define qual o padrão tecnológico determinou o crescimento da economia e a distribuição da renda no longo prazo.

No contexto dos ciclos de longo prazo, é possível também observar que as estruturas internas do capitalismo se modificaram. A grande empresa do século XXI é diferente da grande empresa do início do século XX, que por sua vez, é diferente da empresa do início do século XIX. O padrão de acumulação do capital entre os séculos XVI e XVIII era mercantil; no século XIX, industrial; e, no século XX, financeiro. Tais observações nos ajuda a compreender os impactos das transformações na estrutura econômica do capitalismo nas demais estruturas sociais, políticas, culturais.

Um curso de *Formação e Desenvolvimento do Capitalismo* tem que se debruçar sobre todas essas questões, que são agrupadas em teorias do desenvolvimento do capitalismo, instituições principais, historiografia sobre sua origem e o contexto histórico que marcou sua ascensão.

Esse livro é apenas a introdução ao curso; isto é, um diálogo sobre como o capitalismo foi definido ao longo da evolução das ciências sociais e humanas. A partir desse questionamento, pode-se avançar para os outros temas.

***Capítulo 1: O capitalismo como um Sistema  
Econômico***

A definição de capitalismo como um sistema econômico é um diálogo com a ciência econômica. O objetivo é mostrar que, embora grande parte dos economistas rejeitem o termo, a teoria econômica se fundamentou na tentativa de descrever e explicar o funcionamento da economia capitalista.

Um exame nos livros de história do pensamento econômico, percebe-se que a economia como ciência iniciou seus primeiros passos justamente quando os elementos básicos da economia capitalista estavam já constituídos. Isto é, quando Adam Smith, considerado o fundador da ciência, publicou *A Riqueza das Nações*, em 1776, na Europa Ocidental, havia um sistema econômico historicamente distinto, passível de ser teorizado e com um projeto de poder em expansão.

Dentro desse contexto, a ciência econômica e sua evolução teórico-metodológica se confunde com a própria evolução do capitalismo como um sistema econômico, sendo aquela, dentro do campo das ciências sociais, a que mais se identifica com esse tipo de economia, não obstante, o modo de regulá-la seja objeto de constantes controvérsias.

### *1.1 - Definição de Sistema Econômico*

*Sistema econômico* é definido como uma forma organizada que a estrutura econômica de uma sociedade assume. Engloba o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação das mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e de divisão do trabalho. (Cf., SANDRONI, 2000; pg., 561).

Os economistas definem o capitalismo como um sistema econômico assentado na *iniciativa privada* e no *livre mercado*. Ou seja, o *tipo de propriedade* dominante é a *particular*; a *gestão da economia* é feita predominantemente por *empresas* organizadas burocraticamente, com sistemas contábeis e administrativos racionais e eficientes cujo objetivo é o *lucro*; a *produção* e o *consumo* são feitos em *grandes escalas* e *padronizados*; o *processo de circulação* das mercadorias é coordenado pelo *livre jogo da oferta e demanda* dos mercados; o *desenvolvimento tecnológico* é determinado pela *acumulação de capital*, sendo os investimentos feitos de forma constante, que por sua vez determina novos padrões de produção, de

consumo, posições de setores e empresas no mercado, portanto, novos padrões de acumulação de capital.

Por fim, a *divisão do trabalho* baseia-se na separação entre trabalhadores juridicamente livres e os respectivos proprietários dos meios de produção.

A evolução do conceito de sistema econômico se confunde com a própria evolução da economia como ciência; bem como a evolução da ciência econômica está umbilicalmente ligada à evolução do capitalismo como sistema econômico. Assim, *tentar descrever e explicar o funcionamento do sistema econômico capitalista constitui um problema de teoria econômica.*

A tentativa de descrever e explicar o funcionamento do sistema econômico, percebido como um todo, foi iniciada no final do século XVII por William Petty, que pretendeu oferecer uma representação quantificada da economia inglesa da época e de seus componentes setoriais em *Political Arithmetic*, publicado em 1680.

A partir da segunda metade do século XVIII tal sistematização vai se transformando aos poucos em ciência, com Richard Cantillon e seu *Essai sur la Nature du Commerce*, publicado em 1755, cujo estudo está focado em dois pontos principais, quais sejam, o *papel dos empreendedores* e a *distribuição da riqueza produzida entre as diferentes classes da sociedade*; e *Tableau Économique* de François Quesnay, publicado em 1758, no qual simboliza a primeira escola de pensamento econômico, os *fisiocratas*. Em todas essas visões já se pode perceber em seu conjunto os pilares teóricos que sustentam a análise do sistema econômico: ***produção, distribuição e acumulação.***

Mas é com Adam Smith e seu *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, publicado em 1776, que a análise do sistema econômico se completa, assumindo, a partir daí o *status* de ciência. Com Smith inaugura-se a *Escola de Economia Política* ou *Escola Clássica*, e as três fases principais da análise teórica do sistema econômico apontadas anteriormente (produção, distribuição e acumulação) assumem uma estrutura teórica integrada e de fato, ***sistêmica.***

A análise da *produção* elaborada pelos economistas clássicos se assenta nos pilares *teoria do valor, divisão do trabalho, lei dos mercados* e *teoria quantitativa da moeda*. A *distribuição* é explicada a partir da remuneração do trabalho (*salário*), da renda extraída pelos proprietários de bens imóveis (*aluguel*), do *lucro* e do *juro*

acordado aos empresários. Por fim, a *acumulação* é o de *motor do sistema econômico*; isto é, entendida pelos economistas clássicos, como parte da produção anual destinada à renovação do capital depreciado e à ampliação da capacidade produtiva. Estas, em conjunto, constituem-se na primeira teoria do capitalismo.

Dessa forma, é a partir de Adam Smith e com os economistas clássicos que a análise sistêmica da economia se fundamenta em teoria, com princípios e métodos definidos. Para os historiadores, estudar os Princípios e Tratados de Economia Política do século XIX, ou mesmo as Teorias Econômicas Gerais do século XX, é enxergar nelas teorias do capitalismo. E por quê? Porque, não obstante a rejeição e a negação de grande parte dos economistas ao termo capitalismo, mais do que um corpo científico, há um espírito doutrinário naqueles textos, com projeto político-ideológico bastante delimitado, qual seja, a defesa do capitalismo como sistema econômico, cujos pilares são: a “liberdade” de escolhas, a “igualdade” de oportunidades e o “progresso” contínuo da sociedade.

Portanto, a primeira tentativa de definir o capitalismo deve vir a partir do diálogo com a ciência econômica; isto é, o campo de conhecimento que nasceu com a evolução do capitalismo e, não obstante tenha em seu meio críticos ao sistema, é a que, no quadro das demais ciências sociais, mais se identifica com essa forma de organização socioeconômica.

Smith conseguiu sintetizar as transformações socioeconômicas de seu tempo, ou seja, o século XVIII; e por isso, sua teoria econômica está voltada para a produção e o intercâmbio. Embora a revolução industrial estivesse em curso no momento da publicação da *Riqueza das Nações*, Smith não percebeu ou ainda era muito cedo para sentir os efeitos da mecanização da produção na economia; mas os elementos básicos do capitalismo já estavam constituídos e, por isso, seu estudo é considerado a ***primeira teoria do sistema capitalista***.

## 1.2 – O tempo de Smith

Adam Smith (1723-1790) é um pensador do século XVIII, um tempo histórico considerado revolucionário na Europa Ocidental e que impactou profundamente o outro lado do Atlântico, os territórios coloniais dos europeus, iniciando ainda em suas últimas décadas os processos de independência que varreria o continente americano no início do século XIX. Para tentar compreender a obra de um autor, é preciso buscar sua origem e o seu tempo. Analisa-se aqui as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do século XVIII e o lugar da Grã-Bretanha e da Escócia, país natal de Smith, nesse processo.

Em termos econômicos<sup>2</sup>, o setecentos é considerado pelos historiadores econômicos, como um século de recuperação econômica, comparado aos dois séculos anteriores, XVII – depressão – e XVI – expansão, desde o início da expansão marítima europeia no século XV. Em resumo, a fase de expansão do século XVI, na verdade ocupa mais de um século, estendendo-se de 1501 a 1620. Foi uma continuação da expansão europeia do século XV, reforçada pela entrada em grande quantidade de metais preciosos advindos das minas americanas e marca o período hegemônico da conquista colonial de Portugal e Espanha. O ingresso de metais nobres provocou uma verdadeira *revolução nos preços* que impactou o comércio em escala global.

Essa fase foi também a época do estabelecimento de uma economia em nível mundial, do fortalecimento dos Estados Nacionais, do apogeu do Renascimento e da Reforma Protestante.

No século XVII registrou-se uma fase depressiva atingindo fortemente a economia europeia. Três fatores podem ser elencados: a redução no volume de metais preciosos recebidos pela Europa, devido esgotamento das minas americanas; inconsistência de sua recuperação demográfica; e, a fraqueza do sistema econômico comercial em auto sustentar-se. As consequências são duas tendências distintas na economia europeia, de um lado deflação dos preços das mercadorias; de outro, inflação dos salários pagos aos trabalhadores.

---

<sup>2</sup> Análise baseada em: REZENDE, C. *História Econômica Geral*. 5 ed., São Paulo: Ed. Contexto, 2000. Cap. 5, pp., 116-120; 129-137.

Dessa forma, o século XVIII é considerado um período de recuperação econômica, no qual tem seu ponto de partida a década de 1720. Os principais fatores para essa nova fase de expansão econômica foram: um novo afluxo de metais preciosos da América, principalmente vindos do México (prata) e do Brasil (ouro), e o crescimento demográfico no continente europeu.

Embora essa fase de recuperação não tenha sido constante, estando sujeita a crises esporádicas, notadamente no que diz respeito à produção agrícola, foi de grande importância para gerar as condições definitivas da hegemonia inglesa no contexto mundial. Tal recuperação, de fato, possibilitou a concretização, na Inglaterra, da *revolução industrial* nas últimas décadas do século XVIII, consolidando assim, o sistema econômico capitalista em seus principais elementos.

No quadro político<sup>3</sup>, é justamente a *revolução burguesa* ocorrida na Inglaterra ao longo do século XVII, que gerou as condições político-institucionais, para hegemonia inglesa no século XVIII.

A abolição dos direitos feudais, o fortalecimento do Parlamento frente ao poder executivo do Rei, a criação do Banco da Inglaterra, todas essas instituições foram de suma importância para consolidar o poder das duas principais classes sociais que saíram vitoriosas desse processo revolucionário; quais sejam, os grandes comerciantes e a *gentry* (nova nobreza).

Os impactos na economia no longo prazo foram, em primeiro lugar, a constituição de um mercado nacional integrado por meio das transformações na estrutura agrária em direção à economia de mercado; ou seja, a propriedade rural passou a ser vista a partir desse momento como um bem econômico, e portanto, sua produção, se voltou para gerar lucros aos seus proprietários.

Segue-se com a expansão territorial da revolução nas Ilhas Britânicas, com a conquista da Irlanda e consequente expropriação de camponeses e proprietários; a conquista da Escócia, necessária para impedir a restauração da velha ordem; todas estas com objetivos claros de abertura de mercados para os comerciantes ingleses.

Por fim, a instituição dos Atos de Navegação com vistas à hegemonia marítima e comercial, ocupando o lugar dos holandeses, bem como o fortalecimento

---

<sup>3</sup> Análise baseada em: ARRUDA, J. J. A. *A Grande Revolução Inglesa – 1640-1780*. São Paulo: Departamento de História-FFLCH-USP/Hucitec, 1996. Cap. III, pp., 49-68.

da marinha de guerra e das operações militares nos oceanos. Todas essas medidas abriram espaço para o avanço do capitalismo no século XVIII.

Embora a Inglaterra tenha se envolvido em guerras ao longo do século XVIII, principalmente com a França, sendo a mais importante delas, a *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763), internamente foi uma época de estabilidade econômica, política e social.

Mas, foi no campo cultural em que as transformações foram as mais significativas. O século XVIII foi o século do *Iluminismo*. Este pode ser definido como um movimento filosófico-cultural da elite intelectual europeia, que procurou mobilizar o poder da razão, a fim de reformar a sociedade e o conhecimento herdado da tradição medieval. Abarcou inúmeras tendências e, entre elas, buscava-se um conhecimento apurado da natureza, com o objetivo de torná-la útil ao homem.

O Iluminismo faz parte da *Revolução Cultural-Científica* que se iniciou no século XVI. Ou tal como afirmou Falcon, pode ser visto ou como a *culminação de um processo, o clímax do Renascimento amparado na Revolução Científica do Século XVII*; ou o *ponto de partida de uma nova aventura intelectual*<sup>4</sup>.

As bases do Iluminismo dos setecentos, contudo, foram produzidas por Baruch Spinoza (1632-1677), John Locke (1632-1704), Pierre Bayle (1647-1706) e Isaac Newton (1643-1727).

Os pensadores iluministas tinham como ideal a extensão dos princípios do conhecimento crítico a todos os campos do mundo humano. Supunham poder contribuir para o progresso da humanidade e para a superação dos resíduos de tirania e superstição que creditavam ao legado da sociedade feudal. A maior parte dos iluministas associava ainda o ideal de conhecimento crítico à tarefa do melhoramento do Estado e da sociedade.

Entre o final do século XVII e a primeira metade do século XVIII, a principal influência sobre a filosofia do iluminismo proveio das concepções mecanicistas da natureza que haviam surgido por influência dos estudos de Galileu Galilei (1564-1642) e que tinha em Newton seu principal expoente. Em suma, pode-se afirmar que

---

<sup>4</sup> Ver: FALCON, F. J. C. *O Iluminismo*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

esse período foi marcado por tentativas de adaptação do modelo de estudo dos fenômenos físicos para a compreensão dos fenômenos humanos e culturais.

A partir da segunda metade do século XVIII, muitos pensadores iluministas passaram a afastar-se das premissas mecanicistas legadas pelas teorias físicas do século XVII, aproximando-se então das teorias vitalistas que eram desenvolvidas pela nascente ciências naturais. Teorias sociais e as filosofias da história desenvolvidas na segunda metade do século XVIII, foram fortemente inspiradas pela obra de naturalistas.

É dentro desse contexto em que viveu Adam Smith, nascido na Escócia, um país que em 1707 juntou-se a Inglaterra e País de Gales criando o Reino Unido da Grã-Bretanha. Com essa união os parlamentos de Inglaterra e Escócia foram dissolvidos e criado um novo – o Parlamento da Grã-Bretanha – com sede em Westminster. A união também repercutiu na economia, com a unificação das respectivas alfândegas, constituindo assim, numa única aduana; não obstante a moeda escocesa continuar separada da Libra Esterlina.

Adam Smith fez parte de uma geração de intelectuais de seu país denominados de *iluministas escoceses*. Tal geração foi responsável por disseminar as novas ideias pela Grã-Bretanha. Mas, mais do que isso, a “escola escocesa” deu grandes contribuições a uma *investigação do entendimento humano*, a uma *reinterpretação da história* e cristalizou *uma economia política*. (Cf., FONTANA, 1998: pg., 82).

### *1.3 – As influências intelectuais e o método de análise de Smith*

Para se entender a teoria de Adam Smith, há que se investigar suas influências intelectuais, seu papel no contexto do *Iluminismo Escocês* e seu método de análise.

Inicia-se a abordagem pelas influências intelectuais. Discute-se aqui duas principais influências, quais sejam, David Hume, considerado o fundador do *Iluminismo Escocês* e a *Escola Fisiocrática* francesa, considerada a primeira escola de pensamento econômico.

A “escola escocesa”, como já foi delineado, se preocupou em primeiro lugar, em precisar a lógica das ações humanas; em sequência, a organização social dos homens vivendo em uma civilização em estágio avançado; a interação entre estas é dada por uma tecnologia do desenvolvimento econômico, que asseguraria o progresso futuro sem necessidade de revoluções (Ibid. Ibidem.).

Esta nova visão de mundo estava de acordo com o pensamento dominante nas Ilhas Britânicas no século XVIII. A classe dominante (os “homens de propriedade”), as classes médias urbanas e até mesmo uma parte do proletariado, buscavam uma concepção de mundo que fosse universalmente aceita e que, mantivesse, pelo menos de forma aparente, uma estabilidade social, já que a estabilidade política havia sido alcançada com o pacto da chamada *Revolução Gloriosa*, em 1688. Não há dúvida de que o *Iluminismo Escocês* cumpria essa tarefa de construir essa nova visão de mundo, *a quem se oferecia um futuro cheio de promessas em troca do seu conformismo com o presente* (Cf., Idem.).

Isto posto, a parte central dessa visão era a concepção da história; isto é, uma apresentação do curso da evolução do homem como uma ascensão até a sociedade comercial moderna, e que se prolongaria numa projeção ao futuro em que o desenvolvimento econômico permitiria satisfazer as necessidades e as aspirações da humanidade inteira<sup>5</sup>.

O fundador dessa concepção histórica, bem como do *Iluminismo Escocês* foi David Hume (1711-1776). Em seus *Discursos Políticos* publicados em 1752, Hume apresenta sua contribuição ao campo da teoria da história. Parte de uma consideração das etapas do desenvolvimento humano que aparecem estreitamente ligadas às atividades econômicas.

A primeira fase foi a do *selvagismo*, em que os homens se dedicavam unicamente à caça e à pesca. A fase seguinte é a evolução desigual da humanidade para estágios da agricultura e manufatura; ou seja, uma economia de base agrária, semelhante à que dominava a Europa do seu tempo. Nessa, Hume chama atenção sobre o peso dos fatores climáticos e políticos no desenvolvimento econômico,

---

<sup>5</sup> Sobre a importância do *Iluminismo Escocês*, consultar: BRODIE, A. *Introduction*. In BRODIE, A. *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp., 01-07.

defendeu que o *Absolutismo* somente engendrava pobreza, não obstante também a liberdade por si só não bastava para engendrar o crescimento<sup>6</sup>.

Dentro dessa sociedade, o desenvolvimento econômico baseia-se na divisão do trabalho e na articulação do mercado. Numa primeira etapa, estes mecanismos atuam internamente, na base do intercâmbio dos excedentes camponeses pelos manufaturados locais. Contudo, o comércio exterior e o luxo tornam-se determinantes para acelerar a produção e, conseqüentemente, constituir uma nova etapa de desenvolvimento. De acordo com Hume, a oferta de objetos novos trazidos pelo comércio distante incita as pessoas de maior poder aquisitivo a consumir mercadorias que seus antepassados desconheciam; os grandes benefícios desse comércio incitam outros comerciantes a entrar em competição e, finalmente, a manufatura local procura imitar esses produtos de fora, para os quais haveria um mercado vantajoso.

Esse seria, em resumo, o modelo padrão do progresso humano, para Hume. Mas, também, encontra-se o essencial do *Iluminismo Escocês* e a própria concepção de progresso utilizado correntemente no mundo contemporâneo. Não há dúvida de que *A Riqueza das Nações* de Smith foi totalmente influenciada pelas concepções de David Hume. O próprio Smith o homenageia em sua primeira edição, já que Hume morreu no mesmo ano da publicação, 1776.

No que toca à *Fisiocracia*<sup>7</sup>, é considerada a primeira escola de pensamento econômico, com uma doutrina para defender e propagar, um mestre, Francois Quesnay, e um grupo fervoroso de seguidores. O trabalho seminal e mais importante foi o *Tableau Économique*, publicado em 1758.

A contribuição científica fisiocrática pode ser resumida a partir de quatro pontos principais, a saber:

*(a) as noções de trabalho produtivo e improdutivo, através das quais a fonte real de riqueza foi encontrada no produto líquido obtido por aplicação de mão-de-obra à terra; (b) a ideia de interdependência entre os diversos setores produtivos e a ideia relacionada de equilíbrio macroeconômico; (c) a representação dos intercâmbios econômicos*

---

<sup>6</sup> Ver: FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998. Cap. 4, pp.,84-85. Também: WOOTTON, D. *David Hume, "The Historian"*. In: NORTON, D. F. *The Cambridge Companion to Hume*. 9 printing. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, pp., 281-312.

<sup>7</sup> Análise da *Fisiocracia* baseada em: SCREPANTI, E & ZAMAGNI, S. *An Outline of the History of Economic Thought*. 2 ed., Oxford: Oxford University Press, 2005. Cap. 2, pp., 55-57.

*como um fluxo circular de dinheiro e bens entre os vários setores econômicos; (d) o deslocamento do interesse científico do estoque de riqueza para o fluxo de produto líquido (Cf., SCREPANTI & ZAMAGNI, 2005: pg., 56).*

Quesnay assumiu que o ciclo produtivo durava um ano, e que o *produto* de cada ano era parcialmente consumido e parcialmente reutilizado como necessário para o ano seguinte. Concentrou-se na *produção agrícola*, o único setor capaz de produzir um excedente sobre os custos de reposição e a única *fonte real de riqueza*. Os fisiocratas consideravam o excedente da terra uma espécie de *dom natural*.

Os agricultores, portanto, formavam a *classe produtiva*. As pessoas empregadas na manufatura, por outro lado, constituíam a *classe estéril*, não porque não produzissem, mas simplesmente porque o valor da sua produção era considerado como igual ao valor global dos insumos.

Finalmente, havia a classe de proprietários, ou *classe distributiva*, cujo papel econômico era consumir o excedente criado pela classe produtiva e começar, pela despesa das rendas, o processo de circulação de dinheiro e bens entre os vários setores econômicos. Os fisiocratas chamavam esse processo de circulação de *distribuição*.

Em resumo, o *Tableau Économique* mostrava como os produtos dos dois setores eram *distribuídos* e como a *circulação* de dinheiro garantia uma *reprodução* contínua do sistema econômico. Este, por sua vez, era constituído por três classes sociais cujas trocas de bens eram garantidas pelo fluxo de dinheiro.

Quesnay derivou duas conseqüências políticas importantes de seu modelo. A primeira diz respeito à capacidade “natural” de um sistema econômico para reproduzir por si só, desde que não seja obstruído por intervenções do governo. O equilíbrio reprodutivo no qual o sistema se encontra pode ser definido como uma situação em que cada setor fornece aos outros setores exatamente a quantidade de insumos solicitados.

Quesnay era médico e estudou o sistema econômico como se fosse um *organismo natural*. O *equilíbrio* em que a economia se encontrava naturalmente era visto como manifestação da *ordem natural* das coisas. Esta, por sua vez, não seria perturbada se as instituições da sociedade organizada não interferisse.

É dentro desse contexto que os *fisiocratas* acreditavam na máxima *laissez-faire, laissez-passer* como palavra de ordem de seu movimento. Dito de outra forma, as mercadorias iriam sozinhas onde tinham de ir para satisfazer as condições de reprodução da sociedade.

A segunda implicação política do modelo fisiocrata diz respeito à doutrina do *imposto único*. Isso trouxe para suas conclusões lógicas o argumento que já havia sido esboçada por Vauban e Boisguillebert no começo do século XVIII; qual seja, o melhor que poderia ser feito pelo governo no que se refere às finanças públicas era eliminar todos o aparelho fiscal ineficaz, herdado da Idade Média, que só impedia a livre circulação de mercadorias e a iniciativa privada.

Com efeito, os fisiocratas defendiam a política de um imposto único apenas para o fator produtivo, a terra, que seria pago com o produto líquido. Os outros rendimentos seriam gastos no “consumo necessário”, essencial para a processo de produção.

Smith travou conhecimento com os fisiocratas em sua estada na França, entre os anos de 1764 e 1766. Conheceu Quesnay e Turgot. Muitos dos princípios econômicos desenvolvidos por estes, sobretudo Quesnay, encontram-se na *Riqueza das Nações*. O entendimento que a principal fonte de riqueza é o trabalho, a distribuição funcional da renda e a fé no liberalismo econômico. Contudo, havia discondâncias frontais com aqueles.

No Capítulo 9, do Livro IV, da *Riqueza das Nações*, Smith expôs sua discordância sobre o papel da agricultura como única fonte de riqueza. Para ele, os fisiocratas se equivocam ao reduzir o papel dos comerciantes, manufatureiros e artífices a mera “classe improdutiva”. Pelo contrário, segundo Smith, é justamente, devido essa classe que os proprietários e os agricultores conseguem ter acesso ao mercado. Em resumo, a manufatura e o comércio eram, de fato, os elementos que aumentavam as forças produtivas do trabalho produtivo, inclusive, contribuindo indiretamente, para a expansão da produção agrícola (SMITH, [1776], 2003: pp., 842-876).

Depois de Hume, Smith é considerado a figura mais importante do *Iluminismo Escocês*. Ele sintetizou a concepção liberal de sociedade que vinha se delineando desde o fim do século XVII. Ou seja, uniu a defesa da propriedade privada

como fundamento da ordem civil de Locke; as ideias históricas de Hume e no centro de sua construção teórica uma concepção de progresso de caráter econômico, no qual mostra a evolução da humanidade, cujo estágio mais civilizado seria a sociedade comercial e sua economia política de livre mercado.

Por fim, o método que Smith utilizou para compor sua obra é fundamentado nos princípios da física newtoniana. Newton partia de eventos particulares e procurava a partir deles a construção de seus princípios fundamentais. Percebe-se em Newton a aceitação filosófica de que as ideias científicas são um tipo de *convenção* necessária para o conhecimento ordenado do mundo, sem que se precise levar muito adiante a ideia de verdade, quer apoiada nos eventos empíricos, quer na faculdade da razão. Em outros termos, Newton não acredita que o conhecimento científico possui um substrato ontológico verdadeiro. A teoria científica não representa a apreensão da verdade última das coisas tal como a encontramos em Aristóteles ou no racionalismo de Descartes<sup>8</sup>.

Smith interpretou e aplicou o método newtoniano em várias de seus trabalhos. Em *Os princípios que guiam e conduzem a investigação científica ilustrado pela História da Astronomia*, publicado entre 1746 e 1748, ao examinar a evolução histórica das explicações em astronomia afirma que as teorias científicas são resultado de disposições psicológicas. Descreve a mecânica dos sentimentos que conduzem à explicação científica, sendo esta provocada apenas em homens ociosos e educados na arte do pensamento de modo a dar vazão as ideias.

Smith reconheceu três sentimentos e examinou a ordem em que eles se sucedem. O estímulo provocado pelo evento inesperado gera o sentimento de *surpresa*; em seguida, o singular desperta o *espanto* e, finalmente, o grande e belo produz *admiração*. Esses sentimentos afloram, nessa ordem, transmitindo movimento e imaginação.

---

<sup>8</sup> Ver principalmente: FEIJÓ, R. *Metodologia e Filosofia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 2003. Cap., 1, pp., 21-25. GRISWOLD JR., C. L. *Imagination: morals, Science and arts*. In: HAAKONSEN, K. *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Cap., 1, pp., 22-56. BERRY, C. J. *Smith and Science*. In: HAAKONSEN, K. *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. Cap., 4., 112-135. WOOD, P. *Science in the Scottish Enlightenment*. In: BRODIE, A. *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp., 94-116.

Smith vincula-se a uma visão de ciência que se pode denominar de *convencionalismo*. Ele não acredita na verdade das teorias e sim que elas são exercícios para tranquilizar a imaginação. O filósofo sente-se intranquilo quando se depara com fatos inusitados que não podem ser explicados no enquadramento em moldura teórica até então aceita. É quando, no esforço de tranquilizar os sentimentos, o filósofo propõe outra teoria que, se funcionar, irá estabelecer novamente o repouso da imaginação.

Em resumo, tanto Newton como Smith, compartilham entre si, o método de raciocinar em ciência tomando os princípios elaborados pela intuição e apoiados na indução de fenômenos, para com base neles deduzir novos fenômenos. Ambos mantêm o ceticismo quanto ao realismo das premissas.

A prática de Newton é listar os fenômenos já conhecidos antes de apresentar a teoria. Os fenômenos justificam a proposição de princípios teóricos dos quais são deduzidos novos fenômenos. A natureza última dos princípios não importa, nem seu conteúdo de verdade.

É em analogia às leis gerais do movimento dos corpos da Física que Smith concebeu as leis gerais da Economia.

#### *1.4 - A teoria do desenvolvimento do capitalismo de Adam Smith*

Em primeiro lugar, há que se ter em mente que *A Riqueza das Nações*, foi uma tentativa de oferecer uma explicação alternativa da aceleração sem precedentes do crescimento econômico da Europa Ocidental, em especial, o que se verificava ao longo do século XVIII.

Antes dessa época, a riqueza de uma nação era, não só explicada, bem como estimulada, como resultado da “mão visível” do poder militar. Os países podem diferir em suas posses – tais como o clima, a fertilidade da terra e dos recursos naturais –, mas essas vantagens podem sempre ser obtidas pela conquista. Em resumo, o poder econômico era, evidentemente, uma consequência do poder militar (INGHAM, 2008: pg., 7).

A teoria e a *práxis* dessa estratégia de desenvolvimento foi expressa na Época Moderna pela doutrina mercantilista. Nessa, o poder deveria ser fundado e

assegurado na acumulação de riquezas dentro de um estado territorial. Em alguns casos, até mesmo o comércio de exportação era interpretado como uma perda de recurso que, além disso, poderia fortalecer um inimigo.

A *Riqueza das Nações* de Smith é justamente um manifesto contra a doutrina mercantilista e faz parte de um esforço intelectual conjunto, que desde o final do século XVII, vinha observando o processo de desenvolvimento europeu ocidental e enxergando uma realidade bem distinta, o que fortalecia a construção de explicações alternativas de ascensão e queda dos Estados.

Em meados do século XVIII foi se tornando evidente que o progresso da sociedade por meio de uma sucessão de estágios cada vez mais complexos em desenvolvimento socioeconômico não poderia ser explicado simplesmente como o resultado da intenção consciente dos governantes poderosos.

O elo fraco dessa explicação estava na decadência da Espanha. Ou seja, provavelmente o mais mercantilista de todos os estados europeus foi superado, já em meados do século XVII por um país insignificante em recursos naturais e materiais próprios, a Holanda.

É interessante notar que esse fato, aparentemente, inverteu a relação entre poder militar e econômico. Isto é, enquanto a Espanha havia procurado poder pela conquista e apreensão de metais preciosos da América; a Holanda baseou-se sua riqueza em empreendimentos comerciais como as Companhias das Índias Orientais, que apoiou a expansão de seu poderio militar (SMITH, 2003 [1776]: Livro IV, pp., 531-562).

Smith argumentou que as sociedades europeias ricas e bem-sucedidas foram entrando em nova etapa de desenvolvimento econômico, com base no comércio. Ou seja, a criação de riqueza passou a ser resultado de uma miríade de indivíduos perseguindo seus próprios interesses, e não mais as estratégias de Estados. Consequentemente, as duas questões econômicas fundamentais – o crescimento da riqueza e sua distribuição – agora necessitavam de uma explicação completamente diferente.

a) Uma teoria Smithiana da História

Para responder as duas questões levantadas anteriormente, Smith partiu do pressuposto de que o *trabalho* é a única fonte de geração de riqueza de uma sociedade.

A *divisão do trabalho* foi objeto de estudo dos três primeiros capítulos do *Livro I*. No capítulo 1, Smith construiu o conceito. Segundo ele, o maior aperfeiçoamento das *forças produtivas (instrumentos e equipamentos utilizados para a realização de tarefas e produção de mercadorias)* do trabalho e grande parte da habilidade, destreza e discernimento com que ele é em todos os lugares dirigido ou aplicado parecem ter sido os efeitos da *divisão do trabalho*. Dessa forma, a *divisão do trabalho* é de grande importância para o aumento da *quantidade de trabalho* (produtividade) devido a três circunstâncias: o *aumento da destreza de cada trabalhador, economia do tempo e progresso técnico*. Smith concluiu que a *divisão do trabalho* possibilitou a grande multiplicação de produções e que esta é base da criação da *riqueza* da sociedade.

O que se pode depreender da análise de Smith, é que a *divisão do trabalho* cumpre duas funções: uma *social*, ou seja, *divisão social do trabalho*, responsável pela *especialização* da força de trabalho, e, portanto, responsável pelo *desenvolvimento econômico* da sociedade; outra *técnica*, responsável pela alocação dos trabalhadores entre as várias linhas de emprego.

No *Capítulo 2*, Smith discutiu como se originou a *divisão do trabalho*. Segundo ele,

*É antes a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa propensão na natureza humana de cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra. Essa propensão é comum a todos os homens e não se encontra em nenhuma outra raça de animais, que parecem desconhecer esta e todas as outras espécies de contrato (Cf., SMITH, [1776], 2003: pg., 18).*

Na medida em que é por acordo, por troca e por compra que obtemos uns dos outros a maior parte dos serviços mútuos dos quais necessitamos, é essa mesma

---

<sup>9</sup> Ver: SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. ([1776],2003). Vol., 1, Livro I, Cap.1, pp., 7-18; Cap. 2, pp., 19-22; Cap. 3, pp., 23-28.

*propensão para troca que leva originalmente à divisão do trabalho. Do princípio à propensão a troca, Smith extraiu o conceito de excedente de produção, em que cada indivíduo produz mais de um objeto do que necessita. Com esse excedente, pode-se obter os demais objetos por meio de uma troca.*

Em resumo, o indivíduo deixa de produzir para si próprio e passa a produzir para os outros. Assim, tem-se o surgimento de uma economia de trocas. O *conteúdo social da produção passa a ser direcionada para o mercado e não para o consumo pessoal.*

No *Capítulo 3*, analisa a *extensão do mercado* como limite à *divisão do trabalho*. Para Smith, quando o mercado é muito reduzido, ninguém encontra estímulo para dedicar-se exclusivamente a uma atividade, uma vez que não haverá a possibilidade de trocar todo o excedente de produção do trabalho que supera o próprio consumo pelo excedente de produção do trabalho de outros homens de que tenha necessidade. Smith concluiu nesse capítulo que a *extensão dos mercados se mantém proporcional às riquezas produzidas e trocadas, bem como à densidade populacional.*

No contexto desses três capítulos analisados e nos Livros III e IV de *A Riqueza das Nações*, pode-se perceber uma *teoria da história* desenvolvida pelo autor. Contudo, tal teoria está de fato explicitada nas *Glasgow Lectures*, um conjunto de aulas manuscritas por um aluno de Smith, e que posteriormente foram reunidas num *Ensaio*, que datam de um período bem anterior à publicação de *A Riqueza das Nações*. Historiadores do pensamento econômico contemporâneos afirmam que nessas *Aulas*, esboça-se as primeiras reflexões econômicas de Smith, antecipando as principais ideias que seriam desenvolvidas anos depois em sua obra máxima.

Smith acreditava que havia *quatro estágios* distintos de desenvolvimento econômico e social: *a caça, o pastoreio, a agricultura e o comércio*<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> A teoria dos *Quatro Estágios* de Smith, como foi visto, foi fundamentada na concepção histórica de David Hume. Sobre isso, ver: MEEK, R. *Economia & Ideologia. O desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, Cap. 3, pp., 50-70. HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 2 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, pg., 41. Segundo Pockock, foi uma teoria da história idealizada, com a tentativa forçada de construir um modelo histórico do processo de desenvolvimento europeu distinto de outras sociedades e civilizações. POCKOCK, J. G. A. *Adam Smith and History*. In: HAAKONSEN, K. *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Em cada estágio, os tipos de relações de propriedade, o entendimento de métodos de produção e distribuição das necessidades econômicas de uma sociedade constituíam as chaves para compreensão de suas instituições sociais e governos. Para Smith, todas as sociedades estavam basicamente em algum desses estágios, embora pudessem estar passando por um período de transição em que certas características de dois estágios estivessem presentes. Entretanto, não havia, porém, qualquer pressuposto de que as sociedades passassem obrigatoriamente de um estágio para outro estágio seguinte. Só quando estivesse presente o conjunto apropriado de circunstâncias geográficas, econômicas e culturais é que haveria uma evolução social progressiva.

**Estágio da *caça*:** o estado mais baixo e rude da sociedade. Nestas sociedades, a pobreza e a precariedade da existência envolviam uma igualdade, na qual inexistia qualquer forma institucionalizada de poder ou de privilégios, porque a base econômica necessária para esses privilégios e para esse poder não existia.

**Estágio do *pastoreio*:** neste estágio, afirma Smith, a economia permitia maiores agrupamentos sociais. A produção baseava-se na domesticação de animais e a criação exigia uma existência nômade. Neste tipo de sociedade encontra-se, pela primeira vez, uma forma de riqueza que pode ser acumulada – o gado. Para Smith, a propriedade do gado tornou-se, então, a primeira forma de relação de propriedade e com ela surgiu a necessidade de uma proteção institucionalizada do privilégio e do poder.

**Estágio da *agricultura*:** era identificado com a economia feudal da Europa. Nesse estágio, as sociedades se fixavam permanentemente em uma área, e a agricultura se tornava a atividade econômica mais importante. Com isso, a propriedade da terra passava a ser a relação de propriedade mais significativa na diferenciação das classes, segundo seus privilégios e poder. A propriedade da terra torna-se fonte de poder social e político. A partir dessa base econômica, segundo Smith, a sociedade passa a ser dividida entre governantes e governados. Os governantes constituem a nobreza, que por meio da *Lei de Primogenitura* impedia que a propriedade fosse dividida, protegendo, assim, o poder da classe dirigente.

**Estágio *Comercial*:** Smith analisa que foi a partir do crescimento das cidades que transformou a agricultura, que se voltou para o mercado. Na sociedade

comercial, ocorreu a divisão do trabalho, em que o desenvolvimento da indústria e do comércio impulsionavam a agricultura comercial. Smith considerava essa forma de sociedade a mais avançada e progressista da sociedade humana.

No Livro III de *A Riqueza das Nações*, ele identificou a origem da sociedade comercial e o seu auge nos séculos XVI a XVIII na Europa Ocidental. Também diferenciou como o sistema mercantil foi se desenvolvendo nas diversas nações europeias.

No modelo smithiano, na verdade, não houve nenhuma necessidade de explicar o surgimento do capitalismo. Ele presumiu que aquele sistema existiu, pelo menos sob forma embrionária, desde o alvorecer da história, se não no próprio cerne da natureza e da racionalidade humana.

Dada essa oportunidade, presumiu o modelo, as pessoas sempre se portaram de acordo com as regras da racionalidade capitalista, visando o lucro e, nessa busca, procurando meios de melhorar a produtividade do trabalho.

Assim, a história, na verdade, teria avançado de acordo com as leis do desenvolvimento capitalista, num processo de crescimento econômico sustentado por forças produtivas em desenvolvimento, ainda que com algumas grandes interrupções.

Se o surgimento da economia capitalista madura requeria alguma explicação, era para identificar as barreiras que se ergueram no caminho de seu desenvolvimento natural e o processo pelo qual essas barreiras foram superadas.

b) Sociedade Comercial, Fatores de produção, Divisão do Trabalho e Mercado de Trocas

O Livro IV, Cap. 1, de *A Riqueza das Nações* expõe os princípios que fundamentam a sociedade comercial. Tal sociedade é constituída por três elementos principais que se inter-relacionam; quais sejam, *fatores de produção, mercado e Estado*. Smith estava preocupado em explicar uma mudança estrutural significativa que estava ocorrendo em sua época, isto é, o rápido desenvolvimento da economia mercantil.

No século XVIII, os sistemas econômicos fechados e autossuficientes, como as casas senhoriais, tinham dado lugar ao mecanismo de mercado em que os salários e os preços foram rapidamente substituindo a reciprocidade tradicional de redistribuição. Esse processo era sentido principalmente na Grã-Bretanha, em que um mercado nacional de mercadorias e de trabalho já estavam bem avançados e em algumas regiões da Europa Ocidental.

Além disso, como já foi mencionado, Smith viu que havia uma relação direta entre a expansão do mercado de trocas e a divisão do trabalho. A extensa especialização das tarefas e sua função econômica eliminava a autossuficiência das famílias, fazendo com que as trocas passassem a ser necessárias, o que por sua vez, permitia maior divisão especializada do trabalho e, conseqüentemente, maior eficiência e crescimento econômico.

***Os fatores de produção.*** A sociedade comercial, segundo Smith, é composta por dois setores econômicos – agricultura e manufatura, em que o capital compreende principalmente os meios de produção que emprega trabalho (A definição de capital em Smith, encontra-se no Livro II da *Riqueza das Nações*).

Isso dá a sociedade comercial, de acordo com Smith, seus três *fatores de produção* principais – *terra, capital e trabalho*. Essa divisão fundamental é a base para as três ordens constitutivas da sociedade mercantil: *proprietários de terra (imóveis), capitalistas e trabalhadores*. Sua dependência mútua pode ser rastreada através das relações de troca entre os *aluguéis, os lucros* e os *salários* em um *fluxo circular* da produção, receitas e despesas. O capital fornece os salários para as despesas do trabalhador e do consumo da produção, o que, por sua vez, cria o lucro, mais capital e assim por diante.

***A divisão do trabalho e mercado de trocas.*** O mecanismo básico do sistema comercial é a divisão do trabalho, a dependência mútua das partes separadas e sua conseqüente necessidade de trocar os seus produtos. Ao contrário de outras formas de relações sociais de trabalho, assentadas na compulsoriedade, tais como a servidão feudal ou a escravidão, a interdependência – isto é, a relação entre as partes – na sociedade comercial baseia-se no preço dos respectivos fatores que são livremente estabelecidos no que Smith referia-se como a “liberdade perfeita” do mercado de trocas.

Dentro de cada uma das três divisões da sociedade – terra, capital e trabalho – há uma maior especialização da função ou tarefa. Smith ilustrou as vantagens da especialização no aumento da produtividade do trabalho com o exemplo das dezoito operações distintas realizadas por diferentes profissionais na fabricação de alfinetes (SMITH 2003 [1776]: Livro I, Cap., 1, pp., 8-9).

A coordenação do complexo sistema funcionalmente diferenciado é feita espontaneamente pela *mão invisível* do mercado – ou seja, a interação entre oferta e demanda que representa as decisões de uma miríade de indivíduos não conectados formalmente. A ascensão e queda nos preços sinalizam a existência de qualquer escassez ou abundância de produtores e consumidores, cujo auto interesse garante que quaisquer desequilíbrios são corrigidos.

Em resumo, o capital é atraído para os setores com o aumento dos preços e os lucros, fazendo-os cair, como resultado do aumento da concorrência. Se deixou-se operar sem entraves, a mão invisível garante o “fluxo circular” da produção, receitas e despesas, e a oferta e a demanda por bens irá se mover para um equilíbrio em que os rendimentos e receitas cobrem os custos de produção, e todos os recursos sejam plenamente empregados.

No entanto, dentro do quadro teórico de Smith, o mercado não é meramente um mecanismo econômico de auto regulação; é também um meio de integração social. Smith defende a ideia de que a troca cimenta a sociedade em redes de interdependência mutuamente vantajosa, e também pode ser vista como uma instituição que pode resolver a eterna questão ética da relação entre o comportamento individual e do bem-estar coletivo.

É partindo desse pressuposto que Smith definiu a *Economia Política* e seu papel como promotora e defensora de uma nova forma de pensar e gerir a sociedade. Na *Introdução* do Livro IV, de *A Riqueza das Nações*, assim ele define o que é Economia Política:

*Um ramo da ciência dos estadistas ou legisladores, [que] propõe-se duas finalidades: primeiro, fornecer ao povo um rendimento ou subsistência abundante, ou melhor dizendo, permitir-lhe que obtenha por si mesmo tal rendimento ou subsistência abundante; segundo, fornecer ao Estado (...) uma receita suficiente para o serviço público. Assim, a economia política propõe-se, a um só tempo, enriquecer o povo e o soberano (Cf., SMITH, 2003 [1776]: Livro IV, Intro, pg., 531).*

c) O papel do Dinheiro

Todavia, a conclusão de Smith sobre a eficácia do mercado depende da suposição importante de que as pessoas não desejam reter riqueza sob a forma de *dinheiro*. Na sua oposição à doutrina mercantilista que o poder dos estados é reforçado pelo acúmulo de dinheiro produzido em forma de metais preciosos (ouro e prata) ao invés da busca de comércio, ele relega o dinheiro a um papel passivo, secundário em seu sistema de análise.

Smith alegou que era irracional, guardar dinheiro, quando este poderia ser utilizado para obter bens de investimento de capital (fixo e de ações), a fim de obter lucros ou gasto para satisfazer desejos. Acumular dinheiro, quer dizer, guardar dinheiro, sem objetivo, era improdutivo.

Smith define *dinheiro* como um meio de facilitar a troca no mercado. Em outros termos, dinheiro era a “grande roda de circulação” e não deveria ser confundido com o verdadeiro conceito de *riqueza* da sociedade, que residia em fatores de produção e bens que circulam (SMITH, 2003 [1776]: Livro II, Cap. 2, pp., 343-352).

d) O papel do Estado

Em sua crítica ao *Absolutismo*, forma de organização estatal das monarquias europeias entre os séculos XVI e XVIII, e o *Mercantilismo*, sua doutrina de política econômica, Smith relegou à política e ao Estado um papel mínimo em assuntos econômicos. Isso não significa que o Estado não fosse importante para ele. Pelo contrário, observou que ele executava três funções indispensáveis na sociedade comercial.

Primeiro, o Estado deveria prover a defesa do território para que a liberdade perfeita fosse exercida. Segundo, e para o mesmo fim, deveria respeitar o estado de direito. Sem direitos de propriedade o mercado não poderia funcionar. Por fim, o Estado deveria fornecer certos bens públicos que nunca seriam rentáveis para iniciativa privada. Smith elenca uma curta lista de bens públicos, todos vinculados à infraestrutura em que o Estado deveria fornecer, quais sejam, estradas, pontes,

portos e canais, onde o nível de investimento de capital e a dificuldade de fixação de preços e de cobrança de receitas afastavam a provisão privada. Contudo, estava convencido de que sempre que possível, os serviços públicos gerais deveriam ser mais bem realizados quando fornecidos na busca do lucro por empresários particulares (SMITH, 2003 [1776]: Livro V, pp., 877-1220).

e) Valor, distribuição e o problema da desigualdade

Como foi visto, a *teoria do valor* de Smith é fundamentada no *trabalho*. Essa é a principal fonte de riqueza da sociedade, pois propicia a troca de bens no mercado. A amplitude da economia de mercado, contudo, depende da divisão do trabalho, na qual é determinada pelo nível de especialização da força de trabalho e de desenvolvimento tecnológico, o qual, por sua vez, determina o processo de acumulação de capital.

A distribuição da renda gerada é feita entre os fatores de produção – terra, capital e trabalho – e as ocupações especializadas na estrutura real da divisão do próprio trabalho. Dessa forma, segundo Smith, a *desigualdade* é produto da forma impessoal, e implicitamente neutra do mecanismo da *mão invisível*, e não pela exploração coercitiva direta como tinha sido na sociedade feudal.

As participações relativas dos aluguéis, salários e lucros foram determinadas pela troca dos respectivos valores – ou seja, o preço que tinha que ser pago livremente para o uso da terra, trabalho e capital para a produção.

Smith distingue entre *preço real* (preço natural) – aquilo que cobre exatamente os custos de produção – e o *preço nominal* (preço de mercado), que é determinado pela escassez e o equilíbrio da oferta e da procura em qualquer ponto do tempo. Os dois preços frequentemente divergem no curto prazo, mas no longo prazo o mercado competitivo assegura a sua convergência (SMITH, 2003 [1776], Livro I, Cap. 5, pp., 38-58; Cap. 7, pp., 68-79).

Essa convergência é exemplificada da seguinte forma: se o preço nominal era demasiado baixo para cobrir os custos, então o negócio seria um fracasso e a empresa sairia do mercado. Por outro lado, se o preço nominal estivesse em ascensão, o negócio era lucrativo, mais empresas seriam atraídas em busca de lucros fáceis,

umentando a concorrência e oferta e, conseqüentemente, redução dos preços. Na linguagem econômica moderna, a economia se move em direção ao equilíbrio.

Nesse ponto, a participação relativa da distribuição de renda entre os três fatores e suas respectivas ocupações é o que traz o pleno emprego dos recursos da sociedade, segundo a *hipótese distributiva smithiana*. Nessa situação, produzido pela livre troca, os fatores de produção receberiam justamente o retorno que premiou sua contribuição para este equilíbrio perfeito. Qualquer outra distribuição iria perturbar o equilíbrio. No longo prazo, aluguel, salários e lucros são equivalentes ao valor da sua contribuição para a riqueza agregada. Para Smith, a distribuição de renda feita por meio da *mão invisível* não só é eficiente, mas também, pode-se dizer “justa” e “honesta”.

### *1.5 - Observação final*

A teoria smithiana deu suporte para economistas e historiadores desenvolverem, no final do século XIX e primeira metade do século XX, o modelo mercantil de explicação para o desenvolvimento do capitalismo.

Essa explicação está nos historicistas alemães, nos historiadores mercantilistas, e até mesmo, influenciou o marxista norte-americano Paul Sweezy.

Os historicistas denominaram o período que se estende do século XV ao século XVIII de época mercantilista e que direta ou indiretamente identificam como a primeira etapa do capitalismo. Muitos autores denominam aquele período de capitalismo mercantil.

Retomaram a ideia de Smith de “sistema mercantil” dando um caráter substantivo. Isto é, em Smith, o “sistema mercantil” entende-se como um adjetivo, uma característica de um determinado período. Para àqueles, tal sistema passa a constituir uma época histórica definida.

E o que caracteriza aquela época histórica de acordo com aqueles autores? No plano econômico, a consolidação do comércio de longa distância que se expande para além da rota tradicional, o Mediterrâneo, e conforma uma economia em escala global. No plano político, marca a centralização do Estado que é causa e consequência para a expansão marítima-comercial dos séculos XVI e XVII. Dentro

do sistema de poder, organiza-se uma política econômica que determina o ritmo e os vetores dessa expansão.

Assim, a concepção de capitalismo segundo os autores mercantilistas é: uma organização de produção para um mercado distante. A relação existente entre produção e consumo de bens a partir da extensão da sua rota percorrida, ao passarem do produtor ao consumidor.

Isto posto, de acordo com essa concepção, o capitalismo é *circulacionista*. Ou seja, um sistema em que a produção é determinada pelo sistema de trocas e seu desenvolvimento estaria ligado aos estágios de ampliação do mercado ou; com as formas variáveis de investimento e empresa comercial às quais tal ampliação se ligava.

A versão histórica de tal capitalismo encontra-se nos estudos da Escola Histórica Alemã, em especial, em Gustav Schmoller; nos estudos de Henri Pirenne, William Cunningham e na Escola Neoclássica Sueca, cujo principal representante foi Eli Hecksher.

***Capítulo 2: O capitalismo como um Modo de  
Produção***

*Na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se no seu entrave. Surge então uma época de revolução social. A transformação da base econômica altera, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura. Ao considerar tais alterações é necessário sempre distinguir entre a alteração material – que se pode comprovar de maneira cientificamente rigorosa – das condições econômicas de produção, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito, levando-o às suas últimas consequências. Assim como não se julga um indivíduo pela ideia que ele faz de si próprio, não se poderá julgar uma tal época de transformação pela mesma consciência de si; é preciso, pelo contrário, explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolva todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em via de aparecer. Em um caráter amplo, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser qualificados como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma contraditória do processo de produção social, contraditória não só no sentido de uma contradição individual, mas de uma contradição que nasce das condições de existência social dos indivíduos. No entanto, as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para resolver esta contradição. Com esta organização social termina, assim, a Pré-História da sociedade humana. Karl Marx<sup>11</sup>.*

---

<sup>11</sup> MARX, K. “Prefácio”. In: *Contribuição à crítica da economia política*. [1859]. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, pp., 05/06.

Este capítulo é um diálogo com o *pensamento marxiano*. O que se está se denominando aqui de *pensamento marxiano* é exclusivamente a reflexão contida na extensa obra escrita por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), bem como seus conceitos e categorias acerca do entendimento do surgimento e desenvolvimento do capitalismo.

A categoria *modo de produção* não foi uma expressão usada num sentido único e coerente por Marx em sua obra; contudo, tornou-se, para seus seguidores, um elemento central de uma explicação sistemática da história enquanto uma sucessão de diferentes estágios de desenvolvimento das sociedades humanas.

Pode-se perceber quatro definições de *modo de produção* na obra marxiana. A primeira está relacionada à epígrafe que abre esse capítulo, extraída do *Prefácio* ao texto *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859. Segundo essa perspectiva, a dialética consiste no desenvolvimento paralelo de dois elementos principais que caracterizam o modo de produção, quais sejam, as *forças produtivas* e as *relações sociais de produção*. Define assim, o processo econômico e, basicamente, as relações entre os homens na produção e na apropriação do excedente.

Todavia, em outros momentos, a expressão possui um significado muito mais restrito. Este, pode ser observado no capítulo sobre *Maquinaria e grande indústria*, no Livro Primeiro de *O Capital*. Neste, sobressai os aspectos da mecanização em esferas específicas da indústria, como a introdução da prensa hidráulica, do tear a vapor e da máquina de cardar. Isto posto, a definição de *modo de produção* se restringe a transformações no “processo produtivo”<sup>12</sup>.

No Capítulo VI, inédito do Primeiro Livro de *O Capital*, *Resultados do processo imediato de produção*, publicado apenas em 1976, surge outra definição, relacionada agora, ao *processo de trabalho*. Nessa, Marx distingue entre a *subordinação formal* e a *subordinação real* do trabalho ao capital. Ou seja, entre as condições formais sob as quais têm lugar as formas capitalistas de exploração e as condições concretas de produção a que tais formas de exploração levam e sob as quais são reproduzidas.

---

<sup>12</sup> Ver: MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. [1867]. 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp., 5-100.

Assim, embora as primeiras possam definir o *modo de produção* formalmente, só podem ser reproduzidas como as segundas; e a consequência disso, isto é, a maneira pela qual o *modo de produção* age como uma base que afeta o resto da sociedade, depende das condições reais, as condições sob as quais o *modo de produção* pode ser reproduzido<sup>13</sup>.

Por fim, existe uma passagem no Capítulo XLVII, do Livro Terceiro de *O Capital*, intitulado *Gênese da renda fundiária capitalista*, em que a definição de *modo de produção* está implícita, não obstante Marx não o emprega literalmente; e, talvez, seja a que mais sintetiza àquela categoria como elemento central de uma explicação sistemática da história. Assim diz a passagem:

*A forma econômica específica em que se suga mais-trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela. Mas nisso é que se baseia toda a estrutura da identidade comunitária autônoma, oriunda das próprias relações de produção e, com isso, ao mesmo tempo sua estrutura peculiar. É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos - relação da qual cada forma sempre corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e, portanto, a sua força produtiva social - que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por conseguinte, da forma política das relações de soberania e de dependência, em suma, de cada forma específica de Estado (MARX, [1867] 1988: Vol., 5, pg., 235).*

Em resumo, a categoria *modo de produção* expressa a maneira pela qual o excedente é produzido e seu uso controlado, pois é a produção de um excedente que permite às sociedades crescerem e se transformarem. Mas, mais do que isso, um *modo de produção* é definido pela maneira como se organiza a produção, especificamente em termos de relação entre os produtores diretos e a classe proprietária. É dentro desse contexto que a referida categoria se constitui em elemento central de uma explicação marxiana sistemática da história das sociedades humanas.

Dessa forma, o *capitalismo* é uma das formas historicamente específicas em que os *meios de produção* e *força de trabalho* se combinam para reproduzir as condições materiais de vida.

---

<sup>13</sup> Ver: MARX, K. *Capítulo VI inédito de O capital*. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

O entendimento da construção teórica marxiana do *modo de produção capitalista*, passa pela compreensão de suas principais influências e o seu método. A partir daí, se discute o funcionamento do capitalismo, por meio de suas principais categorias: valor, trabalho e força de trabalho, mais-valor, forças produtivas e relações de produção.

## 2.1 - As influências

Como bem observou Lenin, a reflexão marxiana combinou três vertentes de pensamento, quais sejam: a *filosofia alemã*, a *economia política anglo-escocesa* e o *socialismo francês*<sup>14</sup>.

Da *filosofia alemã*, Marx & Engels construíram sua própria *filosofia*; isto é, o *materialismo dialético*. A filosofia alemã que está se denominando aqui, e que influenciou sobremaneira o *pensamento marxiano*, é o *materialismo mecanicista* de Feuerbach e a *dialética idealista* de Hegel.

Denomina-se *materialismo mecanicista* o tipo de concepção materialista comum do século XVIII, que era determinado principalmente pela lógica da mecânica, ciência que na época havia atingido uma forma mais sofisticada. Esse tipo de materialismo considerava a realidade como uma grande engrenagem mecânica, considerando as leis da mecânica como base para se compreender a natureza e as relações sociais.

Quanto à *dialética idealista*, para Hegel, o que regeria o nosso conhecimento e a nossa razão seria a existência de um *Espírito Universal* que se exterioriza na natureza e na cultura. Esse *Espírito* seria a *razão*, o *logos* e a partir do momento em que ele se move e opera no universo, ele o descobre e o transforma. Ao transformar o universo, esse *Espírito* se reconhece em suas obras e adquire um maior conhecimento de si e do mundo, elevando-se a um estágio superior de entendimento.

---

<sup>14</sup> Toda análise a seguir baseada em: LENIN, V. I. *As Três Fontes e as Três Partes Constitutivas do Marxismo*. [1913]. São Paulo: Editora Global, 1979. MARX, K & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. [1845/46]. 4 ed., São Paulo: Editora HUCITEC, 1984, pp., 11-14; 21-38. BOTTOMORE, T. (ED.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp., 174-175.

A *História* seria o resultado da ação do *Espírito Absoluto* sobre o mundo, manifestando-se através de suas obras (artes, ciência, técnicas) e de instituições (religião, filosofia, leis etc.). A *Dialética* ou *Ciência da Lógica*, como Hegel também a definia, seria o método pelo qual o *Espírito Absoluto* se reconhecera ao operar sobre o mundo. Todas as vezes que o *Espírito Absoluto* opera no mundo, ele reflete a si mesmo, reconhecendo-se e superando as formas anteriores. Tal manifestação pressupõe a contradição como princípio que estabelece a relação entre o *Espírito Absoluto* e o *Universo*, ou seja, ao invés de entender a contradição como algo absurdo e destrutivo, Hegel via nela a condição de existência e a transformação dos sujeitos.

Dessa forma, o método hegeliano rompe com a filosofia kantiana, inaugurando o que se convencionalmente se denominou de *moderna filosofia alemã*. Em sua crítica do conhecimento, Kant limitara as pretensões humanas ao conhecimento científico genuíno ao domínio da *aparência*, afirmando que o conhecimento só pode resultar da ação combinada de formas de intuição e de categorias imanentes ao sujeito que conhece, de um lado, e de dados sensórios produzidos externamente, de outro. Para além dessa relação, estabelecida pela reflexão crítica, resta a *coisa-em-sí*, que, em princípio, é incognoscível. O que os seres humanos podem conhecer é apenas *aparência*. Hegel afirmou que *aparência* e *essência* estão necessariamente juntas e que a mais íntima estrutura da realidade corresponde à do *Espírito humano* que se autoconhece.

Marx & Engels defenderam resolutamente o *materialismo filosófico* em oposição ao *idealismo filosófico*; ou seja, a explicação do mundo pelas ideias, pelos conceitos ou pelo espírito. A doutrina que diz ser o pensamento – consciência –, a ideia, aquilo que determina o mundo e aquilo que produz e determina a existência do ser, das coisas. Ao contrário, o *materialismo* trata o ser, a realidade material, como o elemento que determina o nosso pensamento, as nossas ideias e a nossa vida. As ideias e concepções que a nossa mente projeta sobre o mundo estão determinadas pela existência não do pensamento, mas pela existência material dos objetos à nossa volta, e estes incidem sobre nós quando nos relacionamos com eles.

Contudo, Marx & Engels discordavam do *mecanicismo* que se havia envolvido o materialismo, em especial, àquele defendido por Feuerbach. Em primeiro lugar, porque esse tipo de materialismo ignorava a história em geral e o desenvolvimento

que nela se manifesta. Em segundo lugar, tanto a natureza quanto os homens estariam sujeitos a um movimento de causa e efeito repetitivos, tais como o movimento de uma máquina, que, para se movimentar, possui uma causa específica e um efeito específico e sempre esperado. Por fim, era contemplativo, não considerando o papel da ação do homem no mundo e na sociedade. Pensava-se que o homem era um mero produto do meio. Ao contrário, de acordo com o *pensamento marxiano* o meio é um produto do homem, um produto de sua própria atividade a partir de certas condições historicamente constituídas.

Com o método hegeliano, Marx & Engels reconhecem a força da *dialética* como um instrumento analítico importante do mundo real. Contudo, rejeitam sua característica *idealista*. Isto é, em Hegel a superação dialética é um processo no qual se dá, simultaneamente, a negação de uma determinada realidade, a conservação de algo de essencial que existe nessa realidade negada e a sua elevação a um nível superior. É fácil perceber que a força desse processo é o movimento do pensamento, que determina a realidade e esta, por sua vez, modificada, retorna ao pensamento e o modifica. Mesmo reconhecendo a importância do trabalho como elemento de transformação, Hegel desenvolve sua concepção de dialética numa base idealista, ou seja, a ação do espírito é o que move e transforma a matéria.

Marx & Engels concordavam com a observação de Hegel de que o trabalho era a mola que impulsionava o desenvolvimento e de que o pensamento e o universo estão em perpétua mudança, mas discordavam de que as mudanças no campo das ideias seriam determinantes para a definição da realidade. Ao contrário, para eles, são as mudanças ocorridas no nível da realidade material que determinam as mudanças em nossas ideias. Criticavam ainda a unilateralidade da concepção hegeliana do trabalho, pois Hegel dava muita importância ao trabalho intelectual e não considerava a significação do trabalho físico, material.

Dessa forma, atribuíram à dialética proposta por Hegel uma interpretação materialista, invertendo sua análise de caráter idealista. Não seria mais o *Espírito Absoluto* a ideia que determinaria a realidade, mas a realidade é que determinaria nossas ideias e concepções; a consciência seria determinada pela forma como o nosso ser exprime a sua vida produtiva, naquilo que ele produz e como produz. Sendo assim, o trabalho e a práxis teriam um papel fundamental na formação da

consciência social. Marx & Engels retiraram da dialética todo o revestimento idealista e a aplicaram sobre uma base de entendimento da realidade que parte da concepção materialista como patamar para se analisar a sociedade.

Em resumo, o *pensamento marxiano* a partir de dois instrumentos analíticos retirados da *filosofia alemã* – a distinção entre *aparência* e *essência* e a ideia hegeliana de progresso histórico, através da interação dialética dos elementos contraditórios – constrói sua crítica à *Economia Política* anglo-escocesa.

A economia política clássica anterior a Marx tinha-se formado na Escócia e Inglaterra. Adam Smith e David Ricardo lançaram nas suas investigações do regime econômico os fundamentos da *teoria do valor-trabalho*. Marx continuou sua obra. Fundamentou com toda precisão e desenvolveu de forma consequente aquela teoria. Mostrou que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção.

Onde os economistas clássicos viam relações entre objetos (troca de umas mercadorias por outras), Marx descobriu *relações entre pessoas*. A troca de mercadorias exprime a ligação que se estabelece, por meio do mercado, entre os diferentes produtores. O *dinheiro* indica que esta ligação se torna cada vez mais estreita, unindo indissolúvelmente num todo a vida econômica dos diferentes produtores. O *capital* significa um maior desenvolvimento desta ligação: a força de trabalho do homem torna-se uma mercadoria. O operário assalariado vende a sua força de trabalho ao proprietário de terra, das fábricas, dos instrumentos de trabalho. O operário emprega uma parte do dia de trabalho para cobrir o custo do seu sustento e de sua família (salário); durante a outra parte do dia, trabalha gratuitamente, criando para o capitalista o *mais-valor*, fonte dos lucros, fonte da riqueza da classe capitalista. Em resumo, A teoria do mais-valor constitui a pedra angular da teoria econômica de Marx.

Por fim, sobre o *socialismo francês*. De acordo com Lenin, quando o regime feudal foi derrubado e a “*livre*” sociedade capitalista viu a luz do dia, tornou-se imediatamente claro que essa liberdade representava um novo sistema de opressão e exploração dos trabalhadores. Como reflexo dessa opressão e como protesto contra ela, começaram imediatamente a surgir diversas doutrinas socialistas.

Mas, o socialismo primitivo era um socialismo *utópico*. Criticava a sociedade capitalista, condenava-a, amaldiçoava-a, sonhava com a sua destruição, fantasiava sobre um regime melhor, queria convencer os ricos da imoralidade da exploração. O socialismo utópico não podia indicar uma saída real. Não sabia explicar a natureza da escravidão assalariada no capitalismo, nem descobrir as leis do seu desenvolvimento, nem encontrar a *força social* capaz de se tornar a criadora da nova sociedade.

Entretanto, as tempestuosas revoluções que acompanharam em toda a Europa, e especialmente em França, a queda do *Antigo Regime*, mostravam cada vez com maior clareza que a *luta de classes* era a base e a força motriz de todo o desenvolvimento. O gênio de Marx está em ter sido o primeiro a extrair uma conclusão implícita na história universal e em tê-la aplicado conseqüentemente. Tal conclusão foi a teoria da *luta de classes*.

## 2.2 - O método marxiano: materialismo histórico-dialético

O método marxiano pode ser decomposto da seguinte forma, a saber: de um lado, a *filosofia*, isto é, o *materialismo dialético*, o qual como foi visto, constituiu-se pelo cruzamento e da união de duas filosofias; o *materialismo* mecanicista da Revolução Científica do século XVII e do Iluminismo e a *dialética* idealista de Hegel. De outro, a *ciência*, a *base empírica* do método, ou seja, o *materialismo histórico*.

É dentro desse contexto que se afirma que o método marxiano é essencialmente histórico, pois analisa a realidade social por meio do processo histórico, suas formas de desenvolvimento e suas contradições.

A realidade social, nos termos do pensamento marxiano, não é um conjunto específico de relações, tampouco um aglomerado de coisas. É um processo de transformação inerente a um determinado conjunto de relações. Ou seja, é o processo histórico, no qual, há um contínuo movimento de conhecimento das forças produtivas, de destruição das relações sociais, de formação de novas ideias; em que, como afirmou Marx, de imutável só existe a abstração do movimento - *mors immortalis* (MARX, [1847], 2007; pg., 101).

Claro está, que para o pensamento marxiano, o processo de transformação social não é puramente mecânico, e sim, antes de tudo, produto da atividade humana, atividade esta limitada pelo tipo de sociedade em que está inserida. Ou como afirmou Marx, os homens fazem sua própria história, mas não como melhor os convém; não a fazem em circunstâncias por eles mesmos escolhidas, mas tal como são encontradas (MARX [1852], 2011; pg., 25).

Em resumo, a sociedade tanto se modifica como, dentro de certos limites, pode ser modificada. É essa premissa que leva a abordagem histórica das transformações das sociedades, bem como, a crítica e superação da sociedade capitalista.

O método marxiano tem em dois livros dos seus fundadores a sua forma acabada. Em *O Capital* (1867), de Karl Marx, se observa a *ciência econômica básica do materialismo histórico*. Em o *Anti-During* (1878), de Friedrich Engels, a *forma final* da filosofia marxiana, o *materialismo dialético*.

Assim, enquanto o *Capital* é um estudo teórico com base empírica da sociedade capitalista, em o *Anti-During*, as teorizações fundamentais do *materialismo dialético* são, portanto, apresentadas como leis científicas de um tipo geral, que governam a *natureza, a sociedade e o pensamento*<sup>15</sup>.

Engels fundamenta o *materialismo dialético* desenvolvendo uma “dialética da natureza”, como base na suposição de que na *natureza* as mesmas leis dialéticas impõem-se como as leis que, na história, governam os acontecimentos. Essas ideias contidas no *Anti-During* foram expostas de forma mais clara numa publicação posterior denominada *Dialética da Natureza* (1883), em que Engels compõe três leis fundamentais do *materialismo dialético*<sup>16</sup>:

- (1) *A lei da transformação da quantidade em qualidade* – segundo a qual mudanças quantitativas dão origem a mudanças qualitativas revolucionária;
- (2) *A lei da unidade dos contrários* – que sustenta que a unidade da realidade concreta é uma unidade de contrários ou contradições;
- (3) *A lei da negação da negação* – que pretende que, no conflito dos contrários, um contrário nega o outro e é, por sua vez, negado por um nível superior de desenvolvimento histórico que preserva alguma coisa de ambos os

---

<sup>15</sup> Ver: ENGELS, F. *O Anti-During*. [1878]. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976, Parte I, Cap. XIII, pp., 253-280.

<sup>16</sup> Ver: ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. [1883]. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

termos negados. É representado pelo esquema triádico – *tese, antítese e síntese*.

Já o *materialismo histórico*, designa uma visão da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes<sup>17</sup>.

A concepção materialista da história começou a ser formulada por Marx & Engels em *A Ideologia Alemã*, publicada entre 1845/46. O objetivo do enfoque não é em abstrações ou dogmas deduzidos abstratamente, mas em observações e numa definição precisa das condições reais: em premissas que possam ser verificadas de maneira puramente empírica.

A tese nuclear do *materialismo histórico* é a de que as diferentes organizações socioeconômicas da produção que caracterizam a história humana surgem ou desaparecem segundo venham a favorecer ou a impedir a expansão da capacidade produtiva da sociedade. O crescimento das *forças produtivas* explica, assim, o curso geral da história humana. Mas, as *forças produtivas* incluem não apenas os *meios de produção* – ferramentas, máquinas, fábricas etc. – mas também a *força de trabalho* – as habilidades, o conhecimento, a experiência e outras faculdades humanas utilizadas no trabalho. Em resumo, as *forças produtivas* representam as possibilidades que a sociedade tem à sua disposição para a produção material.

As *relações sociais de produção*, que devem corresponder ao nível produtivo da sociedade, ligam as forças produtivas e os seres humanos no processo de produção. Essas relações são de dois tipos gerais: de um lado, há as relações técnicas necessárias ao funcionamento do processo prático de produção; do outro, as relações de controle econômico, cuja forma jurídica é a propriedade que regula o acesso às forças produtivas e aos produtos. Marx & Engels estabelecem a distinção entre as relações de trabalho material e o seu revestimento socioeconômico. Os diferentes

---

<sup>17</sup> Ver: ENGELS, F. *Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. [1880]. São Paulo: Editora Centauro, 2002.

tipos de estrutura econômica são diferenciados pelas *relações sociais de produção* neles dominantes.

O conceito de *modo de produção*, não obstante controverso, como já foi mencionado, constitui o elemento chave da explicação marxiana sistemática da história.

Dentro desse contexto, retoma-se a epígrafe que abriu esse capítulo. Pode-se sintetizá-la da seguinte forma: a história é um processo por meio do qual as relações estáticas de produção (tese) entram em conflito com as forças dinâmicas de produção (antítese). Esse conflito revoluciona o sistema, de modo que as novas relações de produção (síntese e nova tese) possam permitir o progresso das forças produtivas. Com efeito, o mecanismo básico de superação de antigas sociedades é a luta de classes.

### *2.3 – Os modos de produção da humanidade*

Marx concebeu a história da humanidade dividida em quatro *modos de produção*, os quais, não obstante distintos, eram vistos como uma história progressiva, já que poderiam ser vistos, embora controverso, como estágios sucessivos, até chegar ao capitalismo (MARX, [1857/1858], 2011; pp., 388-423).

Para se compreender as dinâmicas internas desses modos de produção, Marx desenvolveu o conceito de *formação social*. No próprio *Prefácio à contribuição à crítica da economia política* ([1859], 2011), que se utilizou na epígrafe que abre esse capítulo, Marx entende por formação social como tipos particulares de sociedades dentro do modo de produção.

O primeiro *modo de produção* foi o *comunismo primitivo*. Neste, não havia classes sociais antagônicas e exploração. A propriedade era comunal e a forma de trabalho era cooperada de modo a obter da natureza todo o seu sustento básico. Engels identificou as sociedades indígenas da América do Norte como um exemplo de comunismo primitivo ([1884], 2009; pp., 107-124).

Na trajetória dessa história da humanidade, a eficiência da produção chegou ao nível que os produtores diretos podiam produzir mais do que o necessário para a própria subsistência. Dentro desse contexto, surgiu o segundo *modo de produção*,

que foi denominado de *asiático*. Este, por sua vez, era caracterizado pela propriedade estatal e toda a força de trabalho pertenciam ao Estado. Tal característica se deveu à larga dependência do método de irrigação.

Ao desenvolverem a agricultura irrigada, sua escala de produção, bem como, a quantidade de força de trabalho envolvida, exigiram um aparelho administrativo centralizado para coordenar e expandir a infraestrutura hidráulica.

O modo de produção asiático foi identificado com as sociedades do antigo Egito, da Mesopotâmia e do Extremo Oriente. Dentro desse contexto, essas formações sociais eram distintas, embora enquadradas naquele modo de produção hidráulico.

Sem embargo, a característica básica do modo de produção asiático era a produção irrigada em larga escala coordenada pelo Estado. Porém, havia diferenças em suas formações sociais. No caso do Extremo Oriente, apoiavam-se em comunidades aldeãs praticamente auto suficientes em agricultura e artesanato, tendo estas que pagar impostos, em forma de cereais, ao Estado, no qual garantia a defesa e a infraestrutura necessária. Dessa forma, a propriedade era comunal e a forma de apropriação do excedente estatal.

Já no Oriente Médio e Egito, predominou a escravidão e a forma de propriedade estatal.

Assim, quando se entende a passagem do modo de produção asiático para outra forma de produção, no contexto, das formações sociais pré-capitalistas, definidas por Marx, está-se falando da experiência histórica do antigo Egito e dos povos mesopotâmicos. Esta se deu pelo esgotamento do papel dominante do Estado, que com as mudanças periódicas da organização política e lutas dinásticas e a expansão contínua por meio da conquista militar estagnou àquela sociedade.

Na verdade, no caso específico dessas sociedades apontadas, não houve modificações na estrutura de relações de trabalho, já que lá tal forma dominante era a escravidão. O que ocorreu, foi que o Egito foi eclipsado pelas sociedades escravistas que se desenvolveram em outras partes do Oriente Médio e Mediterrâneo, tais como os gregos e os romanos. Dessa forma, o Egito foi incorporado aos desígnios dessas sociedades escravistas, as quais caracterizam o terceiro modo de produção analisado

no contexto do pensamento marxiano, qual seja, o *modo de produção escravista antigo*.

Nessas sociedades escravistas da antiguidade, o trabalho escravo tornou-se lucrativo. Contudo, as rebeliões, especialmente, no período romano e a própria estagnação produtiva proporcionada por essa relação social de produção no longo prazo, tornaram-se um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. A crise da sociedade escravista romana gerou as condições para a emergência da sociedade feudal europeia.

Para Marx, o feudalismo era único, porque a forma de exploração servil era mais visível. Ou seja, num regime de escravidão, os escravos não recebiam nada em troca de seu trabalho, não obstante a obtenção dos meios necessários à sua subsistência. Já no regime feudal, os servos tinham permissão para trabalhar ao longo de sua jornada semanal, algum período, nas terras que lhes foram designadas. Assim, Marx afirmava que esse tipo de exploração era claro.

Isto é, os servos tinham bem mais incentivo para trabalhar do que os escravos, movendo as forças produtivas ao nível maior de desenvolvimento. Contudo, a servidão, também, no processo histórico, gerou os obstáculos para o contínuo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. É, dessa forma, que a sociedade feudal gerou as condições necessárias à emergência do capitalismo.

O que se pode depreender, ao estudar as formações sociais pré-capitalistas, é que Marx estava tentando observar historicamente, como se organizava os modos de produção e como que, a partir de certas formações sociais foram se engendrando novos modos de produção. O problema é que a maneira como Marx foi construindo seu argumento causou um engessamento e uma deturpação no entendimento da categoria modo de produção por ele elaborada. O marxismo do século XX, principalmente, inspirado no stalinismo soviético amarrou e vulgarizou tal compreensão da História, o que prejudicou imensamente o entendimento da categoria modo de produção.

#### 2.4 – O modo de produção capitalista

Em *O Capital*, Marx tece suas críticas à economia política clássica e expõe as *leis de movimento do modo de produção capitalista*. Segundo ele, a produção capitalista não tem como principal objetivo a criação de *valores de uso* para a satisfação das necessidades humanas básicas; e sim, um sistema econômico exclusivamente orientado para a realização de lucro monetário pela produção de mercadorias com um *valor de troca*.

No contexto da economia clássica, como já foi discutido no capítulo anterior, por meio do esquema de Smith, esses dois objetivos são reconciliados pela *mão invisível*. Entretanto, para Marx, o *modo de produção capitalista* os coloca em oposição. Ou seja, os *valores de uso* são subordinados à busca do *valor de troca* e os *lucros*.

Marx também afirma que o mercado de troca *aparentemente livre entre iguais* mascara uma realidade subjacente de aumento da desigualdade e da exploração. Isto é, os trabalhadores, ao contrário dos servos e escravos, eram livres para escolher seus patrões, mas sem meios alternativos de subsistência, eles foram obrigados a vender sua força de trabalho para a classe capitalista. Portanto, de acordo com Marx, a troca fundamental no mercado capitalista – a compra e venda da força de trabalho – é inerentemente desigual.

*O Capital*, na verdade, é a tentativa de Marx de arrancar o que ele considerava as “máscaras” e “véus” que a economia política clássica havia colocado sobre as *leis reais do movimento* da produção capitalista. Isto é, seu objetivo era descobrir a *essência* que estava sob a *aparência* superficial descrita no que ele se referia como a “economia política burguesa” de Smith.

De acordo com Marx, a ideia smithiana de uma integração harmoniosa dos fatores de produção – terra, capital e trabalho – foi incapaz de explicar características óbvias da sociedade capitalista. Se o capital, a produção, a renda e o consumo estão funcionalmente ligados em um *fluxo circular* da igualdade da troca, em que as receitas de cada um foram usadas pelos outros até o ponto em que os custos foram cobertos, como são explicados os *lucros* e as *crises econômicas*?

Marx sustentou que a busca do interesse individual no mercado não só *não* conseguiu maximizar o bem-estar coletivo, mas também resultou na *anarquia* da tomada de decisão econômica descoordenada que provocou flutuações inesperadas e não controladas entre *super* e *sub produção*.

Mas, como Marx define o *modo de produção capitalista*? Em *O Capital* pode-se identificar a seguinte definição: um **modo de produção** com **leis específicas** em que o **capital** é o **principal meio de produção**. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou crédito para a compra de força de trabalho e dos materiais necessários à produção; desde matérias primas, máquinas e equipamentos até a estrutura física em que sua produção vai ser processada. No *modo de produção capitalista* o capital assume a forma de **riqueza acumulada**. É propriedade privada nas mãos de uma determinada classe social, o **capitalista**.

As principais **leis específicas** do *modo de produção capitalista* são:

- I – Produção para venda e não uso próprio;
- II – Existência de um mercado de trabalho livre e assalariado
- III – Mediação universal das trocas pelo uso do dinheiro
- IV – O capital controla o processo de produção
- V – Controle das decisões financeiras (investimento)
- VI – **Lei impessoal do valor** – concorrência entre capitais: força os capitalistas a adotar novas técnicas e práticas de gestão que reduzem os custos e aumenta a acumulação. Essa **revolução constante do valor** é um aspecto importante da dinâmica do capitalismo.

Pode-se abordar a exposição das *leis de movimento do modo de produção capitalista* de Marx a partir dos conceitos básicos de seu sistema de pensamento e suas distinções fundamentais: *valor de uso* e *valor de troca*; *trabalho* e *força de trabalho*; *forças produtivas*, *relações de produção* e suas *contradições*.

#### a) A Teoria Marxiana do Valor

No início do Primeiro Capítulo, do Volume I, de *O Capital*, intitulado *A mercadoria*, Marx observa como Smith e outros economistas clássicos haviam afirmado, que todos os objetos úteis podem ser considerados tanto qualitativa como quantitativamente. Por um lado, eles possuem qualidades e propriedades que sejam

úteis (valor de uso), e, por outro lado, a quantidade de trabalho para sua produção torna possível medir o seu valor em relação a outras mercadorias (valor de troca).

Todavia, se afastando dos economistas clássicos, Marx argumentou que um objeto útil se torna uma *mercadoria* apenas em um sistema social que organiza a produção para a troca no mercado com o objetivo principal de lucro monetário (MARX [1867], 1988: pp., 45-49). É claro que, para Marx, as mercadorias são úteis, mas o que é produzido e em que quantidade, não é em primeira instância, determinado no *modo de produção capitalista*, por considerações de utilidade.

Marx resume seu argumento, contrastando duas formas de intercâmbio: *Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria'* (*M-D-M'*) e *Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro'* (*D-M-D'*).

Em *M-D-M'*, objetos são produzidos e vendidos, a fim de obter o dinheiro que vai permitir ao produtor ganhar a satisfação de outras utilidades. Os economistas clássicos assumem que essa forma de troca é universal. Contudo, Marx afirma que ele mascara a realidade subjacente de um *D-M-D'* capitalista particular, forma de intercâmbio em que as mercadorias são produzidas com o objetivo principal de realizar mais dinheiro.

Marx argumentou que as distinções entre *valor de uso* e *valor de troca* e os dois circuitos diferentes da troca permite descobrir características distintivas e inerentes ao *modo de produção capitalista*. Ou seja, de um lado, que o *trabalho* é transformado em mercadoria *força de trabalho*; de outro, que as crises recorrentes de excesso de produção resultam da produção de mercadorias para seu valor de troca monetária, em vez de sua utilidade.

#### b) Trabalho, Força de Trabalho e Mais-Valor

O trabalho tem *valor de uso* que se materializa em seus produtos; por exemplo, o *trabalho concreto* é utilizado para levar sapatos para o mercado, a fim de obter dinheiro para comprar camisas – *sapatos-dinheiro-camisas*, ou seja, *M-D-M'*. Mas, no *modo de produção capitalista* esse trabalho concreto é *abstraído* como *força de trabalho* – isto é, uma capacidade produtiva geral, que pode ser vendida por um

período fixo de tempo – o dinheiro compra a força de trabalho mercantilizada, a fim de realizar lucro monetário, D-M-D'.

O que Marx quer dizer é que no capitalismo, o trabalhador *aparentemente* vende uma quantidade fixa de *trabalho concreto*, mas na realidade, vende *força de trabalho* potencialmente criativa que pode ser manipulada pelo capitalista para obtenção de lucro.

Essa distinção é explicável apenas em termos de relações sociais de produção no capitalismo em que os trabalhadores, membros da classe social sem propriedade são objetivamente obrigados, na ausência de meios alternativos de subsistência, a vender seu potencial produtivo para os capitalistas proprietários.

Ao contrário do camponês, que realiza trabalho concreto no processo produtivo e que se engaja no mercado de trocas M-D-M', o trabalhador assalariado sem-propriedade pode sobreviver apenas com a venda de força de trabalho abstrato. De acordo com Marx, essa é a chave para decifrar o mistério da existência do lucro em uma troca aparentemente igual entre capital e trabalho que mascara a realidade subjacente de exploração.

Segundo a *teoria do valor trabalho* de Marx, o valor da força de trabalho é determinado como mais uma mercadoria pela quantidade de tempo de trabalho concreto necessário para a sua reprodução. Ou seja, o valor da força de trabalho é igual ao valor das outras mercadorias necessárias para manter a família do trabalhador. Mas, no capitalismo, o trabalhador se submete ao poder do capital em um regime e um cumprimento de dia de trabalho que utiliza a força de trabalho abstraído para criar valores de troca maior do que o necessário para a reprodução do trabalhador e de sua família.

Marx denominou esse movimento de *mais-valor*. Isto é, *o poder do trabalho não-remunerado, que é apropriado pelo capitalista* (MARX [1867], 1988: pg., 230). O *mais-valor*, segundo ele, é a forma específica que assume a *exploração* sob o *modo de produção capitalista*.

Em resumo, para Marx, a produção capitalista é produção de valor e, portanto, tem de ser produção de *mais-valor*. Sem embargo, é esta produção de mais-valor o mecanismo principal da *acumulação de capital* no capitalismo.

### c) Forças Produtivas e Relações Sociais de Produção

Como já foi mencionado a categoria *modo de produção* no pensamento marxiano compreende *forças produtivas* e *relações sociais de produção*. As *forças produtivas* são os *meios de produção* tais como a tecnologia das máquinas, as fontes de energia, matérias primas, a terra, as habilidades e o conhecimento. As *relações de produção* se referem aos diferentes *padrões históricos de propriedade, controle e organização* das forças produtivas.

Smith, observado no primeiro capítulo, identificou o *capital* como as forças materiais de produção – ferramentas e máquinas – mas, Marx argumentou que estes meios de produção só se tornam *capital* em um sistema onde são apropriados por uma classe e operado por outra.

Ou seja, as *relações sociais de produção* referem-se às *relações de propriedade* que determinam a organização da produção. Na perspectiva marxiana, o foco de Smith sobre os *fatores de produção* ideologicamente tecnológicos e funcionalista mascara essas relações de poder entre as classes em que a força de trabalho é transformada em *valor excedente*.

Dito de outra forma, a economia clássica apresenta o capitalismo como um *sistema natural*, um *objetivo*, como já foi abordado no capítulo anterior, onde o estado de coisas é determinado pelas características das forças produtivas e seus meios. Contudo, no contexto marxiano, o *capitalismo* é especificado por suas *relações sociais* e não por sua tecnologia.

No modelo smithiano, latifundiários, capitalistas e trabalhadores recebem suas respectivas receitas em rendas, lucros e salários, como consequência da produtividade dos fatores materiais que representam. Senhores de terra férteis recebem *rendas* mais elevadas; capitalistas com máquinas mais produtivas realizam mais *lucros*; e os trabalhadores com habilidades escassas recebem *salários* mais altos.

Todavia, Marx levanta a questão que tal distribuição funcional das receitas não explica o porquê de uma parte consistente maior para as *rendas* e os *lucros*. Ele afirma que *aluguel, lucros e salários* não são fenômenos naturais; ao contrário, eles

são categorias sociais que só podem ser entendidas em termos de *relações sociais de produção*, baseada no *poder* e na *compulsão*.

Em suma, para Marx, aluguel, lucro e salário não constituem, em primeira instância, expressões das contribuições funcionais relativas dos fatores para o *produto social total*. Ou seja, a renda não se limita a expressar a produtividade da terra, mas é essencialmente uma categoria social que foi apenas inteligível em termos da relação de propriedade desigual entre locador e locatário. Da mesma forma, o lucro do capital só pode ser realizado se os meios de produção forem apropriados por uma classe e operado por assalariados sem-propriedade.

Dessa forma, *capital* segundo Marx não compreende *coisas*; e sim, significa uma *relação social*. Isto posto, na teoria marxiana, *capital* não é apenas um *fator de produção*, é constituído pelo *mais-valor* que é resultado da desigualdade das *relações sociais de produção* entre proprietários e não-proprietários.

### 2.5 - Observação final

O conceito de *modo de produção* de Marx foi baseado na ideia hegeliana de progressão dialética. Aplicando às formações socioeconômicas, isso significava que os elementos básicos das forças produtivas e as relações sociais de produção estavam unidos em um mesmo tempo de maneira *positiva* e *negativa*, ou seja, em conjunto de contradições.

No contexto do capitalismo, a concorrência entre capitalistas representa progresso econômico dinâmico, no qual a burguesia tinha desempenhado um histórico papel revolucionário e necessário no desenvolvimento das forças de produção. Entretanto, essa competição resultou em uma unidade anárquica para produzir mercadorias com valor de troca que levou a períodos de excesso de produção, seguidos de recessões, com capitalistas tentando cortar suas perdas pela redução da produção.

Assim, no quadro da análise marxiana, a expressão mais importante da contradição entre forças produtivas e relações de produção é a *queda da taxa de lucro*, o que Marx acreditou dar à sua crítica ao capitalismo uma base científica. Ou

seja, a burguesia era impotente para impedir o funcionamento normal do capitalismo de minar a mesma coisa que foi organizada para atingir, isto é, o *lucro*.

É dentro desse contexto que Marx divide o capital em dois tipos, quais sejam: *capital constante* (matérias-primas, máquinas e equipamentos para a produção) e *capital variável* (o montante gasto em salários)<sup>18</sup>.

O capital variável é, de fato, *força de trabalho*, na qual, como já foi exposto, é a única fonte de *mais-valor*; no esquema de Marx. Em sua intensa concorrência os capitalistas são empurrados para aumentar a produtividade do trabalho, melhorando constantemente os meios tecnológicos de produção, através da substituição de *capital variável* por *capital constante*.

Com efeito, segundo o pensamento marxiano, esse é o papel histórico da burguesia, qual seja, tornar os meios de produção mais eficientes. Contudo, ao realizá-lo, isto é, ao substituir capital variável por capital constante tornam-se “seus próprios coveiros” (MARX & ENGELS, [1848], 1998).

Em resumo, a força propulsora da atividade capitalista é o desejo de *lucro*, que leva cada empresário a lutar em duas frentes: no *processo de trabalho*, contra o trabalho, pela produção de *mais-valor*; e, no *processo de circulação*, contra outros empresários, e pela realização de *mais-valor* sob forma de lucro.

No confronto com o trabalho, a mecanização (automatização na realidade do século XXI) impõe-se como forma dominante de aumentar a produção de mais-valor, ao passo que, no confronto com os demais capitalistas, é a redução dos *custos unitários de produção* (preços de custo por unidade) que aparece como a principal arma da concorrência.

No contexto da industrialização do século XIX, Marx observou que os métodos de produção mais modernos envolviam instalações maiores, de capital mais intensivo, graças às quais, dado a capacidade normal de utilização, os custos unitários de produção seriam menores.

Dessa forma, ele teorizou que maior volume de capital constante por produto unitário se constitui em *principal meio* de se obter economias de escala. Como esse

---

<sup>18</sup> Toda análise baseada em MARX, K. *O capital*. [1867], São Paulo: Nova Cultural, 1988. Livro I, cap. VI, pp., 157-164; cap. XXIII, pp., 178-250. Livro II, cap., XXI, pp., 340-362. Livro III, pp., cap. XIII, pp., 154-167; cap. XIV, pp., 168-173; cap. XV, pp., 174-191; cap. XXXIII, pp., 44-63.

tipo de empresa permite a um dado número de trabalhadores processar um volume maior de matérias primas, transformando-as em uma quantidade correspondentemente maior de produtos, tanto as matérias primas como a produção por unidade de trabalho tendem a aumentar.

Ao mesmo tempo o maior volume de capital constante por produto unitário implica maior despesa de depreciação e maiores custos de materiais auxiliares (energia, combustível etc.) por produto unitário. Assim, para métodos mais avançados, a maior capitalização (capital adiantado por produto unitário) implica maiores custos unitários não relativos a trabalho (capital constante unitário), enquanto a maior produtividade implica menores custos com o trabalho (capital variável unitário).

No saldo, o custo unitário de produção (capital constante + capital variável) tende a declinar, de modo que o último efeito deve mais do que compensar o primeiro.

Portanto, sob condições técnicas determinadas, no momento em que os limites do conhecimento e da tecnologia existentes forem alcançados, os aumentos subsequentes no investimento por produto unitário provocarão reduções cada vez menores nos custos unitários de produção. Isso, por conseguinte, implicará, no longo prazo, em menores taxas de lucro.

Contudo, Marx observou várias influências neutralizadoras que contribuem para reduzir a queda da taxa de lucro e até mesmo para inverter temporariamente essa tendência. A intensificação do processo de exploração, salários menores, capital constante mais barato, a importação de bens salariais ou de meios de produção mais baratos e a migração do capital para áreas em que a força de trabalho e os recursos naturais são mais baratos podem contribuir para a elevação da taxa de lucro.

Mas, segundo Marx, no longo prazo, ou mais precisamente, a *queda secular da taxa de lucro* é uma *tendência dominante* para a crise final do capitalismo. Isto é, uma taxa decrescente da taxa de lucro, leva a uma crise generalizada por força de seus efeitos sobre a massa de lucro (conjunto dos lucros das empresas individuais).

Sobre o capital já investido, qualquer queda na taxa de lucro reduz a massa de lucro; por outro lado, a acumulação aumenta o estoque de capital investido e com isso aumenta a massa de lucro enquanto a taxa de lucro do capital novo for positiva.

Portanto, o movimento da massa total de lucro depende da força relativa desses dois efeitos.

Mas, uma taxa decrescente de lucro enfraquece progressivamente o incentivo à acumulação e, quando esta se torna mais lenta, o efeito negativo começa a tomar a frente do efeito positivo, até que, a certa altura, a massa total do lucro começa a estagnar. É nessa fase que tem o início da crise geral no esquema marxiano.

Não obstante a análise de Marx da queda da taxa de lucro tenha sido rejeitada amplamente pelos economistas, suas afirmações de que o capitalismo produz inevitavelmente conflitos de classe e os ciclos de superprodução produzem períodos seguidos de recessão são de maior aceitação.

Por fim, é importante destacar que a compreensão da instabilidade do capitalismo de Marx é marcada por uma subestimação do papel desempenhado pelo *dinheiro*. Marx identificou corretamente o circuito distintivo *Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro* (*D-M-D'*) do modo de produção capitalista. Mas, em comum com Adam Smith e a maioria dos economistas do século XIX, sua análise foi menos clara sobre a maneira pela qual o capitalismo é caracterizado exclusivamente por um sistema bancário que pode criar uma quantidade ilimitada de *dinheiro de crédito* que alimenta as crises, quer através do financiamento do excesso de produção e/ou especulação.

Marx entendia o *dinheiro* no contexto de uma moeda-mercadoria, ou seja, moeda metálica lastreada no ouro ou na prata. Com efeito, o metal precioso poderia tornar-se dinheiro, isto é, incorporar valor como um “equivalente universal”, porque a mineração e a cunhagem encarnavam o tempo de trabalho. Crédito bancário, para Marx, representava “capital fictício”, não era dinheiro “real”, portanto, elemento que exacerbava as crises de superprodução.

***Capítulo 3: O capitalismo como um Sistema Cultural***

Max Weber e Werner Sombart fazem parte de uma geração de economistas alemães, influenciados pela *Escola Histórica Alemã*, que partiram de uma concepção de Capitalismo como “estado de espírito”. Isto é, buscavam explicar sua origem e desenvolvimento através de fatores externos à economia.

Para Werner Sombart, em seu livro *Der Modern Kapitalismus* (1902), o capitalismo se originou e se desenvolveu a partir da relação entre o espírito de empreendimento ou aventura natural dos homens com o “espírito burguês” de prudência e racionalidade da época moderna. Em resumo, Sombart defendeu a seguinte tese: *em todas as épocas da história têm um tipo de estado de espírito que organiza a vida econômica, o que as diferenciam* (SOMBART, 1902).

De acordo com ele, o homem pré-capitalista era um “homem natural” que concebia a atividade econômica como o simples provisãoamento de suas necessidades naturais.

Ao contrário, o homem capitalista vê na acumulação de capital o motivo dominante da atividade econômica; e numa atitude de racionalidade sóbria e por meio de métodos de cálculo quantitativo preciso subordina tudo o mais na vida a esse fim.

Weber foi na mesma direção que Sombart. Para ele, a especificidade histórica do capitalismo era a *racionalidade*, o *cálculo* e a *dominação*. Assim, pode-se afirmar que esses autores inauguraram uma perspectiva *culturalista* do desenvolvimento do capitalismo.

Ou seja, no caso de Weber foca no exclusivismo da ética protestante como causa do espírito capitalista; e, portanto, o modo que um *ethos* e uma *cultura* foram responsáveis para o desenvolvimento de um sistema socioeconômico de novo tipo. Já a abordagem de Sombart, considera outras éticas religiosas, acrescenta questões como o desejo de lucro, o espírito de empresa e as virtudes burguesas.

O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, apresenta-se a perspectiva de Sombart. Na segunda, apresenta-se a visão de Weber. Esta última, subdivide-se em três tópicos, a saber: a definição de capitalismo em Weber e suas características institucionais; a ética protestante e o espírito do capitalismo; e, as características do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente.

### *3.1 – Werner Sombart*

A obra de Sombart (1863-1941), é um importante contraponto ao economicismo dos economistas clássicos, em particular aos conceitos trans históricos smithianos do homem possuidor de uma tendência nata para realizar trocas e do automatismo da “mão invisível” (BARBOSA, 2009, pg., 8).

Segundo James (1998), o ponto de partida do trabalho de Sombart sobre o capitalismo foi a obra de Marx. Entretanto, diferentemente deste último autor que caracterizou o capitalismo pela dominação exercida pelos capitalistas sobre os trabalhadores, Sombart explicou a formação e a evolução desse sistema econômico pela busca ilimitada de lucros.

Sombart, tal como Weber, estava bastante interessado nas motivações não econômicas que pudessem explicar a gênese do capitalismo. Assim, Sombart introduziu o conceito de transformação moral justificada pelo espírito da reforma protestante e pela influência dos judeus (BARBOSA, 2009; pg., 8).

Para Sombart, o capitalismo se originou entre os séculos XIV e XVI, principalmente devido à transformação moral. Segundo ele, na Idade Média os artesãos haviam trabalhado principalmente para garantir a sua subsistência, ou servir, ou garantir seu destino, em qualquer caso sem espírito de conquista. A partir, principalmente, do século XVI, a busca ilimitada por lucros foi justificada tanto pela Reforma Protestante, como pela influência dos judeus. (JAMES, 1998, pp. 42-43).

Sobre estes últimos, o autor afirma que a expansão marítima do século XVI feita pelos ibéricos (Portugal e Espanha) e a colonização do Novo Mundo não teria sido possível sem o suporte dos judeus. É dentro desse contexto que associa o “espírito do capitalismo” aos judeus, sem desmerecer as denominações cristãs, como o catolicismo e o protestantismo (SOMBART, 1915: Cap. II, pp., 11-21).

Na verdade, Sombart divide a história do capitalismo em duas épocas distintas. A primeira, onde se originou, como vimos, entre o século XIV e o século XVI, o que ele denomina de “capitalismo comercial” e a segunda, a partir da Revolução Industrial, que denomina de “capitalismo moderno”. Na primeira, prevaleceu a aliança judaico-católica; na segunda, os protestantes (SOMBART, 1915; 1984).

Apesar de Sombart não esconder sua admiração pelos grandes capitalistas industriais, chegando mesmo a fazer um autêntico elogio ao empresário, ele não deixou de denunciar as contradições do sistema capitalista. Para ele, estas deformações eram essencialmente de natureza moral, já que havia o desejo de enriquecimento material, o que levaria o empresariado à falta de escrúpulos e um conhecimento superficial e utilitário (BARBOSA, 2009; pg., 8).

É verdade que ele não estava particularmente interessado no fenômeno da exploração sobre os trabalhadores, chegando a argumentar que os baixíssimos salários do começo do capitalismo deviam ser explicados pela incompetência e pela pouca produtividade dos antigos camponeses arrancados da agricultura para a indústria (Idem).

O empresário é a força motriz do capitalismo na perspectiva de Werner Sombart. Ou seja, para se entender a essência da economia capitalista é preciso conhecer a sua posição estratégica e o seu papel. É o empresário que combina capital e trabalho, determina a direção e o volume da produção, especifica uma relação ideal entre produção e consumo (Ibid., pg., 9).

Em resumo, segundo Sombart, a força motriz da economia capitalista moderna é, portanto, o empresário capitalista e somente ele. Isto é, sem ele nada é feito, constitui-se, em força criativa. Todos os outros fatores de produção, trabalho e capital, estão em uma relação de dependência em relação a ele. O empresário é o grande estimulador de todas as invenções técnicas produzidas até então (SOMBART, 1984, p. 29).

Ou seja, o empresário sombartiano é um agente ativo, que decide e imprime rumos, e não um sujeito histórico passivo, que atua automaticamente, seguindo e sendo levado pelas forças de mercado. Seu ativismo é tão essencial que sem ele não faz sentido falar de mercado capitalista, dado que o mesmo, tem papel na própria demanda (de bens de consumo e de fatores de produção) e de maneira indireta na demanda dos consumidores. É o empresário, segundo Sombart, que cria a oferta de bens e serviços, com sua capacidade de inovação e sua compreensão das necessidades do mercado (BARBOSA, 2009: pg., 9).

Sombart ([1913], 1993) discute quais são os componentes do espírito capitalista que estão presentes na mentalidade dos empresários. São quatro as características

do agente empreendedor, quais sejam: o *desejo de lucro*, o *espírito de empresa*, as *virtudes burguesas* e a *mentalidade calculadora*.

O *desejo de lucro* de todo empresário é enriquecer. Sombart denominou essa vontade como “a paixão por ouro e dinheiro”. Segundo o autor, pode-se afirmar que este desejo sempre existiu, o que tornaria o capitalismo trans histórico, embora não seja sua intenção utilizar tal conceito como análise.

Para o autor, o que mudou na fase capitalista em relação aos períodos anteriores é a forma de saciar aquele desejo. Nas épocas pré-capitalistas, o enriquecimento era obtido pela força, pela violência extremada ou pela magia, enquanto no capitalismo, o mesmo, é conseguido por meio do “engenho”, da técnica, da habilidade posta em prática pelo empresário na atividade produtiva.

A respeito do *espírito de empresa*, este constitui em um conjunto de todas as características psíquicas que são necessárias para a execução eficiente dos objetivos de uma empresa, tais como, a de conquistador (capacidade de planejamento, vontade de ação, tenacidade e perseverança), a de organizador (capacidade de organizar pessoas e coisas de maneira adequada para que se obtenha sem restrições o efeito almejado), e de negociador (capacidade de dialogar com muitas pessoas no intuito de fazê-las aceitar uma determinada proposta).

Sobre as *virtudes burguesas*, estas são divididas em dois conjuntos. Um primeiro denominado de “santa economicidade”, o que inclui a *racionalização da administração dos negócios*, que tem como padrão uma relação cautelosa entre receitas e despesas, a *economia da administração* (gastar menos do que se ganha, ou seja, poupar), a *economia das energias* (aproveitamento preciso do tempo) e *diligência* (conhecimento adequado da atividade do seu ramo de negócios).

Um segundo conjunto, denominado de “moral dos negócios”, que também se pode chamar de *formalidade comercial* (confiança no cumprimento das promessas, efetividade e eficácia dos serviços e pontualidade). Entretanto, a moral de negócios pode, também, ser estendida à necessidade de tirar todas as vantagens possíveis da atividade mercantil, competindo por meios que sejam considerados legítimos, como redução de preços e publicidade.

Por fim, em relação à *mentalidade calculadora*, é a aceitação e a preparação para o cálculo comercial e para a contabilidade. Para Sombart esta surgiu pela

primeira vez em Florença nos séculos XIV e XV, onde os empresários começaram a desenvolver técnicas de comércio.

Dessa forma, Sombart ([1913], 1993) passa a distinguir o “empresário moderno” do que ele denomina de “empresário de velho estilo”. Este último é próprio do “capitalismo mercantil” que ocorreu entre a alta Idade Média e o começo da Revolução Industrial, ou seja, do século XIV até o século XVIII. É o capitalismo que surgiu no norte da Itália, principalmente em Florença e outras cidades comerciais italianas e que se estendeu ao norte da Europa. O período que tem início com a Revolução Industrial compreende o “capitalismo moderno”, e foi resultado do “empresário moderno”.

No que toca ao caráter do “velho empresário”, este considera seu negócio como um mero meio de vida, em que os interesses vitais decidem sobre o caminho e a medida de suas atividades. Numa palavra, Sombart afirma que esse tipo de empresário utiliza a empresa para ter uma vida mais cômoda; todavia, não significa dizer que o mesmo, não possua o espírito capitalista e suas características.

Entretanto, as características capitalistas do “velho empresário” apresentam algumas particularidades. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao desejo de lucro, aspirava pela riqueza, porém somente para criar ou conservar valores vitais.

Em relação aos negócios dentro do conjunto de interesses de sua vida, não se tratava de um empresário que buscasse aproveitar o máximo de tempo no trabalho. Ao contrário, levava uma vida moderada, dedicando muito tempo ao não-trabalho. Dividia seu dia em aproximadamente seis horas para a administração da empresa, sete para o sono, e o resto do tempo dedicava à leitura, à vida social e às orações.

Seu comportamento frente à concorrência e aos clientes era de absoluta tranquilidade e até de complacência. Não havia disputa por clientes. Eram vedadas as práticas para aumentar a concorrência através de propaganda ou redução de preços.

Sua postura em relação à técnica era positiva, na medida em que levasse ao progresso. Contudo, esse progresso só era desejado quando não conflitava com certos valores, principalmente quando não ameaçava a “felicidade humana”, em particular quando não fosse destruidora de empregos.

Sobre o “empresário moderno”, Sombart argumenta que este possuía os elementos caracterizadores do espírito capitalista de forma mais marcante e mais definida. Este empresário não utilizava o negócio como um simples meio de vida, mas como tendo um fim em si mesmo.

Dessa forma, o desejo principal do “empresário moderno” era de maximizar os lucros e tornar máxima a prosperidade da empresa.

Para ele, a função de negociante adquiriu maior importância. Suas atividades se tornaram mais complexas, e todo seu tempo passou a ser dedicado ao trabalho. Com relação ao comportamento nos negócios fundamentou-se nos princípios de planejamento e cálculo, que ele denominou de racionalização total. É fundamental obter lucros independentemente do fator qualidade, há permissão para atrair clientes da concorrência através de propaganda, redução de preços e outras medidas.

No que diz respeito às virtudes burguesas, adquire importância a obtenção de poupança dentro da empresa. A poupança é fundamental para o investimento em novos projetos de ampliação dos negócios. Diferentemente do empresário de velho estilo que levava uma vida austera e reservada, o empresário moderno prefere o luxo (Ver SOMBART, 1922).

Sombart preocupou-se em aprofundar a pesquisa sobre as fontes ou fatores explicativos para o surgimento do “espírito capitalista”. Ele relacionou e discutiu três grupos de fatores que determinaram aquele espírito, quais sejam: os *fundamentos biológicos*; as *forças morais*; e, as *causas sociais*.

Quanto aos *fundamentos biológicos*, Sombart argumentou que nem todos os povos possuíam as qualidades requeridas para impulsionar o desenvolvimento capitalista. Apesar de muitas qualidades serem aprendidas, existem qualidades essenciais ao progresso empresarial que não podem ser aprendidas. A natureza da atividade empresarial requer forças vitais, perspicácia e engenhosidade que não estão distribuídas uniformemente, ou seja, as qualidades empreendedoras não possuem uma distribuição normal.

O autor entra num terreno pantanoso em seus argumentos. Por mais que se tente negar ou se esquivar, referenda o racismo. Ou seja, Sombart afirmou categoricamente que existem povos superiores capazes de empreender o

desenvolvimento capitalista, e outros, povos inferiores, que não possuem essas qualidades.

Aqui, um *intermezzo* para mencionar a influência do *darwinismo social*, muito em voga, no final do século XIX e início do século XX. Uma doutrina que procurava aplicar a teoria darwiniana às sociedades humanas. Descrevia o uso dos conceitos de luta pela existência e sobrevivência dos mais aptos, para justificar políticas que não fazem distinção entre aqueles capazes de sustentar a si e aqueles incapazes de se sustentar. Tornou-se uma justificativa ideológica para a eugenia, o imperialismo e o nazifascismo. É importante relatar que o próprio Sombart se tornou nazista no final de sua vida<sup>19</sup>.

Com respeito às *forças morais*, assenta-se sua análise na filosofia e na religião. No que toca à filosofia, esta é parte significativa das virtudes burguesas e as normas de funcionamento desta economia têm como ponto de partida o pensamento utilitarista, cuja fonte são os filósofos da antiguidade. São ideias que conduzem a uma racionalização absoluta e a uma conduta vital econômica que levam a produção de utilidades como meio para levar uma vida virtuosa.

Quanto à religião, argumenta que é indiscutível que a ética religiosa exerceu uma influência muito poderosa sobre o espírito capitalista. Contudo, o autor, como foi mencionado de passagem, não é partidário de nenhum exclusivismo religioso. Afirma que na época do capitalismo comercial, desde o século XIV no norte italiano, a religião católica desenvolveu importante papel ao submeter a vida econômica e social a suas normas de conduta.

No capitalismo moderno, com a Revolução Industrial, a religião protestante, principalmente na forma puritana, teve o mesmo papel, apenas com maior rigor. Entretanto, apesar da influência decisiva do catolicismo e do protestantismo sobre aqueles povos, foi o judaísmo, e conseqüentemente o povo judeu que primeiro absorveu o “espírito capitalista”.

---

<sup>19</sup> Em 1934, publicou *Deutscher Sozialismus*. Embora controverso sobre sua filiação teórica ao nazismo, naquela publicação, o autor afirmava que "novo espírito" estava começando a "governar a humanidade", no qual colocava o "bem-estar de todos acima do bem-estar do indivíduo". O socialismo alemão representava um novo sistema legal que conferia aos indivíduos "não direitos, mas apenas deveres" e que o "Estado nunca deve avaliar as pessoas como indivíduos, mas apenas como o grupo que representa essas pessoas". SOMBART, W. *Deutscher Sozialismus*. Charlottenburg: Buchholz & Weisswange, 1934.

O autor observou as normas judaicas e percebeu que nelas não havia em tempo histórico algum, o ideal ascético da pobreza. Os judeus sempre foram grandes comerciantes e financistas, e não tinham nenhuma restrição a emprestar dinheiro a estrangeiros, nem de disputar clientes através da redução de preços e da propaganda (SOMBART, 1915).

Por fim, quanto às *causas sociais* como motivadoras do “espírito capitalista”, Sombart destacou que o Estado sempre desempenhou um papel fundamental ao estimular aquele espírito, por meio da política econômica, práticas protecionistas, políticas de privilégios e sistema educacional (básico, técnico e universitário).

As migrações também tiveram um papel importante, na medida em que as pessoas que emigravam na maioria dos casos, fugiam de perseguições religiosas e políticas ou de situações econômicas insustentáveis. Quando essas pessoas chegavam ao país de destino concentravam toda energia física e psíquica em busca de ascensão social, muitas vezes abrindo e dirigindo novos negócios.

Segundo Sombart, o aumento nas reservas monetárias, ao acentuar a monetização das economias desenvolveu o “espírito capitalista”.

As inovações técnicas, também, constituíam fator de importância. Isto é, as profissões e sua diversificação desempenharam papel essencial nas origens do capitalismo, na medida em que estimulava o comércio. Contudo, Sombart afirmou que a profissão de comerciante foi o elemento integrador fundante entre as demais profissões e, portanto, o fator mais importante de disseminação do “espírito do capitalismo”.

### 3.2 – Max Weber

Max Weber (1864-1920) foi um economista e sociólogo alemão. É considerado um dos fundadores do estudo moderno da sociologia, mas sua influência também pode ser sentida na economia, na filosofia, no direito, na ciência política e na administração.

Como um intelectual do final do século XIX e início do século XX, recebeu influências das três principais correntes de pensamento de sua época: a *Escola*

*Histórica alemã*, o *Marginalismo austríaco* e o *Marxismo*. A organização do pensamento weberiano é a junção e transcendência dessas três correntes citadas.

Quanto ao diálogo com a *Escola Histórica*, Weber sempre defendeu que o estudo histórico era importante como suporte para as demais ciências sociais. Em sua tese de doutoramento, sobre a história das companhias comerciais da idade média, combinou análise histórica e análise jurídica para entender o mecanismo de funcionamento das Companhias Comerciais e que refletiam em seu tempo de vida.

Contudo, não obstante influência decisiva do historicismo alemão, nos escritos de Weber percebe-se uma forte crítica e um distanciamento àquela Escola Histórica. A principal delas é quanto ao valor da atividade científica das ciências sociais e histórica. Para o fundador do historicismo Gustav Schmoller e seus discípulos, a ciência social deveria ser uma atividade orientada para a defesa de pontos de vista fundamentados em normas, capazes de orientar a política estatal e governamental.

Para Weber, a ciência não poderia ser a base para a escolha de valores que, em última instância, são escolhas dos próprios indivíduos. É dentro desse contexto que desenvolveu o conceito de *neutralidade axiológica*. Ou seja, embora a atividade científica esteja intrinsecamente ligada ao mundo dos valores – pois toda pesquisa nasce das escolhas pessoais do pesquisador – a autoridade da ciência não pode ser invocada para impor valores aos indivíduos. Weber diferencia a dimensão *do ser* da dimensão do *dever ser*. Entendia que teoria e prática são domínios separados.

Na pesquisa social, o cientista deve isolar seus pontos de vista subjetivos – seus juízos de valor – e orientar-se pela exposição dos fatos, qual seja, deve expor juízos de fato.

Com efeito, segundo Weber, a ciência social deveria estar “livre de juízos de valores”. Separar pensamento e ação, contudo, não implicava, para ele, sacrificar o caráter crítico da atividade científica. Ao cientista social cabe mostrar a íntima vinculação de meios e fins, mostrando como os fins determinam a escolha dos meios e, no sentido inverso, certos meios assentam-se em juízos valorativos. Em resumo, a ciência social na ótica weberiana respeita a autonomia da dimensão do saber e do fazer sem perder o caráter crítico do conhecimento científico-social.

No que toca ao diálogo com a teoria econômica da Escola Marginalista, Weber concordava com o seu postulado de que a busca do auto interesse era universal. A crítica, contudo, estava no caráter a-histórico, não conseguia explicar a ascensão do capitalismo.

Na *História Geral da Economia* (1919), o autor exemplifica que o comerciante oriental era tão ávido por lucro, como o empresário ocidental. Mas, o capitalismo se originou no ocidente, e não oriente. O que explica tal acontecimento?

Por fim, quanto ao diálogo com o Marxismo, Weber concordava com Marx, que o capitalismo é um sistema exclusivo de produção de valores de troca e apenas isso.

a) A definição de capitalismo em Weber e suas características institucionais

Em suas obras *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904) e *História Geral da Economia* (1919) definiu o capitalismo como presente onde quer que a provisão industrial para as necessidades de um grupo humano seja executada por método de empresa, e um “estabelecimento capitalista racional” como um “estabelecimento com contabilização do capital”.

Em outros termos, Weber viu a origem do capitalismo como tempo histórico, a partir do surgimento de um “estado de espírito” que assentava-se no lucro; cuja busca se faz racional e sistematicamente. Para ele, houve algum tipo de capitalismo em períodos históricos anteriores, inclusive na Antiguidade, devido a intensa atividade comercial daquelas sociedades e civilizações.

Contudo, o capitalismo surgiu na Europa da Era Moderna, a partir do século XVI e o principal fator para o seu surgimento foi um tipo novo de ética desenvolvida por uma nova religião, o *protestantismo*. Mas, se a *ética protestante* explica a motivação, há outros dois fatores mais importantes para que fosse possível aliar a ética com técnicas de administração das empresas capitalistas.

Então, o que tornou possível o capitalismo, na abordagem weberiana? Weber afirmou que dois fatores importantes foram possíveis à emergência do capitalismo na Europa Ocidental, no século XVI:

- I) A incorporação da Contabilidade de Dupla Entrada pelos europeus, a qual foi responsável calcular as receitas e os custos das empresas.
- II) A estrutura social da Europa da Época Moderna (séculos XV ao XVIII).

A contabilidade de dupla entrada (partilhas dobradas), foi descrita pela primeira vez por Luca Pacioli no livro *“Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità”* em 1494. Constituiu-se, assim, no sistema-padrão usado em empresas e outras organizações para registrar transações financeiras. Sua premissa é de que cada transação financeira é registrada na forma de entradas em pelo menos duas contas, nas quais o total de débitos deve ser igual ao total de créditos.

Ao estudar a contabilidade de partilhas dobradas, Weber chegou à conclusão de que a técnica só era suscetível de desenvolvimento em uma sociedade onde ela poderia ser aplicada. Dessa forma, segundo Weber, o cálculo econômico racional só é possível quando a realidade social apresenta um significativo grau de previsibilidade. Ou seja, aquele em que os processos de produção e distribuição econômica tornam-se “calculáveis” e a autonomia da empresa é centralmente importante naquela sociedade.

No que se refere à estrutura social da Europa da Época Moderna (séculos XV ao XVIII), para Weber foi onde preencheu as condições para a incorporação da contabilidade de partilhas dobradas.

Nessa realidade social, a separação do trabalho e da produção do agregado doméstico e da comunidade estava numa trajetória avançada. Com efeito, ao separar negócios dos laços familiares e obrigações sociais tradicionais, a racionalidade econômica, o cálculo e a busca do lucro se viam livres daquelas interferências.

Para Weber, era justamente essa realidade social específica, do Ocidente, que marcou a emergência do capitalismo como um sistema histórico. Isto é, enquanto no Oriente, o empresário e o comércio estavam vinculados de forma arbitrária às obrigações familiares e sociais tradicionais, em que o mercado ocupava posição marginal; no Ocidente, deu-se essa libertação.

A partir das características institucionais da sociedade europeia ocidental, daquele período, o autor compôs o que ele denominou de *tipo ideal* do capitalismo moderno.

Weber definiu *tipo ideal* como um instrumento de análise sociológica para o entendimento da sociedade por parte do cientista social com o objetivo de criar tipologias puras, destituídas de tom avaliativo, de forma a oferecer um recurso analítico baseado em conceitos, nos quais identificam a religião, a burocracia, a economia, o capitalismo, dentre outros (WEBER, 1982).

Em sua *História Geral da Economia* (1919), Weber apresentou uma lista das características institucionais da sociedade ocidental que permitiram construir o tipo ideal do que ele chamou de capitalismo moderno, baseado na *contabilidade de capital racional da empresa*.

Segundo Weber, a prática econômica capitalista não é apenas a consequência da capacidade do *Homo Economicus* para o cálculo racional, postulado defendido pela teoria econômica (clássicos e neoclássicos). Weber afirmou que foram as mudanças na estrutura social que tornaram possíveis para a empresa calcular o lucro líquido. Foi isso que aconteceu na Europa, a partir do século XVI.

Assim o autor descreveu as respectivas características (Ver: INGHAM, 2008).

I) *Apropriação de todos os meios físicos de produção como a propriedade disponível das empresas autônomas privadas.*

Para Weber, esse foi um desenvolvimento único na história da humanidade e permitiu a troca flexível de produção na busca de receita líquida máxima. O capital físico pode-se transformar em dinheiro que pode ser reinvestido em empreendimentos alternativos. Assim, intromissões arbitrárias e não-rationais para a condução dos negócios da empresa são minimizados se o orçamento doméstico for separado do orçamento da empresa.

II) *A ausência de limitações habituais no câmbio dos mercados de bens e de trabalho.*

Ou seja, mercados de trabalho e de mercadorias livres. De acordo com Weber, leis suntuárias na Europa feudal restringia o consumo de acordo com o *status* da classe social, bem como proibições de certas classes sociais possuir propriedade e

seguir certas profissões. Tal como Marx, Weber via o mercado como um campo de batalha do homem contra o homem para atingir o controle sobre as oportunidades e vantagens.

Os preços de mercado são o resultado dessas lutas entre os possuidores de capital e outros recursos econômicos. Assim, a escassez econômica só pode ser estabelecida por conflitos de interesses na concorrência e na resolução desses conflitos. É esse tipo de conflito que foi a base para o cálculo econômico racional dos preços monetários; e se dá mais facilmente quando a luta foi libertada de constrangimentos e regulações arbitrárias tal como ocorria na sociedade tradicional.

Aqui, Weber entra em polêmica com a teoria econômica (neoclássica e marginalista). De acordo com a tradição neoclássica, os preços expressam a utilidade marginal dos bens para os indivíduos com base em suas preferências subjetivas. A teoria da demanda da Utilidade Marginal afirma que os bens são consumidos até o ponto em que deixam de dar satisfação.

Weber argumentou que, em primeiro lugar, a demanda não é meramente uma questão de subjetividade, mas sim, demanda efetiva, com base no poder de compra real. Em segundo, a ideia do consumidor soberano, que estimula a produção não se aplica ao capitalismo moderno, em que mesmo que o consumidor tem de estar em uma posição para comprar, seus desejos são acordados e dirigidos pelas empresas.

III) *Contabilidade racional de capital pressupõe um nível de mecanização tecnológico que é capaz de produzir uma saída calculável.*

Ou seja, as máquinas a vapor não são apenas rápidas, mas também mais previsíveis que o vento, que a água e, mais importante, a força de trabalho humana, que está limitada física e biologicamente.

IV) *Por serem calculáveis (previsíveis), a lei e as empresas são capazes de depender de adjudicação calculável, administração e liberdade contra a interferência arbitrária do Estado.*

Adjudicação é o ato judicial que estabelece que a propriedade de um bem (móvel ou imóvel) se transfere de uma pessoa para outra, que assume então sobre ela todos os direitos de domínio e posse inerentes a toda e qualquer alienação.

Historicamente, essa condição só passou a ser cumprida na Europa, no século XVII. Weber identificou um capitalismo político em que o Estado tenta monopolizar oportunidades rentáveis, a fim de aumentar o seu poder político. Todavia, considerou essa subordinação do cálculo contínuo de geração de lucros para o interesse do Estado como irracional do ponto de vista econômico. Com efeito, Weber concordou com Smith e a escola liberal de economia na crítica às políticas mercantilistas dos Estados.

*V) Sem trabalho formalmente livre, o cálculo capitalista racional é impossível.*

Weber afirmou que o capitalismo necessita do trabalho livre, mas essa liberdade de determinação dos custos salariais só é possível, quando as pessoas são obrigadas a vender seu trabalho. Isto é, o cálculo racional das oportunidades de lucro necessita de uma desigualdade de poder na empresa.

Em outros termos, os capitalistas são capazes de calcular os custos do trabalho com precisão porque, ao contrário das formas compulsórias de organização do trabalho, eles podem controlar os custos, dispensando trabalhadores se a demanda cair em relação à produção.

Com efeito, Weber concordou com Marx, em que o poder da exploração é necessário para o funcionamento do capitalismo. Contudo, Weber rejeitou o diagnóstico de Marx sobre a morte do capitalismo e seu prognóstico para o futuro da humanidade.

*VI) A comercialização da vida econômica significa que todos os direitos de ações na empresa e outras formas de propriedade e ativos são representados por instrumentos negociáveis de papel.*

A partir dessa última característica institucional, passa-se a discutir o papel dos mercados de capitais para o desenvolvimento do capitalismo e um tipo ideal exclusivo do Ocidente.

Na *História Geral da Economia* (1919), Weber escreveu dois capítulos (XXIII e XXIV), abordando o caráter financeiro do capitalismo. Weber dedicou pouca atenção ao dinheiro e aos bancos em sua análise. Contudo, destacou que a criação e circulação de crédito bancário na Europa Ocidental foi um desenvolvimento importante e único.

Weber estava ciente de que os bancos capitalistas ocidentais não se limitaram a acumular poupanças em depósitos existentes para empréstimos, mas também, que eles tinham o poder de criar novos depósitos de dinheiro na forma de empréstimos bancários.

É dentro desse contexto que viu a existência de um mercado amplo em que a propriedade do capital é representada por papel livremente negociável como algo exclusivo da sociedade ocidental.

#### b) A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo

Além da explicação de como foi possível para a empresa calcular racionalmente e elaborar estratégias para maximizar o lucro líquido, Weber também levantou a questão do porquê eles deveriam fazê-lo.

Sua resposta foi a motivação empreendedora. Ou seja, para Weber, a motivação empresarial para o cálculo contínuo e busca de lucros era um fim em si. Em mercados capitalistas competitivos, a busca incessante de lucros a serem reinvestidos na empresa é uma exigência imposta externamente. Isto posto, a empresa que não se comporta dessa maneira é forçada a sair do negócio dado os concorrentes mais eficientes.

Contudo, Weber identificou que essas pressões foram muito fracas, se não totalmente ausentes, nos estágios iniciais do desenvolvimento capitalista. Dentro desse contexto, questionou: *por que os primeiros empresários se esforçaram em obter lucro como um fim em si mesmo?* Essa questão foi respondida no seu livro *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904).

Um breve resumo da Ética Protestante.

Em primeiro lugar, há que se advertir que a primeira parte do livro foi publicada em 1904 e a segunda em 1905, depois da viagem do autor aos Estados

Unidos. Uma segunda versão, revisada pelo próprio Weber, com diversos acréscimos, foi publicada em 1920.

Segundo Weber, no quadro da reforma protestante do século XVI, surgiu um tipo de protestantismo, que ele denomina de *ascético*, responsável por moldar o que chamou de *“espírito capitalista”*. Ou seja, o autor procurou mostrar que o protestantismo de caráter ascético dos séculos XVI e XVII tinha um influxo direto com o conceito de vocação profissional e empresarial, base motivacional do moderno sistema econômico capitalista.

No **Capítulo I**, Weber mostrou a preferência educacional dos católicos por uma formação humanista (artes liberais), enquanto os protestantes preferiam formação técnica (artes mecânicas). Ao mesmo tempo, mostrou as diferenças profissionais entre ambos os segmentos.

Weber rejeitou a explicação (superficial e aparente) de que a espiritualidade católica, fundada no ascetismo, predisporia o indivíduo para o estranhamento do mundo e, dessa forma, para a indiferença para com os bens deste mundo; enquanto os protestantes seriam materialistas. Alegou que os puritanos se caracterizavam pelo oposto da alegria para com o mundo. Sugeriu que há um íntimo parentesco entre estranhamento do mundo, ascese e participação na vida aquisitiva.

No **Capítulo II**, Weber ressaltou os mandamentos econômicos, tomando como base os aforismos Benjamin Franklin, quais sejam (BARBOSA, 2009; pg., 5):

- (a) **Lembra-te que tempo é dinheiro.** Assim, quem pode ganhar certa quantia diária trabalhando e fica divertindo-se, não deve contabilizar apenas as perdas resultantes dos gastos nas diversões, mas, também, aquelas originadas da ociosidade, do não-trabalho. Ou seja, desperdiçando-se tempo na realidade estava-se desperdiçando dinheiro, a maior parte do tempo deveria ser utilizado para o trabalho.
- (b) **Lembra-te de que o crédito é dinheiro.** Quando alguém permite que seu dinheiro fique na posse de outrem, ele está concedendo juros. Ou seja, há um despertar para necessidade de se fazer bom uso do dinheiro, surgindo nesse contexto também à ideia dos juros.
- (c) **Lembra-te que o dinheiro é de natureza prolífera, pro criativa.** Na verdade, o dinheiro se reproduz no giro, de modo que ao circular o dinheiro

cria mais dinheiro da primeira vez e em uma proporção sempre crescente nas vezes seguintes. Ou seja, o dinheiro pode gerar dinheiro e seu produto pode gerar mais, e assim por diante.

(d) **Lembra-te deste refrão: O bom pagador é dono da bolsa alheia.** Quem paga pontualmente suas dívidas pode sempre conseguir novos empréstimos, inclusive valores mais altos do que os anteriores. A confiança é o elemento mais importante na relação com o dinheiro. Ou seja, refere-se à pontualidade no cumprimento do pagamento como característica importante.

Weber enfatizou esses mandamentos econômicos, afirmando que estes não são simples técnica de vida, mas sim uma ética particular, na qual a infração é tratada como um esquecimento do dever.

A partir daí, Weber desenvolveu o *tipo ideal* de *espírito do capitalismo*.

Esse, por sua vez, é entendido como uma individualidade histórica. Weber mostrou que o espírito do capitalismo não é caracterizado pela busca desenfreada do prazer e pela busca do dinheiro por si mesmo. O espírito do capitalismo deve ser entendido como uma ética de vida, uma orientação na qual o indivíduo vê a dedicação ao trabalho e a busca metódica da riqueza como um dever moral. Ele acentua claramente que o “espírito do capitalismo” não deve ser confundido com a “forma” do capitalismo.

Por forma, Weber entendia o capitalismo enquanto sistema econômico, cujo centro é representado pela empresa capitalista, reunião de meios de produção, trabalho organizado e gestão racional.

Ele esclarece que as variáveis tratadas no seu livro têm a ver com a moral protestante e a dimensão comportamental (*habitus*) que serve de base ao sistema. O “espírito do capitalismo” só pôde triunfar ao vencer as formas tradicionalistas de comportamento econômico.

No *Capítulo III*, Weber dedicou-se a analisar a contribuição do luteranismo. Na tradição de Martinho Lutero, ao contrário da concepção católica, “vocação” deixa de ter o sentido de um chamado para a vida religiosa ou sacerdotal e passa a ter o sentido do chamado de Deus para o exercício da profissão no mundo do trabalho.

Com Lutero o *ascetismo* praticado pelos monges fora do mundo é transferido das celas dos mosteiros para o mundo secular. Nasce daí o ascetismo intramundano. Todavia, o próprio Weber reconheceu que o luteranismo ainda possui uma visão tradicionalista da vida econômica: apesar da ênfase no trabalho, a vida aquisitiva ainda não possui um valor em si mesma e o indivíduo está acomodado no seu círculo social.

No **Capítulo IV**, analisa os fundamentos religiosos do *ascetismo protestante*; ou como ele denominou ascetismo laico.

Weber destacou que o ponto de partida da ética econômica subjacente ao capitalismo está no protestantismo pós-luterano, nas chamadas igrejas e seitas do protestantismo ascético:

- # Calvinismo (derivada de João Calvino)
- # Pietismo.
- # Metodismo.
- # Seitas Batistas.

Do calvinismo emana a célebre tese da predestinação, dogma que afirma que “apenas Deus escolhe – independente dos méritos do indivíduo – quem será salvo e quem será condenado”.

Diante da angústia religiosa sofrida pelo indivíduo, o trabalho e o sucesso na vida econômica surgem como compromissos do crente e como indícios (embora não meio) de certeza da salvação.

Apesar dessa rígida tese estar atenuada no *pietismo* e no *metodismo*, que são mais sentimentais, nas igrejas de origem calvinista a riqueza recebe uma sanção positiva da esfera religiosa.

O mesmo processo pode ser verificado no âmbito das seitas que surgem do movimento anabatista (rebatizados) – como os *batistas*, *menonitas* e *quakers*, por exemplo – que, organizados em forma de seita, estimulam uma vida ordenada, disciplinada e regida por rígidas normas éticas.

No **Capítulo V**, analisando todo o processo em seu conjunto, Weber verificou que dos dogmas e, em especial, dos impulsos morais do protestantismo, derivados após a reforma de Lutero, surge uma forma de vida de caráter metódico, disciplinado e racional.

Da base moral do protestantismo surge não só a valorização religiosa do trabalho e da riqueza, mas também uma forma de vida que submete toda a existência do indivíduo a uma lógica férrea e coerente: uma personalidade sistemática e ordenada.

Sem estes impulsos morais, de acordo com Weber, não seria possível compreender a ideia de vocação profissional, concepção que subjaz as figuras modernas do operário e do empresário. A moral específica dos círculos protestantes possui uma relação de afinidade eletiva com o comportamento (espírito) que subjaz ao sistema econômico moderno e, ainda que este não derive apenas deste fator, trata-se de um impulso vital para o entendimento do mundo moderno contemporâneo.

Weber concluiu que apesar de secularizada, ou seja, desprovida de fundamentos religiosos, a vida aquisitiva da economia moderna generalizou-se para todo conjunto da vida social. Esta avaliação ganhou contornos críticos, pois Weber constatou que a lógica da produção, do trabalho e da riqueza passou a envolver o mundo moderno como uma “jaula de ferro”.

c) As características do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente

Weber apontou as principais características do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, da seguinte forma:

- I - Destruição dos obstáculos tradicionais ao livre comércio, entre terra, capital e trabalho.
- II - Criação de mercados de massa para a produção industrial em larga escala.
- III - Papel do Estado.

Sobre o Estado, ao contrário da teoria econômica, Weber argumentou que os elementos essenciais do capitalismo moderno não eram simplesmente o resultado espontâneo de uma predisposição natural para barganhar, tal como expressa em Smith.

Para ele, foram as ações – intencionais e não intencionais – dos Estados europeus modernos que trouxeram as condições favoráveis para o capitalismo

racional. Com efeito, o Estado foi importante para a destruição das relações feudais e patrimoniais. Como consequência, deu-se a criação de um espaço social e político que assegurou o desenvolvimento da propriedade capitalista e mercados.

Weber definiu como *a aliança memorável*. Uma aliança mútua entre Estado e Burguesia. Ou seja, um Estado burocraticamente forte foi condição necessária para o surgimento do capitalismo, mas não o suficiente. Era necessário a formação de uma classe burguesa independente com o poder de pressão.

A contribuição de Max Weber para a compreensão da gênese do capitalismo foi importante, apesar da mesma traçar um desenho teórico basicamente sustentado em uma ótica religiosa, sem levar em consideração fatores econômicos, propriamente ditos. Para Weber, a emergência desse sistema econômico foi fruto de um “espírito capitalista”, que dependeu de uma *ética protestante*. Uma crítica forte e recorrente ao trabalho de Weber é de que ele é reducionista ao transformar as origens de um sistema social e econômico que mudou o mundo em uma questão puramente religiosa.

### *3.3 – Observação final*

Observando as concepções de Werner Sombart e Max Weber com relação às origens do capitalismo, é possível perceber as suas capacidades de vincular economia e história cultural.

Weber chegou à conclusão de que a ideologia religiosa do protestantismo era a única transição adequada a uma mentalidade capitalista, deixando, portanto, de lado alguns fatores econômicos de fundamental importância para compreensão da motivação econômica e considerando, com notável exclusividade, explicações religiosas. Esta sua ideia representou a base fundamental, na qual se tornou possível observar os equívocos que norteiam a linha de raciocínio weberiana.

Apesar de considerar importante a contribuição de Max Weber para explicar a gênese do capitalismo, ela é problemática, na medida em que é fortemente centrada em uma ótica religiosa. Assim, não se levam em consideração outros fatores importantes. Como eixo epistemológico, o capitalismo é visto como resultado de um espírito capitalista que depende de uma ética protestante.

Ambos os autores admiram os capitalistas enquanto agentes de transformações econômicas, políticas e sociais. Entretanto, Sombart não se recusou a denunciar as contradições desse sistema.

Precisa-se destacar que enquanto Weber creditou ao empresário capitalista uma ética de trabalho que serve a Deus, Sombart explicou a formação e evolução do capitalismo pela busca ilimitada e incessante de lucros.

De maneira idêntica a Weber, Sombart buscava entender o espírito do capitalismo, mas diferentemente daquele autor ele estava interessado na inter-relação das formas de organização econômica com os fatores políticos, sociais e culturais.

Não há um exclusivismo religioso na obra de Sombart, pois ele argumenta que as origens do capitalismo comercial ou mercantil associam-se fortemente às cidades de tradição católica. Aliás, Sombart mostrou o papel ativo que teve a Igreja Católica na formação do sistema bancário e que nas recomendações de Tomás de Aquino, desapareceu a oposição entre riqueza e pobreza, sendo considerado como pecado apenas o uso indevido da riqueza.

Por outro lado, Sombart admitiu que no capitalismo industrial há uma influência decisiva do protestantismo. Contudo, para este autor, foi o judaísmo que em primeira mão desenvolveu o *espírito capitalista*. Assim, as normas judaicas nunca defenderam nenhum ideal ascético de pobreza.

Os judeus sempre foram excelentes comerciantes e financistas. Não colocavam restrições de tipo algum aos empréstimos de dinheiro a estrangeiros. E sempre fizeram uso generalizado das práticas de redução de preços e de propaganda para conquistar clientes alheios.

***Capítulo 4: O capitalismo como um Sistema-  
Mundo Moderno***

Immanuel Wallerstein (1930-2019) foi um sociólogo norte-americano cuja principal teoria é o *Sistema-Mundo Moderno*. Nesta, o autor parte de um recorte transdisciplinar inter-relacionando *política internacional, geografia econômica, economia política e história*, para compreender a origem e o desenvolvimento do capitalismo em escala global, desde o século XVI.

Pode-se elencar quatro principais influências em seu pensamento. Marx, o qual Wallerstein toma como base o entendimento que o capitalismo é uma relação social, a sua lógica de acumulação e a dialética capital/trabalho. O historiador francês Fernand Braudel, cuja contribuição para a história do capitalismo foi a tese da *longa duração*, na qual demonstrou uma complexa construção de alianças de poder no desenvolvimento das redes econômicas europeias entre os séculos XV-XVIII, e como que estas, ao longo do tempo, constituíram um sistema histórico-social específico. O sociólogo Max Weber, no que se refere a questão da preocupação com a dimensão institucional e política na dinâmica histórica do capitalismo. E, *last but not least*, a *teoria da dependência*, especialmente, àquela produzida na América Latina, cuja principal contribuição à história do capitalismo foi a incorporação da dominação colonial e a particular divisão do trabalho imposta aos países colonizados em seu quadro analítico; bem como, o papel das relações de troca desiguais entre países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O texto inaugural da teoria do Sistema-Mundo foi publicado em 1974, *The Modern World-System: capitalist agriculture and the origins of the european world-economy in the sixteenth century*. A versão que está se utilizando nesse capítulo é uma publicação portuguesa de 1979.

O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, faz-se uma discussão sobre o seu método de análise; na segunda, discute-se a *teoria do Sistema-Mundo Capitalista*.

#### 4.1 - O método de análise

Wallerstein propõe-se a explicar a formação do *sistema-mundo* do século XVI e suas transformações até o século XXI, considerando o *capitalismo* como um sistema mundial. Seu objetivo foi analisar a mudança social em sua totalidade, o que implicava definir um sistema social que superasse a dicotomia fatores internos e externos na explicação de sua dinâmica, tal como exposta nos debates marxistas sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo*; bem como, entender a relação *centro-periferia* (discutidas pela *Teoria da Dependência*), como um conceito dentro de um mesmo sistema.

Em resumo, na análise sistêmica de Wallerstein, os elementos estão em interdependência, não havendo sentido em considerar elementos autônomos, de um lado, e elementos dependentes, de outro. Com efeito, essa era uma crítica à Teoria da Dependência que a unidade de análise proposta pelo autor procurou superar (ARIENTE & FILOMENO, 2017; pg., 103).

Não somente à Teoria da Dependência, mas todas as correntes que Wallerstein denominava de *teoria da modernização*. Isto é, àquelas que enxergavam a existência de estágios pelos quais as sociedades atravessam, e que, portanto, as demais sociedades atravessarão, e que estes estágios representam um progresso evolucionário. Tal visão se encontra no liberalismo rostowiano, mas também, no marxismo, no estruturalismo latino-americano e nos “dependentistas” (WALLERSTEIN, 1974).

Em suma, de acordo com a “teoria da modernização”, todos os estados apresentam simultaneamente um conteúdo geral e singular: o caráter geral reside na sequência de estágios a serem atravessados, enquanto o caráter particular é definido pelo estágio em que cada Estado se encontra no momento, por suas diferenças com relação aos Estados desenvolvidos, os quais representam a unidade de referência e, também, pelo tempo gasto para passar de um estágio para outro.

Wallerstein rejeitou essa interpretação, afirmando que, em primeiro lugar, os Estados não representam a unidade operacional da sociedade; que atuam de forma autônoma e não são afetados por fatores externos às suas fronteiras. Em segundo lugar, inexistente uma lei geral de desenvolvimento social; isto é, os estágios e

sua sequência, que, inevitavelmente, conduziria as sociedades atrasadas ao estágio em que se encontram as nações desenvolvidas.

Como ponto de partida para se entender os fundamentos teóricos de Wallerstein, é preciso ter em mente que o autor busca uma perspectiva de lidar com as *totalidades sistêmicas da realidade social*, e não apenas com partes ou segmentos dessa realidade. Isto é, as partes devem ser sempre consideradas em estreita conexão, e mesmo subordinação – lógica e histórica – à *totalidade sistêmica*. Assim, o seu ponto de partida metodológico é, portanto, a construção de uma totalidade de longa duração e de larga escala no interior da qual os conceitos tenham sentido. (ACCO, 2018; pg., 711).

Em termos mais concretos, as *totalidades sistêmicas* seriam aquelas definidas no interior de uma determinada *divisão do trabalho*, de tal *forma orgânica* e completa que constituem *mundos* nos quais os vários setores ou áreas são dependentes das trocas econômicas com os outros setores ou áreas para a sua mútua e continuada manutenção. As regras e os procedimentos da *divisão do trabalho*, portanto, enfeixam o *mundo orgânico dos sistemas*, perpassando e atribuindo as principais características dos processos econômicos, políticos e socioculturais que se desdobram em seu interior (Idem).

É importante ressaltar que a noção de *totalidades orgânicas*, segundo Wallerstein, não implica que estes sistemas funcionem como máquinas perfeitas, a-históricas e eternas, como pretendem os pensadores que intentam naturalizar as lógicas, comportamentos e racionalidades típicas do capitalismo e dos capitalistas à essência humana. Antes, são resultantes de processos sociais insatisfatórios, contraditórios e conflituosos e, por isso, suscetíveis aos ciclos orgânicos da vida, de nascimento, desenvolvimento e de superação. Alterados os fundamentos ou o modo de funcionamento destes processos integrados de produção, as condições de funcionamento das totalidades sistêmicas entram em crise (Idem).

É dentro desse contexto que Wallerstein entende o capitalismo como um sistema social e todo sistema social é um sistema histórico, logo sistemas sociais são sistemas históricos complexos.

São complexos por consistirem em múltiplas estruturas: cada um deles representa uma rede integrada de processos econômicos, políticos e culturais, que,

de um lado, têm dinâmica própria e potencial de diferenciação e, de outro, relações entre processos e estruturas que os mantêm unidos. Wallerstein (1979) afirmou que no capitalismo, a *divisão do trabalho* ultrapassa barreiras locais dadas pelas estruturas culturais e barreiras nacionais dadas pelas estruturas políticas.

Wallerstein (1991) analisou que ao longo da história humana teriam existido duas formas históricas de *totalidades sistêmicas*, os *minissistemas* e os *sistemas-mundo*.

Os *minissistemas* são aqueles pequenos agrupamentos tribais organizados com base numa divisão do trabalho orgânica articulada fundamentalmente pelo princípio da reciprocidade (exercida em termos de linhagem e proximidade), que constituiriam uma única entidade política e uma cultura uniforme em seu interior. Eram dotados de uma divisão de trabalho pouco complexa e de uma racionalidade pouco expansionista.

Os minissistemas, segundo Wallerstein, teriam decaído ou sido absorvidos pelas expansões dos *sistemas-mundo*, em suas duas únicas variações: os *impérios-mundo* e a *economia-mundo*.

Um *sistema-mundo*, é definido como uma unidade espaço-temporal, cujo horizonte espacial é coextensivo a uma *divisão de trabalho* que possibilita a sua reprodução material. Sua dinâmica é movida por forças internas, e sua expansão absorve áreas externas e integra-as ao organismo em expansão. Sua abrangência espacial, determinada pela sua base econômica-material, engloba uma ou mais entidades políticas e comporta múltiplos sistemas culturais.

A auto reprodução material e a larga abrangência espacial fazem esse tipo de sistema social parecer, em si, um “mundo”, no sentido de que é maior do que a jurisdição territorial de um Estado nacional, daí o nome “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 1991).

Como foi dito, há somente duas variações de sistemas-mundo no quadro teórico de Wallerstein: os *impérios-mundo* e *economia-mundo*.

Os *impérios-mundo* (WALLERSTEIN, 1974), seriam aqueles sistemas sociais calcados em mecanismos econômicos redistributivos (tributários), encontrados em seus períodos históricos nas grandes civilizações pré-modernas da China, Egito e Roma.

Ao terem seu sistema de acumulação interna calcado numa máquina administrativa e militar centralizada e capaz de coletar recursos e administrar territórios com diferentes formações socioculturais, em geral conquistados em guerras e ocupações, os impérios-mundo desintegraram-se, sendo superados por uma forma menos dispendiosa, mais flexível e mais abrangente de divisão do trabalho e de sistema político.

Isso porque, quando os impérios-mundo ampliavam seus territórios, eram forçados a submeter diferentes culturas e formações políticas a uma unidade política central, com custos crescentes de ocupação e manutenção desses novos territórios. Além disso, as atividades de comércio de longa distância existentes nos impérios-mundo permaneceram marginais, submetidas à administração central e restritas ao comércio de mercadorias de luxo, e, deste modo, não determinavam de modo fundamental o destino do império, nem das sociedades por ele abarcadas (Idem).

Em resumo, os *impérios-mundo* envolviam dois ou mais grupos culturalmente distintos, que dependiam de um sistema de governo único, vinculado à elite de um centro, que mantém limites geopolíticos específicos, dentro dos quais controla a divisão do trabalho e estabelece a apropriação forçada de excedente, através de uma redistribuição de tributos feita por burocracia e exército extensos.

Já a *economia-mundo*, é constituída por uma divisão de trabalho integrada através do mercado e não por uma entidade política central. Nesse tipo de sistema social, duas ou mais regiões cultural e politicamente distintas são interdependentes economicamente. Assim, há uma unidade econômica dada pela divisão do trabalho, por isso uma economia-mundo, e não há uma unidade política central, por isso não é um império-mundo e sim um sistema interestatal.

As *economias-mundo*, segundo a análise de Wallerstein (1979), tendiam, historicamente, a ser dominadas por uma única unidade política e a ser incorporadas em impérios-mundo. A *economia-mundo capitalista*, no entanto, apresentou-se como uma força superior a essa tendência.

Ou seja, para ele, os impérios políticos constituíam meios primitivos de dominação econômica (Wallerstein, 1979, p. 3). Já a economia-mundo capitalista

oferece uma fonte alternativa e mais lucrativa de apropriação do excedente (ao menos mais lucrativa no longo prazo, segundo ele).

Assim, o *sistema-mundo capitalista* reúne uma *economia-mundo capitalista* e um conjunto de Estados nacionais em um *sistema interestatal* com múltiplas culturas.

#### 4.2 - O Moderno Sistema-Mundo Capitalista

De acordo com Wallerstein, o capitalismo expandiu-se territorialmente para integrar novas áreas sob seu domínio. Essa expansão realizou-se por meio de capitais respaldados pelos Estados nacionais. Paralelamente à formação da economia-mundo capitalista, havia também a manutenção e o acirramento da rivalidade entre os Estados nacionais, não mais movidos apenas pela pilhagem ou pela conquista territorial para arrecadação de tributos, como era esperado na expansão de um império, mas para apoiar os seus capitais, organizar uma divisão do trabalho mais ampla, garantir condições de monopólio para seus capitais e, com isso, gerar maiores rendas e arrecadar tributos. A *economia-mundo capitalista* e o *sistema interestatal* formaram o moderno sistema mundial.

##### a) A economia-mundo capitalista

Para Wallerstein, o sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista. Esta, por sua vez, é regida por uma *lei do valor*, que determina a distribuição da maior parcela do excedente para aqueles que dão prioridade à diretriz fundamental do sistema: a *acumulação incessante de capitais*. Ou seja, acumular por acumular. O capital como valor que valoriza a si próprio, representa o princípio nuclear que orienta todo o sistema e lhe confere sentido.

Isto não quer dizer que todos os seus membros operam implacavelmente com base nesta lei do valor. Mas, em consonância com os fundamentos do sistema, todas as instituições da economia-mundo capitalista são designadas para recompensar materialmente os que aderem ao seu princípio básico e, indiretamente, para punir os que não o fazem (WALLERSTEIN, 1995; pp., 3-5).

De acordo com Wallerstein, o Moderno Sistema-Mundo Capitalista surgiu a partir do século XVI, na Europa Ocidental, expandindo sua organização social do trabalho para as demais regiões geográficas e as integrando em sua economia. Sua principal característica, é que os interesses de acumulação organizaram uma divisão mundial do trabalho, superando uma divisão local do trabalho típica das economias de trocas não sistemáticas.

O comércio comandado pelo interesse do capital não deve ser visto como comércio internacional unindo economias nacionais autônomas, que soberanamente decidem ter mais ou menos comércio com outras economias nacionais. Deve ser entendido como comércio mundial que organiza uma divisão mundial do trabalho de acordo com os interesses capitalistas de lucro monopolista e acumulação incessante de capital e que, com essa força unificadora reúne regiões com política e cultura diferenciadas.

O caráter que dá unidade à *economia-mundo capitalista* é a *divisão do trabalho*. Wallerstein afirma que não é só a divisão funcional do trabalho, há que se incluir a dimensão espacial da divisão do trabalho.

O autor desenvolve o conceito de *divisão axial do trabalho*. Ou seja, é a assimetria na distribuição do excedente, com capitais concentrados espacialmente nas regiões centrais do sistema e apoiados por Estados nacionais que absorvem o excedente não só gerado pelos seus trabalhadores, mas também parcela do excedente gerado pelos trabalhadores concentrados em outras regiões do sistema. A divisão axial do trabalho é uma divisão vertical.

Dessa forma, o autor elabora e toma emprestado uma série de categorias para dar mais conteúdo à divisão social e axial do trabalho que domina a economia-mundo capitalista (AREINTE & FILOMENO, 2007).

***Cadeias de mercadorias.*** São cadeias produtivas e comerciais que compõem a produção de mercadorias, desde a extração de matérias primas até sua transformação em produtos de alto valor agregado. Uma cadeia mercantil engloba as diversas etapas dos processos produtivo e comercial necessárias para a colocação de um produto final no mercado.

Numa palavra, para cada processo de produção, existem alguns vínculos para frente e para trás, responsáveis pela interdependência da rede planetária de valorização do capital.

Tal como na *teoria do valor*, o valor de uma dada mercadoria é gerado pelo trabalho realizado nos diversos elos da cadeia. Contudo, Wallerstein destaca que, quanto à distribuição do valor, esta não é feita de forma equitativa com o valor trabalho gerado em cada elo. Segundo ele, os capitalistas que controlam determinada etapa do processo produtivo e comercial recorrem a meios diversos para absorver o valor gerado em outros segmentos.

Isto posto, por intermédio desta rede, diversas formas de controle e de remuneração do trabalho são subsumidas ao capital. Wallerstein toma como exemplos as seguintes formas: o trabalho compulsório (escravidão, servidão e até mesmo o trabalho infantil contemporâneo), as cooperativas de produtores independentes e as economias familiares semiproletarizadas, onde o salário é a menor parcela das diversas fontes de renda da família (HOPKINS & WALLERSTEIN, 2000).

O fato é que a multiplicidade de regimes de trabalho que convivem com o salariedade não deve ser encarada como um mero anacronismo, ou como um resquício pré-capitalista. O seu papel na valorização do capital é análogo ao exercido pelas disparidades geográficas entre zonas de salários elevados/baixos salários, criadas artificialmente pelo controle internacional sobre a mobilidade da mão de obra. Isto é, o recurso ao trabalho compulsório e ao emprego da força de trabalho parcialmente convertida em mercadoria ajuda a estabelecer limites às reivindicações dos trabalhadores assalariados com maior poder de barganha.

Assim, podemos notar que a divisão do trabalho que articula a economia-mundo não é somente ocupacional, mas sobretudo regional. Ela reflete uma hierarquia de tarefas que demandam níveis distintos de qualificação e de capitalização, determinando assim a transferência extensiva do mais-valor da periferia para o centro (Idem).

A situação de monopólio em algum segmento da cadeia de mercadorias é um modo tradicional de obter uma proporção mais larga do valor. Esse monopólio pode ocorrer por causa de alguma vantagem tecnológica ou organizacional, ou graças a

alguma restrição politicamente forçada da concorrência. De acordo com Wallerstein, a política mercantilista, que se desenvolveu entre os séculos XVI e XVIII, é um exemplo cabal de restrição política forçada da concorrência.

Isto é, foi o resultado da ação de capitalistas locais que usaram estruturas estatais para organizar o comércio de longa distância e, como corolário, formar uma divisão do trabalho entre várias regiões da economia-mundo capitalista em expansão. Isso envolvia integrar novas regiões produtoras e consumidoras às cadeias mercantis por eles lideradas, de modo a absorver grande parte do excedente gerado na cadeia. Para ter essa liderança, era necessário minar rivais economicamente mais fortes, situados em outros Estados e que poderiam ser concorrentes. Por isso, a união entre capitalistas e o Estado.

**Relação centro-periferia.** Baseia-se numa divisão axial (vertical) do trabalho entre as várias regiões da economia-mundo capitalista, onde são desenvolvidas as etapas das cadeias mercantis. Essa divisão do trabalho entre regiões é manipulada pelos Estados mais fortes, de modo a garantir aos seus capitalistas locais o controle sobre as etapas dos processos produtivos e comercial que proporcionam a maior absorção do excedente gerado em uma cadeia mercantil.

O conceito centro-periferia explica a transferência de excedente gerado pela produção de determinadas atividades para outras atividades que fazem parte da cadeia mercantil e estão concentrados em uma dada região.

Os capitais utilizam vários expedientes monopolistas, sejam econômicos e/ou políticos, com o apoio de seu Estado Nacional para garantir a absorção da maior parte do valor gerado na cadeia mercantil.

**Semiperiferia.** É uma categoria que mostra que a relação centro-periferia não é dicotômica. Expressa um processo contínuo de atividades em elos da cadeia de mercadorias, que, conforme os mecanismos econômicos e políticos disponíveis, são capazes de absorver - ou de transferir - valor das - ou para - atividades dos demais elos.

Isto é, regiões que participam das cadeias mundiais de mercadorias podem ter, simultânea e paralelamente, atividades centrais e periféricas, ou atividades que absorvem valor de atividades periféricas, de um lado, e transferem valor para atividades centrais, de outro.

Em suma, entre o centro e a periferia da economia-mundo existe uma zona intermediária, razoavelmente favorecida pela divisão mundial do trabalho: a *semiperiferia*, que geralmente envolve áreas que outrora faziam parte do centro do sistema, embora a conversão de regiões periféricas em semiperiféricas não seja incomum.

A *semiperiferia* é um elemento estrutural necessário numa economia-mundo. De acordo com Wallerstein, estas áreas intermediárias, tal como os grupos intermediários em um império, desviam parcialmente as pressões políticas que os grupos localizados primariamente nas áreas periféricas poderiam, de outro modo, dirigir contra os Estados do centro, contra os grupos que operam em seu interior e por intermédio de seu aparelho de estado (WALLERSTEIN, 1979).

Assim, os estados semiperiféricos combinam características dos dois extremos que polarizam a economia-mundo capitalista. Dessa maneira, eles exercem um papel específico: atuam como zonas periféricas para os estados do centro e, simultaneamente, como centro com relação à periferia. Esta posição intermediária ocupada pela semiperiferia reduz a tensão entre os extremos e, deste modo, ajuda a preservar o sistema-mundo moderno (Idem).

Na verdade, para Wallerstein, o sistema-mundo capitalista precisa de um setor semiperiférico por duas razões: uma política e outra político-econômica.

No que toca à razão política, um sistema baseado na recompensa desigual precisa estar constantemente preocupado com a rebelião dos elementos oprimidos. Um sistema polarizado com um pequeno setor distinto de *status* elevado e de rendimentos elevados confrontado com setor relativamente homogêneo de baixo *status* e baixo rendimento que inclui a maioria avassaladora dos indivíduos leva rapidamente à conscientização de classes e à luta aguda e desintegradora (WALLERSTEIN, 1979b(I); pg., 69).

Com efeito, o principal meio político capaz de evitar estas crises é a criação de setores “intermediários”, que tendem a acreditar que estão melhores do que os debaixo, ao invés de pensar que estão piores do que o setor superior. Este mecanismo óbvio, operacional em todo tipo de estrutura social, possui a mesma função no sistema-mundo (Idem).

Mas, além disso, a semiperiferia exerce uma função dinamizadora. Nos períodos de contração econômica, quando a luta para apoderar-se de um quinhão do excedente mundial em declínio se intensifica, alguns estados semiperiféricos podem tirar proveito de sua constituição híbrida e ameaçar o centro do sistema (WALLERSTEIN, 1979b(II); pp., 96-101).

***Troca desigual.*** Diz respeito ao mecanismo da divisão de trabalho entre centro e periferia, que resultam na transferência sistemática de excedente de atividades produtivas periféricas para atividades centrais, gerando uma distribuição desigual do valor da produção mundial.

Isso provoca, por sua vez, uma diferenciação entre as unidades do sistema interestatal, na medida em que os Estados nacionais se beneficiam do maior excedente apropriado por suas burguesias locais, ao concentrarem atividades centrais no seu território nacional.

***Acumulação de capital.*** É o conceito marxista de utilização do excedente, que está na forma monetária, em capital, que determina os ciclos dos processos produtivos. A dinâmica do capitalismo está baseada, como é tradicionalmente colocado pela análise marxista, na incessante acumulação de capital.

Na análise do moderno sistema mundial, o conceito de acumulação de capital é fundamental para dar o caráter capitalista à economia-mundo que estava em formação a partir do século XVI, mas que ainda não se baseava predominantemente na relação social de produção capitalista.

Como um processo que ocorre em escala mundial, a acumulação de capital deve ser entendida conjuntamente com a divisão desigual do excedente entre centro e periferia. Envolve a apropriação do excedente extraído dos trabalhadores e dos produtores diretos do centro e da periferia, mas há também uma transferência de excedente da periferia para o centro, o que implica, historicamente, uma acumulação de capital mais concentrada no centro do que na periferia, de um lado, e uma maior exploração dos trabalhadores da periferia em relação aos trabalhadores do centro, de outro.

Isso permite entender a possibilidade de desenvolvimento desigual, porém combinado, entre centro e periferia. Permite também entender não somente conflitos competitivos entre classes, como previsto na teoria marxista, mas também

entre regiões e entre Estados-nação, como proposto nessa visão de economia-mundo capitalista.

b) O sistema interestatal

A economia-mundo capitalista possui uma superestrutura política composta por uma rede heterogênea de Estados politicamente soberanos, rede que Wallerstein denomina como *sistema interestatal*. Como já foi mencionado, apesar de o sistema interestatal envolver toda a economia-mundo, ele não pode ser considerado como uma estrutura política unitária, pois nenhum grupo ou Estado tem poder suficiente para controlar efetivamente todo o sistema.

Trocando em miúdos, indica que não há nenhum Estado nacional com poder para fazer uma centralização política e estabelecer um império-mundo. Contudo, os Estados nacionais têm importante papel, em aliança com os capitais baseados em seu território, ao interferirem na divisão axial do trabalho da economia-mundo capitalista, com intuito de trazerem atividades centrais para o seu domínio.

Na verdade, um Estado pode ser hegemônico, isto é, capaz de influenciar o sistema interestatal mais do que qualquer outro Estado, conjunto de Estados ou organizações supranacionais, e colher os benefícios que derivam desta influência. Mas não se pode dizer que ele controla o sistema interestatal e muito menos a economia-mundo: a Grã-Bretanha não controlava o sistema-mundo moderno tal como ele existia no século XIX, assim como os EUA não controlam o sistema-mundo contemporâneo.

Para Wallerstein (1979), essa estrutura política singular contribui de maneira decisiva para o fortalecimento da economia-mundo capitalista, pois, como a arena econômica transcende a esfera de atuação das unidades políticas tomadas individualmente, o grande capital ganha uma margem de manobra extremamente ampla: uma organização capitalista pode, por exemplo, instalar as suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos e, ao mesmo tempo, realizar a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de lucro.

Esta peculiaridade é, para Wallerstein, decisiva, pois o capitalismo só foi capaz de florescer exatamente porque a economia-mundo continha, em seus limites, múltiplos sistemas políticos.

Retoma-se a discussão sobre o centro, a semiperiferia e a periferia do sistema-mundo moderno, para entender o papel exercido pelo sistema interestatal na economia-mundo capitalista. Se nenhum estado tem poder suficiente para controlar o sistema interestatal ou unificar a economia-mundo, convertendo-a em um império-mundo; também não significa que o sistema interestatal pode ser caracterizado pela homogeneidade.

A existência de uma assimetria de poder é fundamental para a preservação da economia-mundo capitalista. Se todas as entidades políticas tivessem o mesmo grau de poder, elas poderiam bloquear a atividade das entidades econômicas transnacionais cujo centro estivesse localizado em outro estado.

Nestas condições, a divisão mundial do trabalho não poderia florescer e a economia-mundo capitalista entraria em declínio logo no nascedouro. Portanto, é a presença de alguns Estados mais fortes, em aguda concorrência entre si e constantemente ameaçados por aparelhos de Estado intermediários (a semiperiferia) que garante o descompasso entre a esfera da atuação das unidades políticas individuais e a arena econômica.

Para Wallerstein a força de um aparelho de Estado se manifesta em dois planos: *a) ele deve ser forte com relação aos outros estados da economia-mundo tomados individualmente, inclusive frente aos demais estados do centro; e, b) deve ser forte com relação a qualquer grupo social particular em seu interior.*

De acordo com o autor, um aparelho de Estado implica um mecanismo basculante (*tipping mechanism*). Isto é, existe um ponto em que a força cria mais força. As receitas fiscais tornam o estado capaz de um ponto em que a força cria mais força. As receitas fiscais tornam o estado capaz de possuir uma burocracia civil e um exército mais numeroso e eficiente, o que por sua vez leva a maiores receitas fiscais – um processo que continua em espiral.

Por outro lado, esse mesmo mecanismo basculante, funciona também em sentido oposto. Ou seja, a debilidade conduz a uma maior debilidade. Entre estes dois pontos de oscilação reside a política de criação do Estado. É nesta arena que a

habilidade dos grupos dirigentes cria uma diferença. E a existência desses dois mecanismos basculantes explica o porquê em certos momentos uma pequena defasagem no sistema-mundo possa ser convertida rapidamente em uma defasagem muito grande (WALLERSTEIN, 1979; pg., 356).

É dentro desse contexto que o autor afirma que sistema interestatal é caracterizado por uma assimetria de poder que se estrutura em três níveis: estados centrais (fortes); estados semiperiféricos (intermediários) e periféricos (fracos).

Esta estruturação política está fortemente relacionada com a hierarquia de tarefas ocupacionais. Isto é, as tarefas que exigem qualificação maior e níveis de capitalização mais elevados estão reservadas às zonas centrais, recobrando parcialmente as zonas semiperiféricas. Como o sistema de recompensas que deriva da dinâmica da economia-mundo favorece necessariamente o capital acumulado, em sua expansão, a distância econômica e social entre o centro e a periferia tende sempre a aumentar.

De acordo com Wallerstein, este fato é geralmente mascarado porque o progresso técnico inerente aos processos de expansão permite o alargamento dos limites do sistema-mundo, e isto possibilita que algumas regiões transformem o seu papel estrutural na economia-mundo em proveito próprio, sem alterar o processo de distribuição desigual das recompensas que vigora no sistema como um todo.

Desse modo, a posição relativa dos estados – e das zonas que compõe a economia-mundo – não é estática. Pode-se, então, concluir que a própria fluidez do sistema interestatal reforça a tendência à acumulação incessante de capitais, na medida em que estabelece uma competição ininterrupta entre os Estados que o integram. Ou seja, os Estados do centro lutam para preservar a sua posição privilegiada, particularmente frente à pressão constante da semiperiferia, enquanto os demais se esforçam para escapar das zonas periféricas.

Comportam-se, portanto, como capitalistas individuais, lutando para expandir a sua base tributária, racionalizar os seus quadros burocráticos e, sobretudo, para incrementar o seu poder de atuação no cenário internacional.

É no meio da hierarquia e da rivalidade entre os estados que, para alguns grupos e setores capitalistas determinados, surge a possibilidade de ampliar o acúmulo de capitais acima e além do que seria possível em um hipotético “mercado

livre”. Esta margem adicional de acumulação está diretamente ligada às políticas de redistribuição dos rendimentos e de monitoração e intervenção das relações de produção exercidas pelos estados no interior de suas fronteiras.

O poder redistributivo do estado é geralmente discutido nos termos de seu potencial de nivelção social (o estado de bem estar social). Contudo, para Wallerstein, isso apenas obscurece a função preponderante da redistribuição. Ou seja, o de ampliar a desigualdade e, portanto, favorecer o acúmulo incessante de capitais.

Na verdade, segundo o autor, o poder de redistribuição de um estado está diretamente ligado à sua capacidade de tributação. Parte desses recursos podem ser usados para ampliar a desigualdade através de três mecanismos principais:

- I) *Política de subsídios e isenções fiscais.* O Estado, em nome do interesse público ou da preservação da “competitividade internacional” do país, concede privilégios fiscais e/ou doa capital diretamente para grupos e instituições capitalistas consolidadas ou em formação. O subsídio assume também uma forma menos direta; isto é, o Estado arca com os custos do desenvolvimento de determinados produtos, considerados imprescindíveis para o desenvolvimento econômico, mas que não poderiam ser realizados pela iniciativa privada, por vários motivos: necessidade de aportes de capital gigantescos, longos períodos de maturação, riscos elevados etc.
- II) *Corrupção* – na opinião de Wallerstein o desvio ilegal em grande escala dos fundos públicos para mãos privadas tem sido, desde a formação do capitalismo, uma fonte considerável de acumulação privada de capital.
- III) *Socialização dos riscos e privatização dos lucros* - este “mecanismo” operou ao longo de toda a história da economia-mundo capitalista, sob as mais variadas formas. Uma das formas mais típicas é evidenciada nos casos onde o Estado arca com o ônus de construir a infraestrutura necessária para viabilizar as atividades privadas em um determinado setor da economia. Outra forma típica é a intervenção do Estado para evitar falências e evitar “agitações” financeiras.

Em resumo, competindo acirradamente entre si, promovendo a concentração de capitais no interior de suas fronteiras e controlando a força de trabalho interna, os estados estimulam diretamente a acumulação incessante de capitais. O sistema

interestatal – e o conjunto de tendências que ele engendra é um elemento crucial do sistema-mundo moderno.

Por fim, o sistema interestatal necessita de conceitos adicionais para melhor entender o seu funcionamento.

***Imperialismo.*** Refere-se à dominação de regiões periféricas, onde as estruturas estatais são fracas ou inexistentes, por parte de Estados centrais mais fortes. O imperialismo abrange os vários meios econômicos, políticos e militares nas relações interestatais que promovem a transferência de excedente para as regiões centrais.

***Hegemonia.*** Refere-se à situação em que a rivalidade permanente entre as chamadas grandes potências é tão desequilibrada, que uma potência pode impor suas regras e desejos nas arenas econômica, política, militar, diplomática e até cultural.

Nas análises históricas feitas por Wallerstein, as hegemonias têm dimensão temporal restrita. Seu surgimento é tipicamente precedido por guerras mundiais, e seu declínio está geralmente associado ao aumento da luta de classes no seu interior, à difusão de suas vantagens técnicas e, por fim, ao aumento da rivalidade entre as potências nacionais centrais. Há, historicamente, um processo cíclico de transição de hegemonias.

***Luta de classes.*** Refere-se ao tradicional conflito trabalhadores X capitalistas dentro de uma jurisdição política. Mas, também, na análise do sistema-mundo refere-se a uma luta mais ampla, isto é, entre capitalistas dos diversos setores, capitalistas de nações diferentes, entre trabalhadores do centro e da periferia.

### c) O escopo temporal do Moderno Sistema-Mundo Capitalista

A duração de um sistema-mundo está ligada à três “períodos” que devem ser distinguidos: a sua *gênese*; o período de *funcionamento normal* (relativamente longo) e o seu *declínio*. A gênese e a derrocada caracterizam-se pelo fato de seus desdobramentos serem *intrinsecamente imprevisíveis*. O período de desenvolvimento regular, pelo contrário, é presidido por contradições internas que modelam a sua evolução.

Especificamente com relação ao Sistema-Mundo Capitalista, seu período de desenvolvimento regular, de acordo com Wallerstein, apresenta duas dimensões interrelacionadas.

De um lado, *tendências seculares*. Isto é, derivam das contradições fundamentais do sistema e estão diretamente relacionadas à sua duração. Representam, portanto, uma das chaves para a apreensão da estrutura do sistema-mundo moderno.

Wallerstein (2000b) identifica três fatores que, combinadas, explicariam grande parte da dinâmica das tendências seculares: a) *a pressão dos níveis reais de remuneração do trabalho sobre os custos de produção*, na qual é resultante do conflito entre capital e trabalho. b) *o custo progressivo dos insumos materiais* – não só o preço de compra das matérias primas, mas sobretudo os custos de sua transformação (no contexto contemporâneo pode-se incluir como custos o tratamento dos resíduos e a proteção ambiental). c) *a elevação da pressão tributária*, que deriva da intensificação da rivalidade interestatal e do custo da preservação da estabilidade social no interior dos Estados (resposta às demandas sociais, repressão e cooptação de movimentos contestatórios etc.).

Em resumo, esses três fatores interagem a todo momento, impondo obstáculos à acumulação. A superação destes obstáculos intensifica a luta de classes, a tensão entre as classes e os aparelhos de Estado e, por fim, fomenta a rivalidade interestatal. Produzem, portanto, as complexas linhas de força que moldam a trajetória do sistema.

A outra dimensão é caracterizada pelos *ciclos conjunturais*. Ou seja, são processos cíclicos que, simultaneamente, influenciam e são influenciados pelas tendências seculares. Na economia-mundo capitalista, os ciclos conjunturais mais importantes comportam-se de forma análoga aos ciclos de Kondratieff. Duram cerca de 50 anos e são constituídos por duas fases: expansão e contração. No entanto, Wallerstein concebe este tipo de ciclo de forma bastante particular.

De acordo com o autor (2000b), os ciclos conjunturais expressam um processo estrutural que, ao longo do tempo, gera uma discrepância entre a oferta e a demanda de determinados produtos ou fatores de produção. Com efeito, esta divergência estrutural entre a oferta e a demanda ocorre repetidamente, isto é, de forma cíclica.

Assim, o autor argumenta que isso só pode ocorrer porque os fatores que determinam a oferta e a demanda, embora ligados, são diferentes e, portanto, se movem em ritmos diferentes.

Como o ímpeto primário do capitalismo é a acumulação, este é o horizonte básico dos produtores, qual seja, os capitalistas tendem a ajustar a sua capacidade de produção de acordo com as suas expectativas de lucratividade. Os preços altos (fase A) indicam a insatisfação da procura. Logo, os produtores tendem a expandir a produção de várias formas. Mas, à medida que a produção cresce, se a demanda global não mudar, a expansão da produção vai perdendo a sua razão de ser.

A lógica, então, que rege o funcionamento dos ciclos de média duração não se esgota na discrepância entre a oferta e a procura. Pelo contrário, a sua dinâmica está intimamente relacionada às tensões que modelam o sistema-mundo e, também, aos conflitos que eclodem na arena sociopolítica.

A oferta não cria a sua própria demanda (tal como afirma a Lei de Say). Wallerstein argumenta que, se assim fosse, o capitalismo não seria um modo de produção tão turbulento. A demanda é uma função da distribuição do excedente que, ao contrário da variação da oferta, não deriva fundamentalmente de decisões individuais de investimentos visando a acumulação. A distribuição do excedente resulta do conflito local e global entre os diversos grupos, classes e estratos que fazem parte do sistema-mundo moderno. Assim, a contradição entre os interesses imediatos e os interesses de longo prazo das classes em luta exerce uma influência decisiva na dinâmica dos ciclos conjunturais.

Ou seja, os conflitos de interesse são permanentes, mas as lutas agudas são mais descontínuas, pois geralmente resultam em compromissos relativamente duradouros. Desse modo, é a variação contínua da oferta, combinada à variação descontínua da procura que rege os ciclos longos de Kondratieff.

#### *4.3 - Observação final*

O *Sistema-Mundo Moderno* se consolidou como uma corrente autônoma do pensamento na segunda metade dos anos 1970 e, desde então, ela tornou-se

indissoluvelmente ligada ao nome de Immanuel Wallerstein. Isto porque, há um consenso de que a publicação do primeiro volume de *The Modern World-System* (1974) demarcou o surgimento de uma nova modalidade de reflexão, com uma problemática razoavelmente definida e um campo conceitual próprio.

Neste sentido, o conceito de economia-mundo é crucial. Por meio desta categoria é possível articular o espaço ao tempo e, deste modo, apreender as transformações em seu interior, abrindo margem também para medir as influências externas.

Com efeito, a obra de Wallerstein é fundamental para a compreensão da formação do capitalismo. Sua contribuição pioneira foi a de superar a dicotomia fatores internos e externos presentes nas análises das sociedades nacionais e, da mesma forma, superar as diferenças entre capitalismo central, como autônomo, e capitalismo periférico, como dependente. A proposição de um sistema mundial baseado em uma divisão do trabalho que une as diversas atividades espalhadas, espacialmente, em uma economia-mundo e uma distribuição desigual do excedente entre atividades centrais e periféricas, com concentração também diferenciada em regiões, permitiu uma análise sistêmica do capitalismo.

***Capítulo 5: O capitalismo como um Sistema de Governança***

A definição do capitalismo como um sistema de governança tem sua versão acabada na tese de Bruce R. Scott, *Capitalism. Its origins and evolution as a system of governance*, publicada em 2011<sup>20</sup>. Contudo, antes dessa publicação, o autor publicou em 2009 um resumo da teoria intitulado *The concept of capitalism*<sup>21</sup>. Esse resumo é o que está sendo utilizado para discutir a respectiva definição.

É necessário advertir que esse capítulo foca na definição de capitalismo do autor, deixando de lado, a discussão sobre a origem, em perspectiva histórica, do sistema.

De acordo com Scott (2009; pp., 01-04), dois sistemas de governança – capitalismo e democracia – prevalecem no mundo no contexto do século XXI. Ambos os sistemas são construídos sobre a noção de governança através da concorrência regulamentada como principal mecanismo entre os vários atores. Eles podem operar simultaneamente dentro da mesma sociedade porque estão inseridos em domínios parcialmente distintos. Ao mesmo tempo, eles não somente influenciam um ao outro, como também, competem pelo poder do outro.

Com efeito, a competição entre atores econômicos e políticos não é exclusiva do capitalismo e democracia. De fato, a maioria dos atores de sistemas políticos de governança provavelmente competirão pelo poder, utilizando os recursos econômicos para comprar recursos políticos, bem como os recursos políticos para gerar ou distribuir recursos econômicos.

Entretanto, segundo Scott, o que faz a luta de poder entre capitalismo e democracia distinto, é que esse uso dos recursos de um sistema para influenciar o do outro torna-se mau uso quando confrontados com os respectivos princípios de livre mercado, da economia, com o sistema de liberdades políticas universais que impedem as oportunidades iguais de participação em qualquer um dos sistemas.

Assim, à medida que esses dois sistemas de governança foram evoluindo historicamente, o objetivo dos líderes na sociedade capitalista-democrática, portanto, passou ser o de mitigar o uso indevido do poder econômico ou político, estabelecendo instituições e regras que condicionam o comportamento dos atores em cada um desses sistemas.

---

<sup>20</sup> SCOTT, B. R. *Capitalism. Its origins and Evolution as a System of Governance*. New York: Springer, 2011.

<sup>21</sup> SCOTT, B. R. *The concept of Capitalism*. Berlin-Heidelberg, 2009.

Contudo, para Scott, esse objetivo não pode ser alcançado se a sociedade em geral, não entender como esses sistemas funcionam, como eles influenciam um ao outro, ou mesmo que sejam sistemas. De acordo com ele, nem o capitalismo tampouco a democracia são facilmente de serem entendidos e, de fato, não existe um padrão definido de qualquer um deles.

Isto posto, seu objetivo passa então a tentar definir o que seja capitalismo, na qual pretende ser original. Quanto à democracia, o autor toma sua definição já consolidada pela ciência política, em que o poder no sistema político recai sobre os líderes políticos que são responsabilizados perante uma sociedade livre e por instituições apropriadas através de eleições periódicas.

Scott define o capitalismo, como um sistema indireto de governança em três níveis para fins de relacionamentos econômicos (2009, pg., 02). O que ele pretende com essa definição, é entender o capitalismo como um sistema de governança que transcende os limites da análise econômica convencional (de tradição clássica/neoclássica), indo além meramente dos mercados da economia pura para incluir as instituições e suas interações sociopolíticas.

Para Scott, Adam Smith forneceu uma visão de como os mercados no capitalismo podem coordenar as ações de literalmente milhares ou milhões de pessoas, sem nenhuma orientação consciente por parte dos atores econômicos quase independentes, pois equilibram oferta e demanda através do mecanismo de preços. E cerca de um século depois, surgiu a economia neoclássica, reconhecendo que foram os mercados que estabeleceram os valores de vários bens e serviços, e não as propriedades intrínsecas desses itens.

Sem embargo, de acordo com o autor, essas descobertas, por mais inovadoras que sejam, permanecem insuficientes como definição de trabalho ou entendimento do capitalismo, pois tendem a se concentrar na conquista do equilíbrio baseado no mercado, como se o equilíbrio, por si só, representasse a governança econômica.

No entanto, as realidades das economias de mercado mostraram, ao longo da história do capitalismo, repetidas vezes que o equilíbrio pode ser alcançado em mercados distorcidos, onde os suprimentos incluem bens produzidos por escravos ou outras formas de trabalho forçado, em bolhas especulativas onde a alavancagem excessiva permite que os compradores gerem níveis insustentáveis de demanda ou

oferta ou, pelo contrário, em mercados deprimidos onde a demanda efetiva está muito abaixo de capacidade de produção de uma nação.

Assim, Scott afirma que para que o equilíbrio seja um verdadeiro reflexo da eficácia governança social, os preços de mercado devem refletir os verdadeiros custos sociais (ou seja, fator no valor dos bens e serviços para a sociedade como um todo); e a demanda deve refletir demanda sustentável sem o uso de recursos financeiros indevidos de alavancagem, tanto pelo mutuário como pelo credor (ou seja, fator no longo prazo bem como as demandas de curto prazo).

No entanto, ainda segundo Scott, não é papel dos agentes econômicos decidir quais custos e os benefícios devem ser incluídos no preço de mercado. Em vez disso, àqueles devem ser moldados pelo governo. Imperfeições, como externalidades, são a regra e não a exceção. De fato, é de se esperar um sistema onde mercados políticos imperfeitos inevitavelmente levam a soluções legislativas imperfeitas que depois impõem imperfeições institucionais às estruturas para sustentar os mercados econômicos.

Dessa forma, o autor afirma que apenas uma autoridade política pode corrigir essas falhas nas estruturas de mercado, não obstante e isso por si só deve nos alertar que as externalidades nunca serão eliminadas. Assim, uma economia de mercado presume-se que contenha distorções que variam de pequenas a grande, e até “extragrande”. Além disso, essas distorções podem variar além das assimetrias de informação para incluir assimetrias de poder e seu abuso cotidiano.

Com isso, o autor, por meio de sua definição de capitalismo, busca resgatar os pressupostos básicos da economia política, quais sejam, a análise dos fenômenos econômicos por meio da vinculação direta à dinâmica dos interesses de grupos e classes sociais. Dessa forma, a acumulação de riqueza, de acordo com o método da economia política, depende de estratégias e políticas do Estado. E o Estado, constitui em espaço privilegiado da disputa entre grupos e classes sociais. Portanto, a riqueza está associada ao exercício do poder político e econômico.

Em resumo, para Scott, é realmente importante pensar nos mercados econômicos do capitalismo como parte de um sistema de economia política e não apenas de economia pura. Sua concepção do capitalismo amplia o foco das operações de mercado para incluir tanto as instituições que moldam as estruturas de mercado

quanto as políticas que projetam e governam as instituições nas quais os mercados são incorporados e, portanto, engloba o método da economia política.

Ao propor essa concepção, seu objetivo é sugerir que a evolução do sistema capitalista é econômica, mas que exige a mãos visíveis de atores políticos exercendo poder através de instituições políticas, como eleições e legislaturas, em atividades que são notavelmente diferentes da mão invisível que Smith teorizou.

Divide-se o capítulo da seguinte forma. Na primeira seção, discute-se as influências teóricas da concepção de capitalismo do autor. Na segunda seção, retoma-se o conceito de capitalismo como um sistema indireto de governança, aprofundando seus três níveis das relações econômicas.

### *5.1 - As influências teóricas*

Scott afirma que a definição convencional de capitalismo, tende equipará-lo apenas como uma economia de mercado. Ou seja, um sistema de forças naturais, isto é, oferta e demanda, que naturalmente tendem ao equilíbrio. Noções de governança, muito menos governo, têm pouco ou nenhum papel dentro deste sistema "científico" impessoal e são, de fato, frequentemente acusados de corromper ou distorcer o capitalismo.

O autor cita um trabalho do historiador Michael Merrill (1995), como ponto de partida para sua concepção de capitalismo. Merrill afirma que o capitalismo não é apenas um sistema baseado em trocas de mercado, propriedade privada, trabalho assalariado e instrumentos financeiros; e sim, uma economia de mercado governada por, ou no interesse dos capitalistas.

Embora concorde com Merrill, Scott afirma que, não obstante sua definição avance no sentido de que o capitalismo não é simplesmente um produto da economia, mas da economia política, ainda sim é limitada.

Scott analisa que a definição de Merrill não conseguiu capturar a atualidade do capitalismo de duas maneiras principais. Primeiro, pressupôs que os interesses dos capitalistas não apenas prevalecem, mas devem prevalecer em qualquer sistema capitalista; negligencia a possibilidade e até a conveniência de governar mercados no interesse da sociedade como um todo. Segundo, pressupôs uma noção de

governança sem reconhecer explicitamente os papéis reais que os agentes da esfera política devem atuar em um sistema capitalista. Isto é, se as estruturas de mercado devem refletir o interesse público através do reconhecimento adequado dos verdadeiros custos e benefícios sociais.

Assim, no contexto de avançar na construção de sua definição de capitalismo como um sistema de governança, e, para além da concepção neoclássica, Scott busca elementos em dois teóricos de correntes distintas no pensamento econômico, mas que entendem o papel da política na organização da economia de mercado, quais sejam, Milton Friedman e Douglass North.

É importante advertir nesse momento que Bruce Scott não é um crítico do sistema capitalista, mas um defensor. Sua crítica é exclusivamente na definição do sistema, a qual, segundo ele, é insuficiente, produzindo uma crítica também inadequada. Por isso, seu diálogo se circunscreve no debate de que tipo de capitalismo a sociedade, notadamente, a norte-americana deve seguir. Portanto, sua preocupação com a definição de capitalismo, é para construir estratégias de como governar o sistema econômico para além dos interesses dos capitalistas, utilizando a economia de mercado e suas instituições para o interesse público.

O sistema capitalista ideal, na concepção de Scott, é aquele que converge para o fortalecimento de uma classe média. Ou seja, políticas públicas que visem superar a pobreza, de um lado; e, sejam uma barreira de contenção do abuso do poder econômico da classe dominante.

No que toca à Friedman, foi um expoente do que se convencionou chamar Escola de Chicago. Os princípios mais importantes dessa escola podem ser resumidos a seguir (BRUE, 2006; pp., 483-485).

*Comportamento ideal.* Reforçam a ideia neoclássica de que as pessoas tendem a maximizar seu bem-estar; isto é, elas se comprometem a otimizar o comportamento no momento de suas decisões. A unidade econômica básica é o *indivíduo* e este se organiza em unidades maiores – famílias, grupos de interesses políticos e empresas – como uma maneira de obter ganhos com a especialização e a troca. As preferências tendem a ser estáveis e independentes de preços. As pessoas fazem escolhas racionais, embora estas nem sempre produzam os resultados esperados. Os benefícios e os custos são incertos. Para reduzir essa incerteza, a

pessoa que toma as decisões busca informações, mas somente até o momento em que o benefício marginal trazido com as informações extras seja igual ao custo marginal de obtê-las. Os consumidores, os trabalhadores e as empresas respondem aos incentivos e obstáculos monetários.

*Preços e salários controlados tendem a ser uma boa estimativa dos preços e salários da concorrência a longo prazo.* Os preços e os salários refletem custos de oportunidade para a sociedade na margem. As divergências entre preços reais e os da concorrência provocadas por monopólios ou monopsônios são, em geral, irrelevantes. Os preços em um monopólio persistem no longo prazo somente em circunstâncias em que o governo bloqueia a entrada competitiva. Até mesmo nesses casos, a concorrência conseqüentemente gerará novos produtos e tecnologias que enfraquecerão a posição monopolista. O estabelecimento de direitos de propriedade bem-definidos e o encorajamento de negociações privadas podem minimizar as externalidades. As disposições institucionais – pagamento de aposentadoria, salários dos altos executivos, acordos com sindicatos etc. – que superficialmente definem salários e preços independentemente das forças de mercado em geral existem porque as partes envolvidas as consideram eficientes.

*Orientação matemática.* Utilizam o método de equilíbrio marshalliano e a abordagem de equilíbrio geral de Walras. Ou seja, a Escola de Chicago visa explicar o comportamento da economia – oferta, demanda e equilíbrio – seja tomando mercados isolados (equilíbrio parcial), seja em vários mercados interagentes (equilíbrio geral).

*A economia é autoajustável e reguladora, com pequenas flutuações auto restritivas.* Recessões e depressões profundas são resultantes de política monetária inadequada, e não de mudanças autônomas nos gastos. As mudanças no estoque de moeda provocam mudanças diretas no produto interno bruto nominal, em vez de operar exclusivamente por meio de taxas de juros. A política fiscal é geralmente ineficiente, a menos que seja acompanhada por alterações na oferta de moeda, e, em último caso, é impotente na presença das expectativas racionais. A teoria da inflação, tanto provocadas pela demanda, como pelos custos, é errônea, pois, para a Escola de Chicago, toda inflação é um fenômeno monetário.

*Governo limitado.* O governo é inerentemente ineficiente como um agente para atingir os objetivos que podem ser satisfeitos por meio de trocas privadas. Os oficiais do governo têm objetivos próprios, que procuram otimizar e que, inevitavelmente, desviam boa parte dos recursos à sua disposição para objetivos diferentes daqueles que beneficiam os pagadores de impostos. Em vez de se concentrar no interesse público, o controle do governo normalmente beneficia aqueles que buscam o controle ou aqueles que aprendem a dispor deles em vantagem própria.

Uma vez apresentados os princípios da Escola de Chicago, o que interessa no contexto do diálogo de Scott, é a visão de um tipo de governança que se encontra no texto *Capitalismo e Liberdade*, escrito por Friedman ([1962], 1988).

É importante enfatizar que Friedman não está preocupado em historicizar o capitalismo; ou seja, buscar elementos históricos e origens do sistema. Mas, foca no papel do que ele chama de *capitalismo competitivo*, o qual define:

*(...) como a organização da maior parte da atividade econômica por meio da empresa privada operando num mercado livre – como um sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política (FRIEDMAN, [1962] 1988; pg., 13).*

Com efeito, em sua concepção de capitalismo, Friedman concentrou-se principalmente no comércio e sua relação com a liberdade política. Ele afirmou que a liberdade econômica do mercado é essencial para seu equivalente político, buscando evidências históricas especificamente sobre essa relação. No entanto, para Friedman, a liberdade política significa ausência de coerção de um indivíduo por outros.

Ou seja, a preservação da liberdade requer a eliminação de concentração de poder ao máximo possível e sua distribuição de modo que não possa ser eliminado um sistema de freios e contrapesos. Dessa forma, segundo Friedman, ao remover a organização das atividades econômicas do controle da autoridade política, o mercado elimina essa fonte de poder coercitivo.

De acordo com Scott, Friedman define liberdade como liberdade da coerção de outros, e implica implicitamente que esses “outros” são atores políticos e não

econômicos. Em outras palavras, Friedman assume que apenas o governo pode concentrar poder suficiente para ameaçar a liberdade dos indivíduos. A concentração de poder no domínio econômico, como as grandes corporações, e suas respectivas ameaças à liberdade das pessoas, bem como a de empresas menores ou a coerção do capital sobre o trabalho nas empresas de qualquer tamanho, são omitidos em sua análise, exceto o papel dos monopólios.

Assim, Friedman ignora o poder de uma empresa de coagir outra, quando assume que a concorrência elimina o poder econômico. Na verdade, ele negligencia o fato de que empresas com milhares de funcionários competem com outras que podem ter apenas cem funcionários ou talvez apenas dez.

Segundo Scott, ao falar das transações entre empresas gigantes e pequenas como voluntárias e sem coerção, é como se pudesse descrever encontros bilaterais entre *uma baleia e uma escola de peixinhos, do ponto de vista da baleia*. Tamanho relativo não equivale necessariamente poder relativo, mas ignorar o potencial de relações desiguais de poder no setor privado, e focar apenas no seu exercício pelas autoridades políticas, parece uma simplificação excessiva considerável (SCOTT, 2009; pg., 14).

A crítica de Scott, é que Friedman simplifica a realidade da "liberdade" econômica, omitindo o significado da liberdade para os membros da sociedade com relativamente menos poder econômico do que outros, em termos de escassez de recursos, pouca educação ou capital humano e/ou nenhum capital financeiro para aproveitar as oportunidades de mercado.

Em resumo, Friedman assume que as desigualdades no poder econômico são adequadamente controladas através da concorrência, desde que a maioria das empresas seja de propriedade privada e, portanto, são apenas as desigualdades explícitas de poder político que devem ser evitadas a todo custo.

De fato, segundo Scott, as relações de poder entre os indivíduos raramente são iguais e, entre várias empresas ou equipes de atores econômicos, menos ainda. Aqueles com maior poder econômico podem empregá-lo quando negociam nos mercados ou pressionam os atores políticos, enquanto usa ainda mais coerção em menos configurações organizadas.

Nesta perspectiva mais realista, afirma o autor, o poder econômico pode ser uma força para a subversão da igualdade entre as pessoas e, portanto, uma força pela subversão da liberdade e da democracia. Para ser compatível com a democracia, e, portanto, com a liberdade que Friedman concebe, o capitalismo precisa ser modificado ou transformado de alguma maneira (Ibid., pg., 15).

É dentro desse contexto que Scott insere a perspectiva de Douglass North para auxiliar na construção de sua definição de capitalismo como um sistema de governança.

North é o principal expoente da Escola Neoinstitucionalista. Contudo, para se entender essa escola, há que se fazer um passeio no chamado “velho” Institucionalismo, cujo fundador foi Thorsten Veblen (1857-1929).

A Escola Institucionalista é uma contribuição norte-americana ao pensamento econômico e surgiu por volta de 1900 com reflexos até os dias atuais.

As principais ideias que norteiam a Escola Institucionalista são resumidas a seguir (BRUE, 2006; págs. 367/368).

*Perspectiva holística ampla.* A economia deve ser examinada como um todo, e não como pequenas partes ou entidades separadas isoladas do todo. Um organismo complexo não pode ser compreendido se cada segmento é tratado como se não estivesse relacionado à entidade maior. A atividade econômica não é simplesmente a soma das atividades de pessoas motivadas individual e mecanicamente pelo desejo de ganho monetário máximo. Na atividade econômica há também padrões de ação coletiva que são maiores que a soma das partes. Por exemplo, um sindicato desenvolve um caráter, uma ideologia e um método de operação próprios. Suas características não podem ser deduzidas do estudo dos membros individuais pertencentes a ele.

Na verdade, para os institucionalistas, o próprio conceito de atividade econômica é muito limitado. A economia, em sua visão, está interligada com a política, sociologia, leis, costumes, ideologia, tradição e outras áreas de crença e experiências humanas. A economia institucional, dessa forma, trata de processos sociais, relações sociais e da sociedade em todas as facetas.

*Ênfase nas instituições.* Enfatiza o papel das instituições na vida econômica. Uma instituição, segundo essa escola, não é simplesmente uma organização ou um

estabelecimento para a promoção de um objetivo específico, como, por exemplo, uma escola, um presídio, um sindicato, um banco. É também um padrão organizado de comportamento grupal, bem estabelecido e aceito como parte fundamental da cultura. Ela inclui costumes, hábitos sociais, leis, modos de pensar e modos de vida.

Para os institucionalistas, a escravidão e a crença na escravidão foram instituições. As crenças no *laissez-faire*, no *welfare state* ou no socialismo também são instituições.

Assim, de acordo com os institucionalistas, a vida econômica é controlada pelas instituições econômicas, não por leis econômicas. O comportamento social do grupo e os padrões de pensamento que o influenciam estão mais ligados à análise econômica do que o individualismo enfatizado na tradição neoclássica.

A Escola Institucionalista está interessada especialmente em analisar e reformar as instituições de crédito, monopólios, tipos de propriedade, relações de trabalho, seguridade social e distribuição de renda. O “velho” institucionalismo defendia o planejamento econômico, intervenção estatal como forma de mitigar os impactos negativos dos ciclos econômicos na sociedade. O chamado “novo” ou neoinstitucionalismo tem uma clara postura antiintervencionista.

*Abordagem evolutiva de Darwin.* O método evolutivo foi amplamente utilizado na análise econômica pelos primeiros institucionalistas, pois para eles, a sociedade e suas instituições estão em constante mudança. Eles discordavam do ponto de vista estático que procurava descobrir verdades econômicas eternas sem considerar as diferenças de tempo e lugar, sem levar em conta as mudanças que estavam ocorrendo com frequência.

Ou seja, em vez de perguntar “o que é isso?”, os institucionalistas perguntavam “como chegamos aqui e para onde estamos indo?” A evolução e o funcionamento das instituições econômicas eram o tema central da economia, para àquela escola. Essa abordagem exige conhecimento não só em economia, mas também de história, antropologia, ciência política, sociologia, filosofia e psicologia.

*Rejeição da ideia de equilíbrio normal.* Em vez da ideia de equilíbrio, os institucionalistas enfatizavam o princípio da causalidade circular ou mudanças cumulativas que podem ser salutares ou prejudiciais para a busca das metas econômicas e sociais. Os desajustes da vida econômica não representam o abandono

do equilíbrio normal, mas são normais. Os desajustes de quebra brusca dos negócios, ou estagflação, ou desemprego, para os institucionalistas, devem ser controlados pelo governo, instituição necessária para corrigir as deficiências da vida econômica.

*Choque de interesses.* Em vez de harmonia de interesses, defendida pela tradição neoclássica, os institucionalistas reconheciam as sérias diferenças de interesses na sociedade. Para eles, as pessoas colaboram, são criativas, organizam-se em grupos; todavia, existem choques de interesses entre grupos. Esses choques podem ser exemplificados nas disputas entre pequenas e grandes empresas, consumidores *versus* produtores, patrões contra empregados, fazendeiros *versus* industriais etc. Dessa forma, um governo imparcial e representativo deve reconciliar ou sobrepujar os interesses conflitantes para o bem comum e para que o sistema econômico funcione de maneira eficiente.

*Reformas democráticas.* A Escola Institucionalista, desde seu surgimento foi reformista. Seu programa político-ideológico influenciou o *New Deal* de F. D. Roosevelt, bem como vários programas do Partido Democrata norte-americano. Contudo, não dá para identificar uma linha socialista nessa escola, e, principalmente, nos neoinstitucionalistas. De fato, o objetivo é realizar a distribuição mais equilibrada de bens e de renda. Os institucionalistas negavam que os preços de mercado levam à alocação eficiente de recursos e uma justa distribuição de renda. Condenavam invariavelmente o *laissez-faire* e eram a favor de uma participação maior do governo nos assuntos econômicos e sociais.

*Rejeição da psicologia prazer-esforço.* Os institucionalistas repudiavam a filosofia econômica de Jeremy Bentham, cuja doutrina fundamentava-se no princípio da utilidade, que determina que a ética deve basear-se sempre em contextos práticos, pois o agente moral deve analisar a situação antes de agir, e sua ação deve ter por finalidade proporcionar a maior quantidade de prazer (bem-estar) ao maior número de pessoas possível para que seja moralmente correta. Os institucionalistas buscavam uma melhor psicologia, tendo incorporado muitas das ideias de Freud em suas teorias.

Douglass North (1920-2015) é considerado o principal expoente do neoinstitucionalismo. Ao contrário do “velho” institucionalismo, o “novo” é antiintervencionista, tem uma visão orientada para o mercado e é mais teórico e

menos político. Contudo, critica a economia neoclássica por sua falha em reconhecer a importância das limitações institucionais no processo de tomada de decisão econômica e sua incapacidade de explicar a permanência de diversas instituições econômicas pelo mundo. Diferentemente dos institucionalistas tradicionais, os neoinstitucionalistas, notadamente North, adotam o método “teórico da escolha” dos neoclássicos, que enfatiza o processo racional de tomada das decisões econômicas.

De acordo com North (1990; pg., 05), o método teórico de escolha é importante, porque o conjunto logicamente consistente e potencialmente analisável de hipóteses deve ser estabelecido sobre uma teoria de comportamento humano. A força da teoria microeconômica é aquela construída sobre a base de suposições acerca do comportamento individual. Como as instituições são criação dos seres humanos, logo estes são envolvidos e afetados por elas. É dentro desse contexto que North afirma que sua teoria deve começar com o indivíduo, já que os limites que as instituições impõem sobre as escolhas individuais são universais.

As instituições se formaram, segundo o autor, porque minimizam os custos da interação humana. Elas podem ser *formais* – constituições e leis – ou *informais* – códigos de conduta não escritos. Podem ser criadas especificamente, tal como um sistema monetário nacional ou se desenvolvem com o tempo, como por exemplo, a ocupação de guardadores de carros (flanelinhas) nas grandes cidades brasileiras.

Para North, as *instituições* são as *regras* formais e informais que governam o comportamento econômico e político. A forma que as instituições assumem se deve muito ao poder de negociação dos indivíduos e dos grupos que os representam. Mas, quando as instituições se estabelecem, os comportamentos e os resultados das preferências individuais reforçam sua presença contínua.

É claro que, para North, as limitações impostas pelas instituições variam com o tempo e em cada país. As instituições oferecem estruturas estimulantes para vários tipos de atividade econômica e política. Como por exemplo, as nações desenvolvidas são ricas porque os limites das instituições definem um conjunto de compensações para as atividades políticas e econômicas que encorajam o aprimoramento educacional, a expansão do capital, novas tecnologias e, conseqüentemente,

crescimento econômico. São as chamadas instituições *inclusivas* (ACEMUGLU & ROBINSON, 2013).

Em resumo, North conseguiu unir a análise neoclássica tradicional à análise das instituições, para explicar como estas últimas afetam as preferências econômicas e como as preferências econômicas mudam gradativamente as instituições.

O diálogo crítico de Scott com a teoria de North, é que este quando afirma que as instituições evoluem, não explica o como evoluem e se a evolução é um processo espontâneo, como evolução biológica ou guiados por uma agência humana, como a construção de uma estrada ou uma Constituição.

Na verdade, o que Scott busca nesse diálogo teórico, tanto com Friedman como com North, é introduzir o conceito de *agência humana* em seus modelos de governança.

Scott (2009, pg., 16) afirma que é verdade que a evolução das instituições no capitalismo é parcialmente um processo espontâneo que pode se espalhar gradualmente por si só, como aumento de vendas e distribuição geográfica de um produto ou maior diversificação na produção de uma empresa.

Mas também é parcialmente um processo intencional; diferente das mudanças nas vendas que acontecem gradualmente e em grande parte por iniciativa da empresa, mudanças nas instituições que moldam mercados dependem em grande parte de políticas, em vez de escolhas econômicas, como quando um Estado promulga um novo conjunto de regulamentos que exigem mudanças de comportamento dos atores econômicos.

Para Scott, tanto Friedman quanto North perdem essa noção de agência humana porque se concentram mais no comércio como paradigma do capitalismo (isto é, empresas privadas que fazem negócios nos mercados) do que no seu paradigma de produção (ou seja, empresas privadas que mobilizam recursos que desenvolvem tecnologias em busca de lucros e, assim, potencialmente exercendo grande influência sobre a direção dos mercados).

O autor, passa então a discutir esses dois paradigmas (2009, pp., 16-19). O paradigma comercial pode ser discriminado pela força dos atores envolvidos, em que é permitido a terceiros negociar em mercados, incluindo entrada e saída de

atividades específicas, enquanto o mecanismo de preços oferta e demanda, uma estrutura de leis e regulamentos regem a concorrência e um governo responsável fornece segurança, administra leis e moderniza as leis conforme apropriado.

O paradigma da produção pode ser similarmente caracterizado em termos de força de seus principais atores. As empresas privadas podem mobilizar recursos legalmente para desenvolver e explorar novas tecnologias em busca de lucros, enquanto empresas podem bloquear acionistas por tempo indeterminado, a critério do conselho de administração, e são permitidos os direitos de auto governança através de hierarquias. Os acionistas são protegidos contra perdas através de concessões legislativas de responsabilidade limitada; os gerentes têm permissão para coordenar atividades entre funções e setores através de organizações hierárquicas; os empregadores têm permissão para usar coerção, como a perda de um emprego para funcionários que não realizam papéis atribuídos; e a competição por lucros rege a alocação de recursos e de recompensas internas.

Assim, de acordo com Scott, ignorar esse segundo paradigma é enxergar o capitalismo nada mais como um sistema comercial; isto é, é vê-lo apenas com um olho. Contudo, perde-se o que é indiscutivelmente a maior fonte dos ganhos em tecnologia e crescimento pelo qual o capitalismo é conhecido e, ao mesmo tempo, a arena que é mais suscetível a abusos graves de poder.

Além disso, ignorar a paradigma de produção é ignorar as principais oportunidades para as agências humanas dentro do capitalismo. Ou seja, o paradigma comercial requer que as instituições desempenhem um papel de apoio na administração dos mercados em que o comércio ocorre. Já o paradigma da produção, ao contrário, exige que eles desempenhem um papel mais ativo no estabelecimento e monitoramento de um sistema descentralizado de poder privado e, que por sua vez, exige ainda que os agentes humanos desempenhem fazendo papel com respeito aos direitos e responsabilidades legais a esse poder.

Em resumo, para Scott, o primeiro se concentra no mercado de produtos (isto é, em mercadorias negociáveis), fornecendo uma estrutura para o comércio; enquanto o último se concentra nos mercados de fatores (terras, trabalho e capital), determinando a mobilidade relativa dos recursos e conseqüentemente a distribuição resultante do poder dentro dos mercados. Portanto, ignorar o último é

ignorar os processos cruciais pelos quais o capitalismo evoluiu ativamente ao longo do tempo.

Scott retoma a crítica ao modelo de North. Não obstante para este a questão central da história econômica e do desenvolvimento econômico, é dar conta da evolução das instituições políticas e econômicas que criam um ambiente que induz aumento da produtividade, Scott afirma que essa análise ainda revela uma visão estreita do capitalismo.

Isto é, North identifica um papel para a agência política, mas limitada no contexto da análise do custo-benefício. Em outras palavras, existem mercados políticos, mas funcionam de maneira simplista como mercados econômicos e levam a resultados similarmente simplistas de crescimento ou declínio econômico. As desigualdades em termos de poder econômico e político, bem como sua tendência de moldar instituições estão completamente ausentes em sua teoria.

Portanto, para Scott, enxergar o capitalismo como um sistema de governança, deve-se seguir o exemplo de North para além de Friedman. Ou seja, reconhecer o papel decisivo das instituições em moldar os mercados. Mas, também, deve-se avançar nas proposições de North, ao reconhecer que a evolução dessas instituições é, por sua vez, construída sobre uma agência humana, pois o sistema político determina os direitos, responsabilidades e poderes resultantes de indivíduos e instituições dentro do sistema econômico ao longo do tempo.

## *5.2 – O capitalismo como um sistema indireto de governança*

Ao conceber o capitalismo como um sistema de governança, Scott pretende ir além da teoria neoclássica, na qual parte do pressuposto de que os mercados coordenam espontaneamente as atividades dos atores econômicos através do mecanismo de preços. Portanto, sua análise está inserida no escopo teórico da economia política.

Assim, no contexto da teoria neoclássica, o capitalismo é um sistema econômico de único nível, a coordenação econômica dos atores. North adicionou um segundo nível de análise envolvendo as instituições que moldam esses mercados

com incentivos e restrições. Já Scott defende um terceiro nível em que uma autoridade política governa como esses incentivos são projetados ou moldados através de um processo político e, eventualmente, administrados.

A tese de Scott é que a mão visível de agentes humanos no governo está necessariamente envolvida no estabelecimento e manutenção das estruturas que por sua vez moldam os mercados. O capitalismo, segundo o autor, não pode emergir nem desenvolver sem essa intervenção humana constante (2009, pg., 21).

É dentro desse contexto que Scott concebe o capitalismo em *três níveis*, quais sejam, *mercados econômicos*, *instituições* e uma *autoridade política*. São esses níveis os responsáveis pelo capitalismo como um *sistema de governança indireto*.

Por que sua natureza indireta? Scott analisa o capitalismo como um sistema indireto de governança porque os atores econômicos são governados por leis e regras que estabelecem condições para um comportamento aceitável. Ou seja, existe uma autoridade política, na qual cria regras e instituições que molda a governança. Contudo, a autoridade política é incapaz de controlar totalmente o sistema.

De acordo com Scott, as instituições definidoras do capitalismo estão em seus mercados de fatores (terra, trabalho e capital) e não em seus mercados de produtos (mercadorias tradicionais negociáveis). Os mercados de fatores constituem-se nos principais mercados econômicos no capitalismo, o que por sua vez, são regulados politicamente por uma autoridade política, a qual garante sua liberdade e mobilidade. Por serem negociados livremente, esses mercados são passíveis de regulação, mas não de controle. Por isso, a condição indireta de governança apontada pelo autor.

O controle da produção dos mercados econômicos está vinculado à empresa privada, que por meio de uma relação hierárquica, define suas estratégias de inserção e operação. Mas, as empresas competem e existe uma relação desigual entre elas, especialmente, dado os diversos escopos. Portanto, elas controlam suas produções, mas não toda a produção. Embora, o principal mecanismo de coordenação desses mercados seja o preço, este é passível de controle e manipulação, já que o capitalismo é um jogo de grandes empresas, que tendem a monopolizar faixas de mercado.

Por isso, controle e coordenação dos mercados econômicos, necessitam de um *conjunto institucional*. Isto é, um aparato administrativo através do qual a mão visível do governo opera os custos e os benefícios sociais gerados nas disputas nesses mercados econômicos.

a) Analogia entre capitalismo e esportes organizados

Bruce Scott estabelece uma curiosa, porém fundamentada, analogia entre o capitalismo e os esportes organizados. Segundo ele, os esportes organizados, tais como a NFL (liga de futebol americano), NBA (liga de basquete), Premiere League (liga de futebol na Inglaterra) e todas outras modalidades de esportes coletivos organizados, são exemplos de governança indireta (2009, pp., 30-35).

O que é a governança indireta nesses esportes organizados? Se as instituições de uma competição de futebol estabelecem que uma bola redonda é o principal instrumento do jogo e proíbe o uso das mãos, exceto em circunstâncias bem definidas, pode-se esperar uma competição de futebol (soccer). Agora, coloque esses mesmos jogadores em um jogo com uma bola oval e os permitem utilizar as mãos para pegá-la e jogá-la, a competição, passa, assim, a ser um jogo de futebol americano. Em resumo, de acordo com Scott, o contexto institucional do esporte organizado molda o comportamento dos atletas, mas não controla diretamente o comportamento deles.

Com efeito, Scott afirma que o capitalismo é paralelo ao esporte organizado, pois no contexto institucional molda, mas não controla diretamente o comportamento dos atores.

Friedman, em *Capitalismo e Liberdade* ([1962], 1988, págs., 31 e 32) emprega analogia semelhante, comparando as atividades diárias das pessoas às ações dos participantes de um jogo quando estão empenhados nele e compara com o quadro geral consuetudinário e jurídico dentro do qual essas atividades acontecem de acordo com as regras do jogo que eles jogam.

Embora afirme a necessidade de acordo às regras ou condições, bem como a necessidade de um sistema de arbitragem, isto é, o governo, Friedman atribui a fonte dessas regras e condições para consenso ou reivindicações personalizadas ou gerais,

como de natureza voluntária de submissão pela sociedade. O papel da autoridade política (governo), seria, então, a de fornecer os meios pelos quais pode-se modificar as regras, mediar as diferenças entre os participantes e garantir o cumprimento das regras sobre a parte daqueles poucos que de outra forma não “jogariam o jogo”.

Scott critica a visão de Friedman, alegando insuficiência para o entendimento das complexidades políticas do processo de estabelecimento e reforma das regras do jogo dentro de uma sociedade capitalista. Ele enxerga uma contradição na argumentação de Friedman, qual seja, de um lado afirma que o mercado competitivo (capitalista) separa as atividades econômicas do viés político; por outro, reconhece que o papel do governo é fazer algo que o mercado não pode fazer por si próprio, ou seja, determinar, arbitrar e fazer cumprir as “regras do jogo.”

Essa contradição fez Scott questionar o argumento de Friedman, pois se as regras do capitalismo são criadas e modificadas por atores políticos, como eles podem ser desprovidos de preconceitos políticos? Ademais, Friedman ao separar a esfera econômica da política é, na visão de Scott, contradizer não apenas sua própria teoria, mas também a realidade. As leis que regem as estruturas de mercado são sempre criadas por atores políticos e, portanto, em certa medida, sempre contém uma agenda ou inclinação política dentro delas.

Sem embargo, segundo Scott, a concepção de Friedman de um capitalismo competitivo onde os mercados são impessoais, apolíticos e imparciais, e onde o governo desempenha o mínimo um papel possível, não é o capitalismo que vivemos hoje ou, sem dúvida, qualquer tipo de capitalismo que já existiu.

Para Scott, o entendimento do capitalismo como esporte organizado é ter uma visão maior dos papéis essenciais das instituições e do governo, para além da teoria friedmaniana. Ou seja, não dá para aceitar a ideia de que a desregulamentação da economia, tal como defende Friedman garanta um mercado livre para todos. Como Scott argumenta, no capitalismo ao longo de sua história, os atores econômicos, quando deixados “livres” para exercer seus poderes no chamado contexto da livre empresa, desafiaram e até oprimiram o governo, subornando a democracia a favor da oligarquia.

Scott toma como exemplo, o próprio estudo do capitalismo norte-americano. Os gigantes industriais da economia americana do século XIX cresceram em termos

de emprego cerca de 1000 vezes durante aquele século, e certamente mais do que isso em termos de ativos e fluxos de renda que eles controlavam. Essas mesmas empresas gigantes assumiram grande parte da coordenação dos mercados. As autoridades políticas e judiciais norte-americanas, permitiram um grande crescimento de poder em mãos privadas, enquanto ao mesmo tempo, reduziram a responsabilidade das empresas americanas àquelas mesmas autoridades políticas reguladoras. O resultado disso foi corrupção, abuso de poder econômico e opressão social, que culminou na crise dos anos de 1930.

Portanto, Scott conclui que reduzir o papel do governo neste caso e muitos outros ao longo da história podem levar a uma situação extrema e concentração injusta de abuso do poder econômico.

Em outras palavras, o capitalismo exige que o governo desempenhe um papel positivo ao fornecer bens públicos pelos quais é responsável e sem os quais a maioria das pessoas não podem aproveitar as oportunidades que ele próprio oferece. Isto posto, no capitalismo, o domínio político não pode ser claramente separado do econômico; há que se levar em consideração o papel das autoridades governamentais como criadores, reguladores e administradores das regras.

É dentro desse contexto que Scott faz a analogia entre capitalismo e os esportes coletivos organizados, em que, nesses, existem os organizadores, os árbitros e as equipes. Os primeiros definem o campo, as regras gerais e a dinâmica do jogo. Os atores, as equipes, se organizam a partir daquelas regras. Contudo, quando o “jogo é jogado”, as estratégias e o modo de se conduzirem em campo é controlado pelos jogadores. As equipes se organizam de forma vertical, administradores, comissão técnica e os jogadores, dentro de uma hierarquia de governança direta. Contudo, quando são postas em campo, estão sujeitas modo de regulação indireta de governança, representada pelo campo de jogo.

O capitalismo é a mesma coisa, segundo Scott. As empresas são organizadas de forma vertical: investidores, administradores e empregados, cujo objetivo é uma posição privilegiada no mercado para garantir maiores lucros. Contudo, o campo de jogo das empresas é aberto, de modo que se não tiver instituições políticas e jurídicas que coordenem as regras, o próprio mercado entra em colapso, dado a competição predatória, abuso de poder, opressão social etc.

Assim, o autor passa a discutir os três níveis do sistema de governança que caracterizam a interdependência econômica e política no capitalismo.

b) O sistema de governança em três níveis

Retomando a analogia com os esportes organizados, Scott afirma que todos estes podem ser entendidos como sistemas de três níveis (2009, pp., 35-38). O primeiro nível é o próprio jogo, no qual os atletas competem entre si. Esta competição é geralmente o foco da atenção do público, observando para ver quem ganha ou perde, bem como a forma como o jogo é jogado.

O segundo nível, isto é, as condições de contorno para tal competição, são criadas e mantidas pelos funcionários administrativos e reguladores. Numa palavra, são as instituições, regulações e arbitragem do referido esporte.

Por fim, no terceiro nível, é onde fica os fundamentos institucionais que governam a organização esportiva; ou seja, a autoridade política. Esta, por sua vez, decide sobre as regras, ou seja, quem é elegível à competição, a hora e o local dos jogos e as tecnologias que podem ser utilizadas. Nos esportes profissionais, a autoridade política também pode ter a poder para definir os termos e condições da distribuição de certas receitas entre as equipes participantes, um poder que pode ser exercido para limitar as disparidades em rendimentos por equipe, reduzindo assim o poder relativo de um ou poucas equipes para dominar o esporte ano após ano. O exemplo mais significativo é o da National Football League (NFL), a liga profissional de futebol americano, dos EUA.

Em resumo, a autoridade política compreende o nível superior do sistema; o regulador e outras instituições fornecidas por essa autoridade política compreendem o meio; e, a competição propriamente dita entre as equipes, devidamente regulada compreende o nível inferior.

Isto posto, Scott transpõe esse modelo de governança indireto de três níveis para o capitalismo (Ibid., pg., 38). Segundo ele, o capitalismo é um sistema de governança indireto, em três níveis, onde uma autoridade política permite os agentes econômicos mobilizarem e empregarem recursos em concorrência uns com

os outros, sujeitos a um conjunto de leis e regulamentos definidos e aplicadas por uma ou mais agências reguladoras.

Assim, a autoridade política (governo) compreende o nível superior do sistema; o regulador e outras instituições (agências, autarquias etc.) fornecidas por essa autoridade política compreendem o meio; e, a competição regulada entre àqueles agentes econômicos nos mercados compreende o nível inferior.

Com efeito, no primeiro nível, as empresas competem para garantir seu capital e trabalho, como bem como servir seus clientes. Nessa competição, como no esporte, as empresas individuais mobilizam e aplicam energia para atingir seus objetivos, seguindo estratégias distintas.

No segundo nível, os fundamentos institucionais básicos, incluindo a infraestrutura física e social, bem como indivíduos e organizações aptos a operá-los, definem os termos para o comportamento dos atores do primeiro nível.

A infraestrutura física inclui, entre outras coisas, transporte comunicações; enquanto a infraestrutura social inclui os sistemas educacionais, de saúde pública e jurídicos. Aqueles que operam esses fundamentos institucionais e a aplicação de suas regras são tipicamente agentes do Estado, incluindo reguladores especializados que supervisionam o comportamento específicos dos setores econômicos; tais como comida, drogas, transporte, bem como aqueles que protegem os recursos da sociedade, como o ambiente físico ou segurança no local de trabalho.

No terceiro nível, a autoridade política compreende as funções especializadas, de executivo, legislativo e judiciário, nas quais supervisionam e moldam ativamente as operações dos dois primeiros níveis. Um conjunto de instituições políticas conecta a autoridade política aos mercados políticos (por exemplo, eleições, que podem ser mais ou menos democráticas) e à sociedade civil, à qual essa autoridade é responsável.

c) A “mão visível” da Autoridade Política

A contribuição distintiva da teoria do capitalismo de Bruce Scott, é o papel da autoridade política, como o nível superior de governança do sistema capitalista. Para ele, a autoridade política é a agência humana visível que molda as realidades do sistema capitalista.

Como demonstram as teorias de Friedman e de North, o capitalismo é frequentemente definido sem uma noção de agência humana e muito menos de governo. Mais comumente, o capitalismo é entendido como o processo pelo qual os mercados econômicos utilizam a “mão invisível” de mecanismo de preços para coordenar espontaneamente a oferta e a demanda entre atores que competem por bens e serviços específicos. No entanto, na prática, as “mãos visíveis” dos agentes humanos estão implicadas no processo de como eles guiam a mão invisível do mecanismo de preços.

Segundo Scott, a mão invisível só pode alinhar prioridades individuais e sociais se as fundações do capitalismo moldarem esses mercados para que os custos e benefícios reflitam tanto para os indivíduos como para a sociedade. Ou seja, o mecanismo de preços não chega perto de alcançar um papel de coordenação ideal, uma vez ausente o trabalho efetivo da mão visível do governo, notadamente por meio de processos legislativos, como um parlamento. Numa palavra, a mão visível do governo tem por objetivo impedir a coerção dentro dos mercados econômicos. Esta, na realidade é a regra, e não a exceção.

Por outro lado, a própria autoridade política emprega coerção para criar as liberdades de um sistema capitalista. A chamada liberdade dos atores econômicos é quase sempre condicionada, não tanto pelas ações voluntárias de um parceiro comercial, mas conforme as regras e os regulamentos estabelecidos pelo Estado.

Para Scott, o sucesso do capitalismo depende não apenas do Estado que concede poder a atores privados a entrar, competir e sair dos mercados, mas também mediante a restrição daqueles para que não abusem desse poder.

Em resumo, Scott afirma que no sistema capitalista, a participação de atores econômicos privados depende de seu acordo em seguir as regras estabelecidas e aplicadas pelo Estado. A liberdade capitalista é, portanto, condicional e a autoridade

política molda as condições para garantir um jogo justo entre competidores com poderes muito diferentes.

Assim, no contexto da realidade do sistema capitalista, enquanto a livre concorrência é essencial para os mercados econômicos, e como tal, a característica distintiva do capitalismo; ela representa apenas parte do sistema e não a totalidade. Isso quer dizer que, o capitalismo se apoia no conceito de competição para coordenar as ações e os preços tomados pelos atores humanos. Mas também se baseia em uma noção de regulação para limitar ou restringir o comportamento e práticas nas quais podem se envolver.

Por isso, a autoridade política exerce dois papéis distintos, de acordo com Scott: de um lado, *administrativo*, responsável pela manutenção do sistema por meio das regras e sua aplicação; de outro, o *empreendedor*, capacitado para mobilizar o poder para obter os votos necessários na legislatura, a fim de conduzir o sistema, seja para mudar suas regulamentações e/ou impactar na distribuição de renda.

Com efeito, o sucesso contínuo do sistema capitalista depende da modernização periódica dos marcos legais e regulatórios, conforme indicado pelas mudanças nas condições de mercado e nas prioridades da sociedade. O governo deve, portanto, desempenhar os dois papéis distintos, como administrador e empreendedor.

No curto prazo, em perspectiva quase-estática, o governo e seus agentes administram as instituições existentes, tanto físicas quanto sociais. Em uma perspectiva de longo prazo, o governo deve ter capacidade para modernizar essas instituições, conforme as condições indicarem. Essa segunda função exige que o prospecto e o reconhecimento das necessidades e das habilidades empresariais para mobilizar poder suficiente para efetuar as mudanças necessárias por meio de uma legislatura. Dada sua complexidade adicional de mudança intencional (em oposição à simples manutenção do *status quo*, na função administrativa), esse segundo papel requer um entendimento mais complexo do capitalismo.

Isto é, o sistema de governança tem que ser construído com base na premissa de que não existe uma solução ou conjunto fixo de relacionamentos que seja melhor para todos os tempos e circunstâncias. Deve ser capaz de gerenciar suas próprias

capacidades e legitimidade de forma que possa ser eficiente no cumprimento de suas responsabilidades no curto prazo, enquanto evolui à medida que as circunstâncias mudam, inclusive quando as prioridades da sociedade mudam, para que possa lidar com eficácia, no longo prazo, com um contexto em mudança. Isso significa que o governo deve ser empreendedor, identificando mudanças que precisam ser feitas e mobilizando o poder político para efetuar essas mudanças de maneira legítima e em tempo hábil.

É importante ressaltar que o capitalismo também é um sistema de governança para bens públicos, para o meio ambiente, para um sistema de defesa, para a lei e para a própria democracia. Coletivamente, esses recursos tangíveis e intangíveis podem ser entendidos como propriedade comum da sociedade.

Não obstante para Scott a regulamentação excessiva sufoque muitas economias por longos períodos, a regulamentação inadequada também é uma ameaça à tomada eficaz de decisões descentralizada visando o bem comum. O abuso dos bens públicos e, especialmente, dos recursos naturais é uma tentação sempre presente que vem com a liberdade econômica. O uso efetivo de um bem comum, bem como sua proteção efetiva contra abusos, depende da manutenção de um sistema eficiente de governança econômica que só pode ser liderado por uma autoridade política legítima.

Contudo, há um problema no modelo de Scott que precisa ser resolvido. Política e economia são interdependentes no sistema capitalista. Isto é, os mercados políticos influenciam os mercados econômicos, que por sua vez, influenciam os mercados políticos.

Isto posto, os resultados dos mercados políticos determinam diretamente as leis que governam os mercados econômicos e, assim, afetam indiretamente seus resultados. Especificamente, as legislaturas são responsáveis pelo *design* das estruturas legais dos mercados, enquanto as autoridades reguladoras especificam e interpretam os regulamentos para implementar essas leis, com esses conjuntos de políticas e atores legitimados pelo governo.

Não obstante a governança estratégica das estruturas de mercado possam ser modificadas através dos poderes executivo e judiciário, é o poder legislativo o dispositivo vital de coordenação em uma sociedade capitalista. Ele reúne diferentes

atores políticos, geralmente organizados em partidos, para criar compromissos que, em teoria, refletem interesses conflitantes e relações de poder a fim de alcançar o bem público.

Esses compromissos, de acordo com Scott, novamente teoricamente, levam em consideração todos os custos e benefícios sociais apropriados e, assim, promovem interesses comuns. Contudo, é importante advertir, e o autor tem ciência disso, que na realidade da sociedade capitalista, os interesses levados em considerações são os da classe média e, principalmente da elite rica, deixando de lado, de fato, os interesses da grande massa de pobres.

Dado as escolhas imperfeitas dos mercados políticos e sua fraqueza perante a lobbys dos poderosos dos mercados econômicos, Scott acredita que a democracia e suas disputas organizadas no poder legislativo, tem a capacidade de, no longo prazo, fortalecer o estado de direito e certas demandas das classes mais vulneráveis, por meio de controles sociais, cujo principal objetivo é reduzir continuamente a tendência estrutural e histórica de desigualdades do sistema capitalista.

### *5.3 - Observação final*

Bruce Scott construiu uma teoria do capitalismo como um sistema de governança indireta em três níveis para relacionamentos de fins econômicos. Portanto, um sistema político-administrativo bem como econômico. Isso porque, para ele, os mercados organizados não podem existir sem um conjunto de fundações institucionais que estabelecem vários direitos e responsabilidades que são atribuídos a noções de propriedade.

Tais instituições são criadas, legitimadas, regulamentadas e periodicamente modernizadas sob os auspícios de uma autoridade política, representada pelo Estado. É o governo e seus agentes, que criam e, finalmente, reforçam as leis e regulamentos que orientam a produção e o comércio. Esses direitos só terão em devida conta os custos e benefícios sociais se forem estabelecidos através de um processo político amplamente representativo da sociedade, cuja principal forma de governo é a democracia.

O autor afirma que o capitalismo tem três grandes mecanismos de coordenação. Dois deles dependem da ação humana, enquanto a mão invisível de o mecanismo de preços funciona automaticamente. Uma das mãos visíveis pertence ao governo e orienta o sistema, explicitamente ou não. A outra mão visível pertence ao gerenciamento de empresas, e particularmente grandes empresas. Ao contrário do governo, a mão visível da administração pode coordenar fluxos de produtos e transações financeiras em uma base multinacional.

Como “mão visível”, o governo possui dois modos de intervenção em uma economia, direta e indireta. O modo indireto de intervenção abrange a manutenção e operação dos quadros institucionais que sustentam todos os mercados. É essencial para a operação de um sistema capitalista, não opcional. O papel direto é muito mais opcional, por exemplo, na propriedade e controle de empresas públicas.

O governo também tem dois papéis bastante diferentes em qualquer economia capitalista: como administrador e como inovador. A burocracia estatal assume a maior parte da responsabilidade pelo papel administrativo, enquanto os líderes políticos devem assumir a responsabilidade não apenas de escolher o pessoal chave administrativo, mas também por reconhecer a necessidade de inovação empreendedora nas instituições e de alcançá-los em tempo hábil.

Para Scott, se a ação individual é somar o que é melhor para a sociedade, então as funções institucionais e reguladoras do governo, à medida que assume papel empresarial, deve acertar as estruturas de mercado, bem como garantir os direitos de propriedade dos atores econômicos. Embora não haja cientificamente respostas “corretas” no âmbito de tal governança, nas sociedades democráticas, pelo menos, é razoável definir o que é “certo” livremente.

Conseguir isso depende em grande parte de quão bem os mercados políticos de seu sistema de governança refletem interesses sociais. O ponto central aqui é que, para os mercados econômicos realizarem a função de coordenação do interesse público, assumindo que esse objetivo constitua o que é “certo”, os mercados políticos dessa sociedade devem cuidar para que o legislador represente esses interesses e que suas instituições trabalhem para que os resultados sejam para o conjunto da sociedade e não apenas para seus representantes.

O autor afirma que as forças do mercado por si só não podem atingir esses objetivos, pois as estruturas de mercado não são auto corrigíveis. Isto é, elas não têm como corrigir suas próprias imperfeições, como a subestimação da poluição ou a criação de burocracia excessiva. Somente a intervenção do Estado pode fornecer as necessárias medidas corretivas para impedir capitalistas ou outros grupos de abusar do bem comum para sua própria vantagem e, assim, promover o interesse público.

O capitalismo depende do governo para intervir ativamente dessa maneira ao longo do tempo, gerenciando e modernizando periodicamente as estruturas de mercado de acordo com as mudanças circunstanciais, incluindo as prioridades da sociedade à medida que a renda aumenta. A modernização adequada das estruturas de mercado, incluindo a tributação e outras políticas necessárias para evitar desigualdades indevidas de riqueza e poder, requer que a mão visível do governo faça as escolhas apropriadas de políticas e mobilização de poder para sua promulgação e administração.

É dentro desse contexto que o autor faz a defesa de que o capitalismo e a democracia caminham juntos, embora essas duas instituições não tenham se originado concomitantemente. Para ele, as contradições do capitalismo impuseram a democracia; e, esta, serve para o seu próprio desenvolvimento. Ou seja, Scott acredita num *capitalismo progressista*. Isto é, um sistema econômico governado de forma eficiente assegurado pelo governo, que é para as pessoas, o que, por sua vez, exige instituições políticas criadas para alcançar tal objetivo.

Em resumo, Scott defende que o capitalismo requer mais do que mercados, empresas e agentes econômicos individuais. E sim, requer estrutura, segurança e adaptabilidade que somente o governo, na forma de decisões humanas, pode fornecer de maneira consistente e responsável com o tempo, à medida que as circunstâncias mudem constantemente. Aceitar o papel definidor da estrutura do governo como uma característica essencial, é ter uma compreensão satisfatória do capitalismo como um sistema de governança.

## **Conclusão**

Este livro é uma introdução ao estudo da formação e desenvolvimento do capitalismo. Tal estudo exige uma estrutura complexa de temas, tais como teorias definidoras, suas principais instituições, a historiografia sobre sua origem e o contexto histórico sobre sua ascensão.

Assim, para dar conta de toda essa complexidade, decidiu-se por começar sobre como é definido o capitalismo. Foi esse objetivo desta breve introdução. Mostrar que não existe uma definição, mas definições de capitalismo. E essas estão vinculadas à evolução dos campos de conhecimento que formaram as ciências sociais e humanas, que por sua vez, está fortemente correlacionada ao próprio desenvolvimento do capitalismo.

Ao longo do texto, o procedimento metodológico foi tentar mostrar como que cada definição capturava as realidades históricas de modo a entender aquele sistema. Ao estabelecer essa prática, estava-se dialogando com dois conceitos caros ao estudo da história econômica: tempo e movimento. Ou seja, o tempo é o tempo histórico, a permanência da realidade social. Já o movimento, é o conjunto das modificações verificadas ao longo desse tempo histórico.

O capitalismo é o tempo. Suas mudanças, desde a origem, são os movimentos. Isto posto, quando Adam Smith se debruçou sobre o seu tempo histórico, conseguiu oferecer uma explicação convincente, para sua época, das transformações socioeconômicas da Europa Ocidental. Via num sistema econômico de novo tipo, a sociedade comercial, o estágio mais avançado que as sociedades humanas poderiam alcançar.

Tal sistema econômico era fundamentado no trabalho e na produção de mercadorias. A divisão social do trabalho, fruto dessa relação produtiva, era responsável por uma estrutura social dividida em três classes sociais – proprietários, empresários e trabalhadores – que repartiam os resultados dessa produção em aluguel, lucros e salários. Um sistema perfeito, portanto; harmonioso e progressista. Por isso, a primeira teoria sistêmica do capitalismo, em que produção, distribuição e acumulação constituíam o sustentáculo dessa economia e essa organizava uma estrutura social bem definida.

Quando Marx & Engels capturaram a essência de seu tempo, viam uma sociedade determinada por um modo de produção específico, no qual estabelecia as

relações dos homens na produção e sua disputa na apropriação do excedente econômico. O modo de produção capitalista, por ter uma estrutura econômica exclusivamente orientada para a realização de lucro monetário pela produção de mercadorias com um valor de troca, sintetizava a realidade miserável e desigual das relações sociais de sua época. O capitalismo era sinônimo de exploração, já que transformou o trabalho em mercadoria; isto é, em força de trabalho.

Portanto, Marx & Engels, buscaram uma explicação para a realidade histórica de seu tempo, através da compreensão das relações sociais de produção, ou seja, a forma de propriedade que organiza a estrutura econômica de uma sociedade e como esta condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral.

Em essência, a característica básica do modo de produção capitalista era que o capital não era uma coisa; e sim, uma relação social, na qual determina a relação entre seus proprietários e não-proprietários. Aqui, residia a principal contradição do sistema e lugar de explicação para a disputa entre as classes sociais.

Com efeito, o que se pretendeu mostrar, é que cada época, à medida em que o capitalismo vai se tornando complexo e suas contradições inerentes explicitam crises e mudanças, a forma de como ele vai sendo definido também se altera. Assim, não é intenção afirmar qual definição é certa ou errada. Mas, por meio de seus escopos teóricos, captar como o capitalismo é um sistema dinâmico. É claro que ele também é desigual e produtor de miséria. Por isso, a tentativa de se compreender em sua totalidade.

Dito de outra forma, o capitalismo é um sistema econômico, pois engloba o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação das mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e de divisão do trabalho. Mas também é um modo de produzir contraditório e explorador; um sistema cultural com *ethos* próprio, símbolos compartilhados, normas, crenças e valores.

O capitalismo é um sistema-mundo que organiza uma economia-mundo e um sistema interestatal. Essa economia em escala global hierarquiza as cadeias de mercadorias e sua redistribuição do excedente econômico, dividindo os países em categorias de acordo com o seu lugar de produção.

Um sistema interestatal porque a economia-mundo capitalista possui uma superestrutura política composta por uma rede heterogênea de Estados politicamente soberanos. Contudo, nenhum destes tem poder suficiente para controlar efetivamente todo o sistema. Por isso, as guerras, as disputas comerciais e as trocas de lideranças ao longo do tempo.

Por fim, o capitalismo também é um sistema de governança. Ou seja, à medida em que a economia capitalista foi se desenvolvendo, bem como, se tornando complexa, formas de controle político foram sendo exigidos para impedir que o poder econômico se tornasse uma forma totalitária permanente. Por isso, a governança indireta em três níveis. Ou seja, mecanismos que garantam a competição das empresas; fundamentos institucionais que definem os termos de modo a garantir o comportamento dos agentes econômicos; e, uma autoridade política que supervisiona e molde ativamente as operações dos dois primeiros níveis.

Pensa-se, que a partir dessa breve introdução, possa-se avançar nos outros temas complexos que envolvem o estudo do capitalismo.

## Referências

ACCO, M. A. Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein. In: *Revista de Economia Política*, vol., 38, n. 4, (153), São Paulo, outubro-dezembro, 2018.

ACEMUGLU, D & ROBINSON, J. *Porque falham as nações. As origens do poder, da prosperidade e da pobreza*. 7 ed., Lisboa: Temas & Debates – Círculo de Leitores, 2013.

ARIENTE, W. L. & FILOMENO, F. A. Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallerstein, Braudel e Arrighi. In: *Revista Ensaios da FEE*, vol., 28, n. 1. Porto Alegre: FEE, 2017.

ARRUDA, J. J. A. *A Grande Revolução Inglesa – 1640-1780*. São Paulo: Departamento de História-FFLCH-USP/Hucitec, 1996.

BARBOSA, G. G. Origem do capitalismo: uma comparação entre as abordagens de Max Weber e Werner Sombart. In: *Revista Sociais & Humanas*, vol., 22, n. 1. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

BERRY, C. J. Smith and Science. In: HAAKONSEN, K. *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

BOTTOMORE, T. (ED.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, pp., 174-175.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (3 volumes).

BRODIE, A. Introduction. In BRODIE, A. *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BRUE, S. L. *História do pensamento econômico*. 6 ed., São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CARDOSO, C. F. & BRIGNOLI, H. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ENGELS, F. *O Anti-During*. [1878]. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

ENGELS, F. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. [1880]. São Paulo: Editora Centauro, 2002.

ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. [1883]. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. [1884]. 3 ed., São Paulo: Editora Escala, 2009.

- FALCON, F. J. C. *O Iluminismo*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- FEIJÓ, R. *Metodologia e Filosofia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 2003.
- FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.
- FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. [1962]. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- HOPKINS, T. & WALLERSTEIN, I. Commodity Chains in the World-Economy Prior to 1800. In: WALLERSTEIN, I. *The Essential Wallerstein*. New York: New Press, 2000.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. 2 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- INGHAM, G. *Capitalism*. Cambridge: Polity, 2008.
- JAMES, E. *Historia del pensamiento económico em siglo XX*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.
- KOCKA, J. *Capitalism. A short history*. New Jersey: Princeton University Press, 2016.
- LENIN, V. I. *As Três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. [1913]. São Paulo: Editora Global, 1979.
- MARX, K. A miséria da filosofia. [1847]. São Paulo: Editora Escala, 2007.
- MARX, K. & ENGELS, F. Manifesto comunista. [1848]. São Paulo: Editora Boitempo, 1998.
- MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. [1852]. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- MARX, K. *Grundrisse*. [1857/1858]. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- MARX, K. “Prefácio”. In: *Contribuição à crítica da economia política*. [1859]. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, pp., 05/06.
- MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. [1867]. 3 ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988, pp., 5-100.
- MARX, K. *Capítulo VI inédito de O Capital*. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, K & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. [1845/46]. 4 ed., São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.
- MEEK, R. *Economia & Ideologia. O desenvolvimento do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- MENDONÇA, M. G. de. & PIRES, M. C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

MERRILL, M. Putting 'Capitalism' in its Place: A Review of Recent Literature. In: *The William and Mary Quarterly*, 3rd Ser., Vol. 52, No. 2, April, 1995.

NORTH, D. *Institutions, institutional change and economic performance*. New York: Cambridge University Press, 1990.

PERROUX, F. *O Capitalismo*. 2 ed., São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

POCKOCK, J. G. A. Adam Smith and History. In: HAAKONSEN, K. *The Cambridge Companion to Adam Smith*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

REZENDE, C. *História econômica geral*. 5 ed., São Paulo: Ed. Contexto, 2000.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. 5 ed., São Paulo: Editora Best Seller, 2000.

SCOTT, B. R. *The concept of capitalism*. Berlin-Heidelberg, 2009.

SCOTT, B. R. *Capitalism. Its origins and Evolution as a System of Governance*. New York: Springer, 2011.

SMITH, A. *A Riqueza das nações*. [1776]. 2 volumes. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SOMBART, W. *Der Moderne Kapitalismus*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1902.

SOMBART, W. *The Jews and the Modern Capitalism*. New York: E. P. DUTTON & Company, 1915.

SOMBART, W. *Luxus und Kapitalismus*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1922.

SOMBART, W. *Deutscher Sozialismus*. Charlottenburg: Buchholz & Weisswange, 1934.

SOMBART, W. *El Apogeo del Capitalismo*. (dois volumes). México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

SOMBART, W. *El Burguês*. [1913]. Madrid: Alianza, 1993.

SCREPANTI, E & ZAMAGNI, S. *An Outline of the History of economic thought*. 2 ed., Oxford: Oxford University Press, 2005.

WALLERSTEIN, I. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. In: *Comparative Studies in Society and History*, vol. 06, Issue 4, September 1974.

WALLERSTEIN, I. *O Sistema Mundial Moderno. Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. Lisboa: Edições Afrontamentos, 1979.

WALLERSTEIN, I. *Dependence in an Interdependent World*. In: *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press., 1979b (I).

WALLERSTEIN, I. Semi peripheral Countries and the Contemporary World Crises, In: *The Capitalist World-Economy*. Cambridge: Cambridge University Press., 1979b.

WALLERSTEIN, I. *Unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity, 1991.

WALLERSTEIN, I. The Modern World System and Evolution. In: *Journal of World Systems Research*, Vol. 1, No. 19, 1995.

WALLERSTEIN, I. Long Waves as Capitalist Process. In: WALLERSTEIN, I. *The Essential Wallerstein*. New York: New Press, 2000(b).

WEBER, M. Ensaio de Sociologia. In: COHN, Gabriel (Org.). *A objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

WEBER, M. *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*. (1904). São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, M. *História geral da economia*. (1919). São Paulo: Centauro, 2006.

WOOD, P. Science in the Scottish Enlightenment. In: BRODIE, A. *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

WOOTTON, D. David Hume, "The Historian". In: NORTON, D. F. *The Cambridge Companion to Hume*. 9 printing. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

## O Autor

***Ricardo Zimbrão Affonso de Paula*** é Mestre e Doutor em Economia, pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Desde 2007, é Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde também compõe o quadro de professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE). Em 2010, em conjunto com outros professores do DECON-UFMA, fundou o Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada* (ERA), devidamente cadastrado no CNPq. Além deste, é pesquisador dos seguintes grupos de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas em Macroeconomia (GRAMMA) e Grupo de Estudos em Economia Política & História Econômica (GEEPHE).

O capitalismo é um conceito essencial para a compreensão da modernidade. Da mesma forma que sua história pode servir para explicar as mudanças socioeconômicas mais importantes do passado, debates sobre o capitalismo levam a discussões sobre os problemas mais urgentes da atualidade, desde a globalização, mudança climática, a crescente desigualdade social, perspectivas de progresso e seus custos humanos. Ao mesmo tempo, como um conceito de síntese histórica capitalismo é insuperável, reunindo as dimensões econômica, social, cultural e políticas do passado.

